

Carla verônica D'Amato de Souza

**Predicados Inacusativos no PB: uma proposta de
subdivisão da classe**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Teoria e Análise Linguística sob a orientação da Prof^a. Dr^a Núbia Saraiva Ferreira.

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Carla Verônica Damato de Souza
Predicados Inacusativos no PB: uma proposta de
subdivisão da classe / Carla Verônica Damato de
Souza Souza ; orientador, Núbia Saraiva Ferreira,
2017.
162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Predicados Inacusativos. 3.
Traço agentivo. 4. Estrutura incrementada . I.
Saraiva Ferreira, Núbia . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

Carla Verônica D'Amato de Souza

Predicados Inacusativos no PB: uma proposta de subdivisão da classe

Esta Dissertação foi julgada aprovada para a obtenção do Título de MESTRE, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística

Florianópolis, 05 de junho 2017.

Coordenador do curso de Pós-Graduação em Linguística
Prof. Dr. Marco Antonio Martins

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Núbia Saraiva Ferreira Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto
Membro externo Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Pires de Oliveira
Membro externo Universidade federal do Paraná (UFPR)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Agostinho
Membro interno Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

À minha orientadora, pelas horas de aprendizado e dedicação; à Raphaela e Lorena, pela paciência e importância que têm em minha vida; a meu irmão André, pelo apoio e a CAPES pelo suporte financeiro.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo propor uma subdivisão na classe dos predicados inacusativos a partir do comportamento heterogêneo dos membros dessa classe em construções que se pressupõe um argumento agentivo. Inacusativos são verbos monoargumentais que selecionam apenas argumento interno (PERLMUTTER 1976; BURZIO 1986). Não seria esperado, portanto, que figurassem em construção pseudoclivada do tipo O que X fez foi; nem com advérbios, como *deliberadamente*, *cautelosamente e cuidadosamente*; ou sob o escopo de modais deônticos; assim como seria esperada também uma restrição desses predicados à flexão no imperativo. Nossa hipótese, baseada nos estudos de Rothstein (2004), Pires de Oliveira e Rech (2016) e Rech e Varaschin (2017), é de que a possibilidade de um inacusativo figurar em construções que pressupõe um participante agentivo, como as citadas acima, está relacionada ao controle que o argumento do inacusativo pode exercer sobre as fases preparatórias do evento descrito pelo VP. Desta maneira, fundamentamos nossa proposta de subdivisão da classe dos inacusativos entre aqueles que permitem e os que não permitem um controle por parte de um participante com a mesma referência do argumento do inacusativo. Em um grupo, inserimos inacusativos que são achievements incrementados, nos quais um participante correferente ao argumento tema do inacusativo pode controlar as fases preparatórias do evento descrito pelo VP: *emagrecer, chegar e entrar*; em outro, inserimos os inacusativos não passíveis de controle, tais como *florescer, sobreviver, cair*.

Palavras-chave: Predicados inacusativos. Traço agentivo. Estrutura incrementada.

Abstract

This dissertation aims to propose a subdivision in the class of unaccusatives predicates from the heterogeneous behavior of class subjects in constructions that assumes an agentive argument. unaccusatives are monoargumentary verbs that select only internal argument (Perlmutter 1976; BURZIO 1986). It would not be expected, therefore, that they appear in pseudoclivada construction of type *O que X fez foi*; Nor with adverbs, as *deliberadamente*, *cautelosamente* e *cuidadosamente*; Or under the scope of deontic modes; As would be expected also a restriction of these predicates to flexion in the imperative. Our hypothesis, based on studies of Rothstein (2004), Pires de Oliveira and Rech (2016) and Rech and Varaschin (2017), is that the possibility of an unaccusative figure in constructions that presupposes an agentive participant, as mentioned above, is related to the control that argument of unaccusative can exert on preparatory phases of the event described by the VP. In this way, we base our proposal of class subdivision of unaccusatives between those that allow and those that do not allow a control by the participant with the same reference of the unaccusative argument. In a group, we insert unaccusatives that are incremental achievements, in which a correferent participant to theme argument of unaccusative can control the preparatory phases of the event described by the VP: *emagrecer*, *chegar* and *entrar*; in another, we insert non-controllable unaccusatives, such as, *florescer*, *sobreviver*, *cair*.

Keywords: Unaccusative Predicates. Agentive Trait. Increased Structure.

LISTA DE ABREVEATURAS E SÍMBOLOS

A: adjetivo.

ABL: oblíquo.

ABS: absoluto.

ACC: acusativo.

AE: argumento externo.

AI: argumento interno.

AP: adjectival phrase, sintagma adjetival.

AVB: argumento externo-verbo-argumento interno.

AV: argumento externo-verbo.

BV: argumento interno-verbo.

CP: Complementizer phrase, sintagma complementizador.

DP: determiner phrase, sintagma determinante.

DS: deep structure, estrutura profunda.

EPP: extended projection principle, princípio de projeção estendido

ERG: ergativo.

I': projeção intermediária da flexão.

IP: inflectional phrase, sintagma flexional.

N: nome.

NOM: nominativo.

PA: PP que contém um DP=A

PB: português brasileiro.

P&P: Princípios e Parâmetros.

PP: prepositional phrase, sintagma preposicional.

SC: small clause, oração sem verbo.

Spec: specifier, especificador.

SS: superficial structure, estrutura superficial.

V: verbo.

VP: verbal phrase, sintagma verbal.

*: indicador de agramaticalidade.

?: indicador de dúvida sobre a aceitabilidade da sentença.

Sumário

1-Introdução	17
2-Inacusativos	19
2.1-Introdução	19
2.2-Línguas Ergativas vs Línguas Nominativas: atribuição de Caso e papel temático	23
2.3- As diferentes versões da hipótese inacusativa: um mapeamento geral.....	28
2.3.1- Perlmutter.....	30
2.3.2- Burzio.....	35
2.3.3- Belletti.....	39
2.3.4- Viotti	43
2.3.5- Kato e Tarallo	45
2.3.6- Nascimento e Kato.....	47
2.3.7 – Levin e Hovav	48
2.4- Complementos selecionados pelos inacusativos	51
2.5- Fatores relevantes para a apreensão de propriedades inacusativas	55
2.5.1- Formação de nominais em [-or]	56
2.5.2- Formação de Particípio absoluto.....	56
2.5.3- Alternância AVB →BV	57
2.5.4- Alternância AVB → AV	58
2.5.5- Alternância VB (PA) →AVB	59
2.6- Os Inacusativos primitivos e os Inacusativos derivados	60
2.6.1-Inacusativos primitivos	60

2.6.2 – Inacusativos Derivados	61
2.6.3- Os Inacusativos Lexicais	62
2.6.4- Os Inacusativos Funcionais	64
3- Um estudo dos auxiliares modais	66
3.1- Introdução.....	66
3.2 - Um panorama semântico-sintático do estudo dos auxiliares modais	68
3.2.1 - Cinque (1999, 2006).....	69
3.2.2- Stowell (2004)	76
3.2.3- Kratzer (2012).....	81
3.2.4- Hacquard (2006, 2010)	83
3.3 – O estudo dos auxiliares modais à luz de estudiosos brasileiros ...	92
4- Uma proposta de subdivisão para a classe dos inacusativos.....	102
4.1- Introdução.....	102
4.1.1-Estabelecendo um paralelo entre o comportamento dos Inacusativos e Estativos	103
4.1.2- Os inacusativos e a perífrase do progressivo.....	108
4.1.3- Os inacusativos no imperativo	110
4.1.4- Os inacusativos e a relação de acarretamento.....	112
4.1.5- Os inacusativos em coocorrência com os verbos <i>tentar, obrigar e forçar</i>	115
4.1.6- Os inacusativos em coocorrência com advérbios agentivos: deliberadamente, obrigatoriamente, cautelosamente e cuidadosamente.	117
4.1.7- Os inacusativos e a pseudoclivada.....	119
4.1.8- Os inacusativos sob o escopo dos modais deônticos	121
4.1.9- Proposta de subdivisão dos inacusativos	126

5- Considerações finais	136
6- Referências Bibliográficas	139
7-Anexo.....	143

1-Introdução

Tendo em vista a necessidade de maior compreensão do comportamento peculiar dos predicados inacusativos, bem como do entendimento da maneira de como esse comportamento se justifica, propomos, nesta dissertação, um estudo de caráter sintático que venha evidenciar o comportamento dissemelhante da classe dos predicados inacusativos.

Conforme pudemos observar, por meio dos testes desenvolvidos nesta dissertação, os inacusativos apresentam um comportamento heterogêneo, uma vez que alguns deles (*chegar, entrar, sair, surgir, aparecer*) podem figurar em pseudoclivada do tipo O que X fez foi; com advérbios agentivos, como *deliberadamente, cautelosamente e cuidadosamente*; sob o escopo do verbo *tentar*; em construções passivas no presente e no passado com os verbos *obrigar e forçar*; no imperativo; e sob o escopo dos modais deônticos. Este comportamento heterogêneo da classe parece evidenciar que alguns inacusativos são passíveis de controle; já outros, tais como: *nascer, morrer, florescer*, não. Este fato demanda atenção, pois o esperado para os inacusativos seria uma restrição a essas construções, uma vez que inacusativos não selecionam argumento agentivo.

Temos por hipótese, baseadas nos estudos de Rothstein (2004), Pires de Oliveira e Rech (2016) e Rech e Varaschin (2017), que a possibilidade de um inacusativo figurar nas construções citadas acima está relacionada ao controle que o argumento do inacusativo pode exercer sobre as fases preparatórias do evento descrito pelo VP.

Desta maneira, procuramos fundamentar nossa proposta de subdivisão da classe dos inacusativos entre aqueles que permitem e os que não permitem um controle por parte de um participante com a mesma referência do argumento do inacusativo.

Ancoradas em Brennan (1993) e Hacquard (2006), que predizem dois tipos de modais deônticos: *ought-to-be*, interpretados acima dos núcleos de tempo e aspecto e orientados para o ato de fala; e *ought-to-do*, interpretados abaixo dos núcleos de tempo e aspecto, orientados para o sujeito da sentença. Supomos que a coocorrência dos inacusativos com os modais deônticos possa revelar evidências que fundamentem a divisão que estamos propondo para a classe dos inacusativos.

Com o intuito de fundamentar nossa proposta de divisão da classe dos inacusativos, iniciamos esta dissertação com a apresentação da hipótese inacusativa para, na sequência, investigar essas construções em relação a testes que auxiliam na apreensão de propriedades agentivas. No primeiro capítulo, abordamos, brevemente, as propostas de Perlmutter (1976), Burzio (1986), Belletti (1988), Viotti (2000), Kato e Tarallo (1987), Nascimento e Kato (1995), Levin e Hovav (1995) e, também, os estudos de Rech (2005) e Nascimento (2014). No segundo capítulo, visando a um entendimento do porquê de alguns inacusativos coocorrerem com modais do tipo *ought-to-do*, pressupondo a necessidade de uma abordagem dos auxiliares modais, apresentamos um panorama geral das propostas teóricas de Cinque (1999, 2006), Stowell (2004), Hacquard (2006, 2010) e Kratzer (2012), assim como, de alguns estudos realizados por estudiosos brasileiros, tais como: Rech e Giachin (2014), Pires de Oliveira e Rech (2016) e Rech e Varaschin (2017). No terceiro capítulo, aplicamos nos predicados inacusativos alguns testes

tradicionalmente empregados nos estativos para evidenciar a não homogeneidade da classe. No quarto capítulo, buscamos fundamentar nossa proposta de divisão da classe dos inacusativos. Por fim, tecemos nossas considerações finais sobre a pesquisa.

2-Inacusativos

2.1-Introdução

A hipótese da inacusatividade, formulada por Perlmutter (1976), e adaptada por Burzio (1986) ao modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), proporcionou um novo olhar aos verbos monoargumentais. A partir da análise das diferenças estruturais entre os verbos monoargumentais, instituiu-se uma subclassificação dos verbos intransitivos, até então, inseridos em uma única classe, em inergativos e inacusativos.

Podemos salientar que a Hipótese Inacusativa vem permitir uma explicação a casos aleatórios ¹, possibilitando-nos entender o comportamento dos verbos monoargumentais em relação a suas diferenças estruturais, bem como o papel específico que desempenham em determinadas sentenças.

Na perspectiva das postulações de Burzio (1986), Kato e Tarallo (1987), Nascimento e Kato (1995), Levin e Hovav (1995), dentre outros

¹ Por casos aleatórios, entende-se aqui, sentenças que não se encaixam em determinadas classificações da gramática tradicional, entrando como exceção, ou seja, aquela para a qual não há uma explicação dentro dessa gramática.

estudiosos, a seleção de argumentos feita pelo predicado² estabelece-se como uma das principais propriedades dos inacusativos, além de possibilitar a verificação das diferenças estruturais dos verbos monoargumentais. Segundo Miotto et al (2014), verbos monoargumentais selecionam somente um argumento; no entanto, podemos observar diferenças nessa seleção como mostram os exemplos em (1):

- (1) a. Marta dormiu.
- b. *A pedra dormiu.³
- c. Sandra cantou.
- d. *O mar cantou.

Nas sentenças em (1), verificamos que o predicado impõe restrições ao argumento que seleciona. Esse fato justifica a agramaticalidade das sentenças (1b, d), nas quais o argumento não exibe o traço [+ animado], necessário à realização desse evento.

Desta forma, argumentamos que os predicados irão selecionar argumentos de acordo com sua necessidade e, ainda, argumentos com propriedades necessárias para compor o evento. Assim, o predicado *gostar* irá selecionar dois argumentos para compor a sentença, *o que gosta e a coisa de que se gosta*; o predicado *dar* irá selecionar três argumentos, *aquele que desempenha a ação de dar, a coisa dada e o receptor*; o predicado *chover* não tem a necessidade de selecionar argumentos, pois ele mesmo já constitui uma sentença considerada boa para a sintaxe; o predicado *morrer* seleciona um argumento apenas, que

² De acordo com Miotto et al (2013, p.127), “chamaremos ao núcleo que seleciona os elementos lexicais que coocorrerão com ele de predicado e aos itens selecionados de argumentos”.

³ Exemplo retirado de Miotto et al (2013, p. 126)

será o argumento interno; o predicado *cantar* irá selecionar também apenas um argumento, *o que canta*, o argumento externo. Dito de outra forma, o predicado é o item lexical que abre lacunas que necessitam ser preenchidas, já os itens que irão preenchê-las serão os argumentos.

A questão é, então, verificar como se comportam esses argumentos. O que foi constatado por Perlmutter (1976) é que o fato do verbo selecionar um argumento apenas, não o fixa em uma única classe, considerando que esse argumento selecionado poderá ser externo ou interno e, assim, receber papéis temáticos diferentes.

Por meio dessas considerações, torna-se possível observar a diferença existente entre os verbos monoargumentais, pois verbos como *trabalhar*, *cantar* e *viajar* não se comportam, sintática e semanticamente, da mesma maneira que verbos como *morrer*, *chegar* e *cair*. A diferença mais proeminente entre eles é o fato de que os primeiros selecionam apenas argumento externo, enquanto que os segundos, apenas argumento interno.

Observemos as sentenças em (2):

- (2) a. Maria trabalha.
- b. Maria morreu.

Em (2a), o predicado *trabalhar* seleciona um único argumento com propriedades agentivas – **Maria** -- que corresponde ao argumento externo, apresentando a propriedade causativa do evento e, portanto, recebendo papel temático de agente⁴. Já em (2b), o predicado *morrer*

⁴ A Teoria dos Papéis Temáticos, segundo Miotto et al (2014), estuda como se dá a atribuição dos papéis temáticos e estabelece uma grade temática para cada verbo. Cada item do léxico carrega informações relevantes quanto a ela, tanto em termos categoriais como semânticos. A sintaxe se encarrega de preencher os argumentos selecionados pelo predicado e verificar se esse preenchimento

seleciona um argumento com propriedades de paciente, que será gerado na posição de seu complemento.

Por meio dessas considerações, é possível perceber que a estrutura dos verbos que selecionam apenas argumento externo é diferente da estrutura dos verbos que selecionam apenas argumento interno. No entanto, o argumento tanto dos verbos inergativos quanto dos verbos inacusativos movem-se para a mesma posição (Spec de IP). O DP desses predicados receberá caso nominativo da flexão do verbo, atendendo, assim, ao princípio de projeção estendido (EEP), o qual preconiza que toda língua nominativa deve ter um sujeito e, também, ao filtro de caso, que enfatiza que todo DP necessita de caso. De acordo com a generalização de Burzio (1986), um verbo somente atribui caso a seu argumento interno se atribuir papel temático ao argumento externo. Uma vez que os inacusativos não selecionam AE, estão impedidos de atribuir caso ao AI. Para atender ao filtro de caso, o DP argumento interno precisa mover-se para a posição de especificador de IP, mesma posição que recebe o argumento externo de predicados inergativos e transitivos.

Nosso foco, nesta dissertação é o estudo dos predicados inacusativos.

Na primeira seção, apresentamos uma breve consideração a respeito da marcação de Caso e atribuição de papel temático ao DP

produz uma sentença gramatical. São vários os papéis temáticos que são atribuídos aos argumentos, dentre eles estão, respeitando a hierarquia temática de Baker (1997), agente, experienciador, tema, paciente, benefectivo e locativo. Entre eles, os dois primeiros são licenciados a ocuparem a posição de sujeito da sentença, argumento externo; já os outros, a ocuparem a posição de argumento interno. Geralmente, os licenciados a agente da sentença, possuem os traços semânticos [+volição] e [+controle].

argumento dos predicados inacusativos. Na segunda seção, exibimos as versões para a hipótese inacusativa de Perlmutter (1978), Burzio (1986), Belletti (1988), Viotti (2000), Kato e Tarallo (1987), Nascimento e Kato (1995) e Levin e Hovav (1995), pois estas se relacionam, em alguma medida, com a proposta dessa dissertação. Na terceira seção, apontamos os complementos selecionados pelos verbos inacusativos, visto que auxiliam no entendimento do comportamento desses verbos. Na quarta seção, elencamos alguns fatores relevantes para a apreensão de propriedades inacusativas, visando a uma fundamentação que se constitua ponto de partida para justificarmos, no terceiro capítulo, a subdivisão que propomos dentro dessa classe. Finalmente, na quinta e última seção desse capítulo, indicamos os tipos de inacusativos, objetivando mapear as diferenças relativas ao comportamento desses verbos.

2.2-Línguas Ergativas vs Línguas Nominativas: atribuição de Caso e papel temático

Abordaremos, brevemente, nesta seção as noções de Caso abstrato⁵ e papel temático por entendermos ambas as noções como essenciais a nosso objeto de estudo, os verbos inacusativos. Considerando que os verbos inacusativos se comportam de maneira diferente em relação à marcação de Caso, julgamos necessária uma

⁵ De acordo com Mioto et al (2013, p. 169), Caso abstrato é o termo utilizado pela Gramática Gerativa no intuito de diferenciar-se da noção de caso semântico utilizada pela corrente chamada Gramática de Casos. Nessa corrente, caso tem sentido muito próximo ao que a sintaxe determina por papel temático.

atenção especial às noções de Caso e papel temático na busca pela compreensão do fenômeno da inacusatividade.

Segundo a literatura, enfatizam Rech e Nascimento (2015), temos dois padrões de língua: (i) nominativas, como o português, inglês, espanhol, entre outras, com três padrões de marcação de caso; e (ii) ergativas, com morfemas que indicam função.

Ainda, segundo a literatura, as línguas ergativas diferem-se das línguas nominativas uma vez que marcam com o mesmo caso – absoluto -- o argumento de verbos intransitivos e o objeto direto de verbos transitivos, da mesma forma que marcam com caso ergativo o sujeito de verbos transitivos. Destacamos assim que, o Caso ergativo está fortemente ligado ao argumento externo do verbo, selecionado tematicamente por verbos transitivos e inergativos. Esse argumento geralmente recebe o papel temático de agente.

Segundo Nascimento (2014), os inacusativos são fundamentais, em termos tipológicos, para distinguir línguas ergativas de línguas nominativas. A autora enfatiza que o argumento interno dos inacusativos, nas línguas ergativas será o objeto direto; já nas línguas nominativas será o sujeito da sentença.

A seguir, ilustramos em (3) alguns exemplos, retirados dos estudos de Rech e Nascimento (2015), da língua indígena Inuit que evidenciam um padrão de língua ergativas ativa:

- (3) a. Jaani-upC1 natsiq-ØC2 kapi-jaNa.
Jaani-ERG foca-ABS apunhalar-TRANS.
“Jaani apunhalou uma foca”.
- b. inuk-ØC2 tikit-tuq.
person-ABS chegou.
“A pessoa chegou”.

Por meio dos exemplos em (3a, b), verificamos que o caso ergativo é atribuído ao argumento externo, que exerce, na sentença, o papel temático de agente -- aquele que é responsável pelo desenvolvimento do evento; já o caso absolutivo é atribuído ao argumento interno do verbo, ou seja, àquele que recebe o papel temático de paciente ou tema desse evento.

A língua portuguesa, doravante (PB) é considerada, como já mencionado, uma língua nominativa e como tal, atribui caso nominativo ao sujeito, acusativo ao objeto direto do verbo transitivo e oblíquo ao objeto indireto do verbo transitivo, como mostram os exemplos em (4):

(4) a. Paula comprou um doce.
Paula-NOM – um doce- ACC

b. Ana gosta de sorvete.
Ana-NOM- sorvete- OBL

Por meio do exemplo em (4a), observamos que o DP *Paula* está marcado com Caso nominativo, atribuído pelo núcleo de IP, constituindo-se argumento externo do verbo transitivo *comprar*; já o DP *um doce* está marcado com Caso acusativo, atribuído pelo verbo *comprar*, constituindo-se como argumento interno do verbo. Em (4b), verificamos que o DP *Ana*, da mesma forma que o DP *Paula* de (4a) está marcado com Caso nominativo, também atribuído pelo núcleo de IP, constituindo-se, assim como o DP *Paula*, no argumento externo do verbo; já o DP *sorvete*, está marcado com Caso oblíquo, atribuído pela preposição *de*, constituindo-se também como argumento interno do verbo transitivo *gostar*.

Podemos observar que, o nominativo será sempre atribuído àquele que exercer a função de sujeito da sentença, o que não significa

dizer que sempre corresponderá ao agente da sentença uma vez que, no caso dos inacusativos, o sujeito da sentença não receberá papel temático de agente, pois se constitui como argumento interno do verbo, recebendo nessa posição seu papel temático que poderá ser: paciente ou tema.

Das considerações feitas até aqui, podemos considerar que, nas línguas nominativas, são atribuidores de Caso estrutural: (i) o núcleo funcional I (Caso nominativo); (ii) o núcleo [-N] (Caso acusativo); e, (iii) a preposição (Caso oblíquo). Ressaltamos que, segundo a noção de Filtro de Caso, todo, e, qualquer DP pronunciado na sentença necessita de Caso; no entanto, esse princípio, segundo Míoto et al (2013), não se aplica a constituintes que não sejam DPs, tais como, CPs, IPs e PPs.

A noção de Caso é extremamente importante uma vez que Caso torna os DPs visíveis à interpretação temática. “Essa visibilidade se aplica a qualquer língua, mesmo às que não dispõem de caso morfológico” (MIOTO ET AL, 2013, p. 171), como o português. Podemos dizer ainda, que a noção de Caso está intimamente relacionada à interpretação do papel temático, pois, sem a atribuição do Caso, não seria possível interpretar o papel temático dos DPs.

Em relação ao papel temático, destacamos que o predicado ou núcleo lexical impõe várias restrições a seus argumentos. Segundo Míoto et al (2014), um predicado como *chutar* carrega as seguintes informações: categoria [-N, +V]; número de argumentos solicitados para a boa formação da sentença [_V_]; c- seleção [DP,DP]; s-seleção [agente, tema/paciente]. Desta forma, podemos verificar na realização “O Mario chutou o Pedro” , a grade temática do predicado *chutar*: Agente – DP o Mario-; Paciente – DP o Pedro. Essas informações,

tanto as de caráter semântico, como as de caráter sintático, o item lexical traz do léxico. Assim, um item lexical como *chutar*, prevê que um argumento seja realizado como Agente e outro, como Paciente ou Tema, mas é no nível sintático que tais argumento serão preenchidos pelos constituintes adequados, ou seja, que tenham as características exigidas por um Agente e por um Tema ou Paciente.

Desta maneira, concluímos que é o predicado lexical que irá selecionar os argumentos que melhor preenchem as lacunas trazidas por ele. Assim como é o item lexical, com as informações trazidas do léxico, que atribui papel temático a seus argumentos.

Contudo, reafirmamos a diferença no comportamento dos verbos inacusativos em relação à marcação de Caso e atribuição de papel temático. Podemos observar essa diferença de comportamento nas sentenças em (5):

- (5) a. A Roberta escreveu uma carta.
- b. A Roberta chegou.

Na sentença (5a), verificamos a marcação canônica de Caso, uma vez que o DP *A Roberta* é marcado com Caso nominativo pelo núcleo funcional I, constituindo-se argumento externo do verbo transitivo *escrever*, recebendo papel temático de Agente; o DP *uma carta* é marcado com Caso acusativo, constituindo-se como argumento interno de *escrever*, recebendo papel temático de tema. Já na sentença (5b) com o inacusativo *chegar*, observamos uma diferença na marcação de Caso que se refere à atribuição do Caso e, no papel temático que recebe o único argumento do verbo. No caso dessa realização, o predicado inacusativo *chegar* necessita de apenas um argumento para que a sentença seja bem formada; esse argumento não pode receber o papel

temático de agente, pois não possui os traços [+ controle] [+ volição], necessários a atribuição de papel temático de agente. Desta forma, o argumento recebe o papel temático de tema, típico da posição de objeto do verbo, constituindo-se então, argumento interno de *chegar*; o fato de não atribuir papel temático de agente a seu argumento, impede, segundo a generalização de Burzio (1986), o verbo de atribuir Caso a seu complemento; sendo assim, o DP terá que mover-se para a posição de Spec/IP para receber o Caso nominativo do núcleo funcional I. ⁶

2.3- As diferentes versões da hipótese inacusativa: um mapeamento geral

A hipótese inacusativa foi motivada na análise de construções ergativas, ou seja, na análise da língua ergativa, que, como já mencionado na seção anterior, é uma língua na qual os sujeitos dos verbos intransitivos recebem o mesmo papel temático do objeto direto dos verbos transitivos. Em outras palavras, língua ergativa atribui o mesmo Caso morfológico para as duas funções sintáticas (RECH, 2005, p. 26).

Considerando que a hipótese inacusativa é de extrema importância ao entendimento do comportamento dos verbos intransitivos, salientamos que ela adquiriu diferentes versões ao longo de seu estudo. Procuramos nesta seção, à luz dos estudos de Rech (2005), destacar as principais versões de alguns autores da hipótese inacusativa com o objetivo de clarificar o fenômeno da inacusatividade,

⁶ Segundo a cartografia, o Spec IP corresponde a 30-40 projeções, assim, salientamos que deverá haver, nesse espaço, uma posição que atribua Caso.

bem como suas propriedades e as evidências linguísticas a que estão associados. Desejamos, ainda, evidenciar que o fenômeno da inacusatividade é universal às diferentes línguas, muito embora apenas algumas apresentem marcas explícitas de sua manifestação.

Desta forma, partimos do princípio de que verbos inacusativos são os verbos que não selecionam argumento externo; porém, ressaltando a importância das diferentes versões investigadas para o entendimento do fenômeno da inacusatividade, esboçamos rapidamente, nesta seção, as versões de Perlmutter (1976), que relaciona o fenômeno da inacusatividade a propriedades semânticas tendo por base a Gramática Relacional; de Burzio (1986), que adapta a versão de Perlmutter à teoria P&P instituindo generalizações e analisando o fenômeno com base em propriedades sintáticas; de Belletti (1988), que traz outra abordagem ao fenômeno da inacusatividade moldando a seus estudos a noção de Caso inerente, o partitivo, e o Efeito de Definitude; de Viotti (2000), que oferece contra-exemplos às generalizações de Burzio e Belletti; de Kato e Tarallo (1987), que analisam os contextos sintáticos e os fatores que restringem ou favorecem a ordem VS, no PB; de Nascimento e Kato (1995), que, a partir da ideia de predicado associada aos DPs pós-verbais, procuram suprir a carência de caso do DP complemento de um verbo inacusativo; e, por fim, trazemos a versão de Levin e Hovav (1995), que investigam o fenômeno da inacusatividade baseadas em uma abordagem semântico-sintática.

2.3.1- Perlmutter

Perlmutter (1978) foi o precursor da hipótese inacusativa. A partir da hipótese de Perlmutter se deram novos estudos relativos ao fenômeno da inacusatividade que permitiram modificações da hipótese ao longo de sua publicação.

Na primeira versão dessa hipótese, o autor tem como foco as orações intransitivas e propõe uma separação desse grupo de verbos em (i) inergativos – verbos monoargumentais que selecionam apenas argumento externo, como *trabalhar*, por exemplo, mas não selecionam argumento interno; e (ii) inacusativos – verbos monoargumentais que selecionam apenas argumento interno, como *morrer*, mas não selecionam argumento externo. Em outras palavras, compreendem-se por inacusativas sentenças que têm um DP na posição de objeto na DS, sendo alçado para a posição de sujeito na SS. O autor distingue os estratos em: a) transitivos, que contém dois argumentos⁷ -- argumento externo e argumento interno; b) inergativos, que contém um argumento – o argumento externo; e, c) inacusativos, que, assim como os inergativos, contém apenas um argumento, mas diferem-se dos inergativos na natureza desse argumento, por selecionarem argumento interno. Desta forma, institui a subdivisão dos verbos monoargumentais em inergativos e inacusativos.

⁷ Perlmutter utiliza a nomenclatura arco-1 e arco-2 da Gramática Relacional; optamos por empregar as posições de argumento externo e argumento interno no lugar da nomenclatura utilizada por Perlmutter, pois observamos uma relação entre essa nomenclatura e as posições de origem dos argumentos na DS. Assim, o termo arco-1 corresponde ao argumento externo do verbo, no modelo P&P, e o arco 2, ao interno.

Perlmutter enfatiza ainda que, tanto a inergatividade quanto a inacusatividade iniciais podem ser previstas pela semântica da sentença; em outras palavras, predicados com significados equivalentes se comportam da mesma forma em relação à determinação da inergatividade e inacusatividade, nas diferentes línguas. Assim, dependendo do estrato inicial, as sentenças adquirem leitura inergativa ou inacusativa.

O autor traz, a fim de ilustrar a importância da semântica na determinação do estrato inicial, alguns exemplos de verbos com a mesma fonologia, mas que podem receber leitura inergativa ou inacusativa:

(6) a. The wheels slid on the ice.
(As rodas deslizaram no gelo)

b. Joe slid on the ice.
(João deslizou no gelo)

No exemplo em (6.a), o argumento selecionado pelo verbo *slid* não recebe o traço de animacidade, característico do argumento externo; portanto, a única leitura licenciada para essa sentença é a inacusativa; já no exemplo (6.b), o argumento selecionado pelo verbo tem o traço de animacidade, assim, teríamos a possibilidade de uma leitura inergativa ou, ainda, de uma leitura inacusativa; a leitura seria então determinada pelo estrato inicial. Com o estrato inicial inergativo, João ocuparia a posição de argumento externo ao verbo, uma vez que tem o traço animacidade; sendo o estrato inicial inacusativo, João seria o elemento causativo de uma sentença inacusativa. No entanto, essa sentença inacusativa não representa uma sentença inacusativa simples, pois envolve a noção de causa. Assim, João poderá encabeçar um argumento

externo da sentença cujo predicado é *causa*, ou um argumento interno da sentença cujo predicado é *slid*.

Perlmutter enfatiza que um mesmo verbo pode figurar em construções com diferentes estratos iniciais, sem, com isso, apresentar um sinônimo equivalente em outras línguas. Essa afirmação justifica a abordagem semântica considerada pelo autor; nela o comportamento dos predicados em relação à inergatividade e inacusatividade inicial é considerado, e não apenas a fonologia do verbo, que pode não ter correspondência com seus usos nas diferentes línguas (RECH, 2005, p. 30).

Assim, segundo Rech (2005) a polissemia verificada no uso de alguns verbos, mas não em outros, evidencia a impossibilidade da elaboração de uma lista de predicados universalmente inacusativos. Desta forma, para Perlmutter, predicados com significados equivalentes terão a mesma classificação quanto ao estrato inicial inergativo e inacusativo. O autor apresenta (1976, p. 162 apud in RECH, 2005, p. 30) uma lista com os predicados que compõem cada uma dessas classes. Essa “lista revela importantes princípios que determinam o estrato inicial das sentenças, além de, depreender propriedades que constituem ponto de partida para a análise do fenômeno como universal” (RECH, 2005, p. 31).

Transcrevemos a seguir os exemplos correspondentes às construções inergativas e inacusativas em (7) e (8) respectivamente⁸:

(7) Predicados inergativos:

a. predicados descrevendo atos volicionais ou desejados:
trabalhar, jogar, falar...

⁸ Os exemplos (28) e (29) de Rech (2005) foram transcritos aqui como (7) e (8) respectivamente.

b. certos processos corporais involuntários: *tossir, vomitar, chorar, dormir...*

(8) Predicados inacusativos:

a. predicados expressos por adjetivos em inglês, referentes a tamanho, forma, largura, cores, estado da mente...

b. predicado cujo termo nuclear é semanticamente um paciente: *queimar, cair, deslizar...*; classe dos incoativos: *abrir, quebrar, derreter...*

c. predicados de existência e acontecimento: *existir, acontecer, transpirar, ocorrer...*; e vários incoativos, tais como: *surgir, resultar...*

d. emissão não-voluntária de estímulos que atingem os sentidos (luz, barulho, cheiro...): *brilhar, cintilar, retinir...*

e. predicados aspectuais: *começar, parar, continuar, acabar...*

f. durativos: *durar, permanecer, ficar, sobreviver...*

Perlmutter postula ainda, a *Lei de Avanço para 1 (Final 1 Law)* que prenuncia “qualquer língua pode ter orações com estrato inacusativo intermediário ou inicial, mas orações com estrato inacusativo final não serão bem formadas em nenhuma língua.”⁹(PERLMUTTER, 1976, p. 160 apud RECH, 2005, p.31). De acordo com essa lei, toda oração com estrato inacusativo tem uma avanço para 1.

Posteriormente, Perlmutter propõe uma reformulação para a *Lei de Avanço para 1* que passa a ser denominada como *A Lei Exclusiva de Avanço para 1*. Essa, agora, manifesta as relações entre as estruturas passivas e as construções inacusativas. Transcrevemos, a seguir, a

⁹ (while languages may have clauses with initial or intermediate unaccusative strata), clauses with final unaccusative strata will not be well-formed in any language.

reformulação da Lei de Avanço para 1 (PERLMUTTER, 1976, p. 166, tradução nossa):

A Lei Exclusiva de Avanço para 1 [Perlmutter e Postal (a ser publicado em 1976b)] pode ser expressa como segue:

(28) A Lei Exclusiva de Avanço para 1
Nenhuma oração pode envolver mais do que um avanço para 1. Usando a noção de “arco de avanço”, definida em Perlmutter e Postal, a lei pode ser expressa mais precisamente:

(29) A Lei Exclusiva de Avanço para 1
Em uma rede de relações na qual A e B são arcos-1 vizinhos (isto é, arco-1 com a mesma faixa), se A é um arco de avanço, B não pode ser.¹⁰

De acordo com o que prediz a *Lei Exclusiva de Avanço para 1*, podemos aferir que as construções passivas são construções inacusativas uma vez que, não é possível sua formação a partir de estrato inicial inacusativo, pois, as orações inacusativas envolvem um avanço para 1, da mesma forma que as passivas impessoais, desta maneira, passivas impessoais de inacusativas teriam dois avanços para 1 violando a *Lei Exclusiva de Avanço para 1*. Em outras palavras, podemos afirmar que uma sentença de base inacusativa não admite a formação da passiva impessoal.

Contudo, evidenciamos a partir dessa seção que Perlmutter propõe a hipótese inacusativa como meio de busca para o entendimento

¹⁰ The 1- Advancement Exclusiveness Law [Perlmutter and Postal (to appear b) can be stated informally as follows:

(28) The 1- Advancement Exclusiveness Law

No clause can involve more than one advancement to 1. Using the notion of ‘advancee arc’ defined in Perlmutter and Postal (to appear b), the law can be stated more precisely:

(29) The 1-Advancement Exclusiveness Law.

In a relational network in which A and B are neighboring 1-arcs (i.e. 1-arcs with the same tail), if A is an advance arc, B is not an advance arc.

de sentenças inacusativas. Em seus estudos, o autor salienta a semântica como ponto de partida para esse entendimento. Sua preocupação reside, além da compreensão do fenômeno em si, em atestar uma base universal para o fenômeno da inacusatividade.

2.3.2- Burzio

Burzio (1986), ao observar o comportamento dos verbos inacusativos, postula uma generalização que ficou conhecida na área como a *generalização de Burzio*. Por meio dessa generalização, o autor assevera que somente será capaz de atribuir papel temático de agente a seu argumento o verbo que for capaz de atribuir caso acusativo a seu argumento interno.

Desta forma, Burzio procura avançar os estudos na compreensão do fenômeno da inacusatividade. Assim como Perlmutter, subdivide a classe dos verbos monoargumentais em duas classes: (i) inergativos e (ii) inacusativos. No entanto, esse autor distancia-se daquele ao eleger a estrutura sintática dos verbos monoargumentais como propriedade responsável pela divisão, redirecionando a hipótese inacusativa ao modelo de Princípios e Parâmetros (P&P).

Em sua abordagem, Burzio emprega os termos inergativos e inacusativos; o primeiro para se referir aos monoargumentais que apenas selecionam argumento externo e não selecionam argumento interno; já o segundo, para se referir aos monoargumentais que selecionam apenas argumento interno e não externo. Assim, verbos inacusativos são

aqueles que subcategorizam um argumento interno que não atribui papel temático ao sujeito.

Segundo essa proposta, a divisão dos verbos toma a seguinte classificação: (i) transitivos – atribuem papel temático tanto ao argumento externo, como ao argumento interno. O predicado transitivo seleciona dois ou três argumentos e lhes atribui papel temático; (ii) inergativos – atribui papel temático a seu argumento externo. O predicado inergativo seleciona apenas o argumento externo para o qual atribui papel temático de agente; e, (iii) inacusativos – não selecionam argumento externo e, portanto, não atribuem papel temático de agente a essa posição e, assim, conseqüentemente, não são capazes de atribuir Caso acusativo ao argumento interno que selecionam.

Em seus estudos, Burzio emprega atenção especial a alguns fatores tais como: (i) construções passivas; (ii) seleção do auxiliar e concordância com o particípio; (iii) clitização do *ne*; (iv) alternância das estruturas com construções transitivas; e, (v) livre inversão; traçando um paralelo entre as estruturas monoargumentais do italiano, francês e inglês, objetivando, por meio do contraste entre elas, a apreensão das principais propriedades presentes nas construções inacusativas.

A seguir, faremos uma breve apresentação dos principais pontos dos fatores estudados pelo autor.

Construções passivas para Burzio comportam-se da mesma maneira que os verbos inacusativos, uma vez que sua propriedade geral é atribuir papel temático ao argumento interno subcategorizado, mas não atribui papel temático ao argumento externo. Assim, o sujeito da passiva na SS tem restrições seletivas características de objeto direto, sendo interpretado, semânticamente, como tal. (RECH, 2005, p. 34).

Em relação à seleção do auxiliar e concordância do particípio, o autor analisa exemplos do italiano que manifestam a relação entre a seleção do auxiliar e o estabelecimento da concordância do particípio passado com o objeto. Desta forma, observa que um verbo como *arrivare* (chegar) – inacusativo- seleciona sempre o auxiliar *essere* (ser), enquanto que verbos como *telefonare* (telefonar) – inergativo- selecionam sempre o auxiliar *avere* (ter) , assim, enfatiza que não é possível considerar os verbos *arrivare* e *telefonare* como pertencentes a uma mesma classe o que implicaria desconsiderar as regularidades do domínio sintático: (a) sempre se emprega *essere* com passivas e com todas as construções envolvendo si ou SI (essa partícula pode ser empregada como um pronome reflexivo, recíproco e em construções inacusativas); (b) sempre se emprega *essere* com o segundo membro dos pares AVB/BV¹¹; (c) sempre se emprega *avere* com verbos transitivos.

Burzio, ao analisar sentenças do italiano com o clítico *ne*, postula a generalização de que “Ne-CI is possible with respect to all and only direct objects” (BURZIO, 1986, p. 30). Desta postulação, inferimos que caso seja possível a cliticização, o argumento tem propriedades de objeto direto. O autor denomina por *ne*-cliticização o emprego do clítico *ne* no lugar de argumento interno, enfatizando que esse emprego está restrito a estruturas monoargumentais em que o único argumento é um DP interno a V’ (RECH, 2005, p. 36). Em relação ao uso do clítico *ne* em estruturas inergativas, o autor salienta que a *ne*-cliticização é bloqueada porque o DP constitui-se como argumento externo ao verbo.

¹¹ AVB/BV corresponde, respectivamente, às posições: argumento externo- verbo- argumento interno; argumento externo- verbo.

Já em relação à alternância AVB→BV, Burzio enfatiza que não há casos no italiano em que o B corresponda a um objeto indireto. Desta forma, os movimentos para a posição de sujeito ocorreriam apenas com DPs. Rech (2005) prediz que essa característica não ocorre somente no italiano, tornando-se visível também ao PB, como mostram as sentenças em (9):¹²

- (9) a. O vento abriu a porta.
b. A porta abriu.

Assim, observamos que a construção AVB de (9a) é obtida pela atribuição de papel temático às posições de argumento externo e interno; já em (9b), o verbo não marca com papel temático o argumento externo, fato que dá origem a alternância BV na qual o argumento externo é excluído e o interno torna-se o sujeito da sentença na SS.

Por fim, Burzio estabelece uma relação entre a livre inversão e a propriedade de sujeito nulo. Afirma que, por ser, o italiano, uma língua pro-drop, admite alternância, não só com os inacusativos, mas com qualquer outro tipo de verbo. Para o autor, essas inversões são caso de extraposição e pressupõem um *pro_{expl}* na posição de sujeito que recebe Caso Nominativo à esquerda e o transmite ao DP que terá o mesmo índice. Por meio desta análise, torna-se possível uma correlação entre as línguas pro-drop – como o italiano e o português- e as línguas não-pro-drop – como o inglês e o francês. O *pro_{expl}* das línguas pro-drop corresponde ao *it/there* do inglês e ao *il* do francês, que aparecem na posição de sujeito, mesmo em construções inacusativas.

¹² Os exemplos transcritos em (9) foram retirados de Rech (2005, p. 37)

Ressaltamos que, nesses casos, a atribuição de papel temático é feita por CADEIA. Essa cadeia é formada pelas partículas expletivas e os DPs pós-verbais. As partículas são marcadas com Caso, mas não recebem papel temático, pois, não são argumentos. Assim, é a co-indexação entre os elementos da cadeia que garante que elas tenham papel temático e Caso. (RECH, 2005, p. 39).

Por meio de suas abordagens, Burzio traz contribuições importantes ao avanço nos estudos do fenômeno da inacusatividade. No entanto, alguns estudiosos, tais como, Belletti (1988) e Viotti (2000), cujos estudos apresentaremos nas próximas seções, questionam algumas de suas premissas, dentre elas, a generalização proposta, que vincula a atribuição de papel temático à capacidade de atribuir Caso.

2.3.3- Belletti

Segundo Belletti (1988), a incapacidade de marcar Caso estrutural a seu argumento interno figura propriedade dos inacusativos; entretanto, a autora enfatiza que a carência de Caso do DP é suprida mediante atribuição de Caso inerente. Nessa proposta, “existem dois tipos de casos distintos: o estrutural, compreendendo o nominativo, o acusativo e o oblíquo; e o partitivo, que é apresentado como Caso inerente” (RECH, 2005, p. 42).

Seguindo essa proposta, Belletti prediz por quais e para quais itens seriam atribuídos os dois tipos de Casos. Assim, segundo a autora, em relação aos Casos estruturais, afirma que são atribuídos a DPs por: (i) núcleo funcional I finito, que atribui nominativo; (ii) verbos, que atribuem acusativo; (iii) preposições, que atribuem oblíquo. Já o caso

inerente é atribuído no nível da DS em conjunto com a marcação de papel temático. Desta maneira, a autora, entende que os inacusativos são portadores de Caso inerente, o partitivo, que deverá ser checado com os traços de seu argumento interno.

De acordo com Rech (2005), Belletti firma sua proposta com base na dicotomia do finlandês, língua que exhibe marcas morfológicas de Caso. Nessa língua, caso um DP seja marcado com acusativo, adquirirá uma leitura definida; caso seja marcado com Caso partitivo, adquirirá uma leitura indefinida.

Por meio da análise do finlandês, Belletti formula a hipótese do Efeito da Definitude (DE) baseada na observação de que, em várias línguas, existe uma vinculação entre o Caso partitivo e os traços de indefinitude de um DP. A hipótese de Efeito de Definitude, assim, está vinculada às restrições seletivas de um inacusativo em relação ao seu argumento interno, que revelam uma incompatibilidade universal entre o Caso partitivo e o DP definido.

A autora enfatiza ainda que, em línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês, o sujeito poderá ser definido ou indefinido, mas em posição pós-verbal, receberá apenas leitura indefinida, conforme podemos observar em (10):¹³

- (10) a. A man is in garden.
(Um homem está no jardim)
- b. There is a man in the garden.
(Há um homem no jardim)

Assim, se o DP ocupar a posição pré-verbal, não sofrerá a atuação do DE; já se o DP aparecer em posição pós-verbal, sofrerá a

¹³ Os exemplos em (10) foram transcritos de Belletti (1988, p. 3).

atuação do DE, o que revela a estreita relação entre o argumento interno de verbos inacusativos e a indefinidade, pois, de acordo com essa proposta, o argumento interno do verbo inacusativo não poderá apresentar propriedades de um DP definido em posição pós-verbal. A autora enfatiza ainda que em construções inacusativas, a posição de sujeito é não-temática, podendo ser ocupada por *there*, partícula expletiva que tem Caso, atribuído na SS, mas não tem papel temático (BELLETTI, 1988, p. 4-5).

Belletti, ao considerar o fenômeno da inacusatividade, enfatiza que uma cadeia apresenta duas posições Casuais, uma delas na cabeça e outra na cauda da cadeia. Segundo a autora, a cauda da cadeia é considerada a posição onde o Caso partitivo está disponível; assim, a boa formação de sentenças inacusativas está condicionada a essa posição. Ainda segundo a autora, apenas os inacusativos podem atribuir o Caso inerente partitivo aos DPs que apresentam propriedades partitivas e são internos a V'. No entanto, um DP marcado com Caso partitivo na DS pode executar um movimento para Spec/IP resultando na combinação do Caso partitivo com o estrutural, já que a posição de Spec/IP é onde o caso nominativo é atribuído.

A proposta apresentada por Belletti prediz que Caso partitivo será sempre atribuído junto com o papel temático. Desta forma, o partitivo não estará disponível a DPs que não são marcados com papel temático pelo mesmo verbo que os marcam com Caso. Assim, importante ressaltar que o Caso partitivo não estará disponível a DPs sujeito de *small clause*, ainda que o verbo seja um inacusativo, como parecer, por exemplo, pois o atribuidor de papel temático, nessas construções, não é o verbo, mas o adjetivo. Desta forma, a proposta para as construções de

small clause é de que o complemento do verbo é de natureza predicativa. Na sentença: “*Marta parece sincera*”, por exemplo, o núcleo do AP – *sincera* – atribui papel temático ao seu argumento externo - o DP *Maria* – esse DP irá receber Caso nominativo resultante do movimento realizado para a posição de Spec/DP e desta maneira, irá suprir sua carência de Caso.

Contudo, Belletti prediz que, da mesma maneira que os verbos transitivos atribuem Caso acusativo a seu complemento, a classe dos inacusativos atribui Caso partitivo inerente a seu complemento. Assim, a possibilidade para a marcação de caso, está diretamente relacionada à natureza definida ou indefinida do DP objeto da construção. Desta forma, a autora relaciona o Caso inerente às propriedades indefinidas do DP, fundamentando sua generalização na manifestação do DE com verbos inacusativos.

No entanto, ao observar casos em que um DP definido é encontrado na posição de objeto de um inacusativo, a autora afirma que o DE não foi violado, pois há, da mesma forma, a atribuição do partitivo. Enfatiza que esse fato ocorre em dois contextos: (i) de listas e, (ii) de uniqueness; justificando a atribuição do Caso partitivo ao primeiro, afirma que a marcação deste ocorre devido ao DP constituir-se como um elemento particular que é selecionado entre outros que compõe uma lista ou um conjunto; ao segundo, prediz que a marcação de Caso é dada pelo contexto que marca apenas um elemento de um grupo como candidato à interpretação da sentença.

Importante ainda ressaltar que, em algumas construções infinitivas há a combinação do Caso inerente com o estrutural. A impossibilidade de atribuição de Caso ao sujeito de verbos no infinitivo

justifica-se pela sua propriedade inacusativa de não admitir sujeito lexical, desta forma, o sintagma que ocupar essa posição não realiza movimento, no entanto, esse fato não fere a visibilidade, pois ele é marcado com Caso inerente na DS. Já os infinitivos inacusativos com traço [+Agr] não estarão impossibilitados de atribuir nominativo ao sintagma que já está marcado com o Caso inerente.

Apesar da importante contribuição de Belletti para o avanço dos estudos do fenômeno da inacusatividade, sua postulação de Caso partitivo foi alvo de diversas críticas. Na seção seguinte, apresentamos a versão de Viotti (2000) que consiste em uma das mais veementes críticas a abordagem de Belletti. A principal crítica de Viotti à postulação de Caso partitivo de Belletti diz respeito à consideração desse Caso como um Caso inerente e à distinção entre os Casos partitivo e acusativo com base no DE (RECH, 2005, p. 48).

2.3.4- Viotti

Conforme exposto na seção precedente, Belletti (1986) evidencia o Caso partitivo como Caso inerente fundamentada na relação de definitude estabelecida pelo DP. Viotti (2000) estabelece uma crítica à postulação de Belletti ao assumir que um Caso, para ser considerado inerente, deve estar ligado a uma propriedade temática. Em outras palavras, Viotti questiona a postulação de Beletti por estar relacionada à definitude que para a autora é uma propriedade semântica. Além dessa crítica, a distinção entre partitivo e acusativo baseada no Efeito de Definitude, é também alvo de crítica por Viotti. A autora demonstra, a partir da análise de sentenças do português, que a relação de definitude e

indefinitude do DP não é biunívoca, como ocorre com línguas como o finlandês, em que a marcação de caso é morfológica e o partitivo está vinculado a uma leitura indefinida, e o acusativo, a uma leitura definida.

No entanto, a versão de hipótese inacusativa de Viotti não se resume à crítica a postulação de Belletti. A autora tem como foco principal as sentenças existenciais, em especial, sentenças com o verbo *ter*. Segundo Rech (2005), o verbo *ter* tem uma grande variedade de usos: pode ser empregado como existencial, selecionando apenas argumento interno – ‘*Tem várias frutas nesse pomar*’; como transitivo, permitindo a associação com vários significados – ‘*Minha amiga tem um poodle*’ (posse) / ‘*A mãe de Patrícia teve uma grande decepção*’ (experiência) / ‘*Neste bar tem muita gente bonita*’ (locação), entre outros; como um verbo auxiliar ou modal – ‘*Minha filha tem estudado muito*’ (auxiliar) / ‘*Os alunos tem que entregar o trabalho*’ (modal).

Viotti, observando a variedade de usos possíveis do verbo *ter*, argumenta que a possibilidade desses vários usos dá-se pelo fato de que *ter* é um verbo leve, incapaz de estabelecer relações predicativas com seus argumentos e de atribuir-lhes papel temático (RECH, 2005, p. 49), o que significa dizer que temos somente um *ter* no léxico da língua, que permite usos polissêmicos. Viotti baseia sua proposta na teoria de lexical, com enfoque no Léxico Gerativo, dos trabalhos de Pustejovsky (1995). Segundo essa teoria, o verbo *ter* é um verbo semanticamente vazio, tendo sua estrutura lexical originária subspecificada. Esta irá se especificar por meio da composição do verbo com os demais constituintes da sentença. Assim, sua especificação vem de outros itens lexicais que portam diferentes estruturas de *qualia* – estruturas

argumentais e estruturas de evento. Essas diferentes estruturas são responsáveis pela polissemia observada nas sentenças com o verbo *ter*.

A consideração polissêmica dos usos do verbo *ter*, defendida por Viotti, exaure a generalização de Burzio, uma vez que tem vinculação direta com a marcação de Caso. A autora salienta que o verbo *ter* existencial carrega traços de Caso acusativo que deve atribuir a algum DP, demonstrando, por meio de exemplos, tais como, ‘*Paenitet me criminis*’ (Arrependo-me do crime) que o único argumento selecionado pelos verbos existenciais podem evidenciar morfologicamente seu Caso acusativo ao assumirem a forma clítica.

Para Viotti, pelo motivo de se evitar a postulação de que existam mais de um verbo *ter* (um com traços de Caso acusativo e outro sem esse traço) e também, por evadir-se de buscas alternativas para explicar as análises de Casos em que uma propriedade, como o Efeito de Definitude, não se manifeste, a hipótese do Caso acusativo ser atribuído a um DP pós-verbal, torna-se a mais promissora.

Assim como Rech (2005), fundamentada em pesquisadores como Burzio (1986), Kato (1987) e Levin e Hovav (1995), compreendemos os existenciais como um subgrupo dos inacusativos.

Na próxima seção, abordamos a versão de Kato e Tarallo (1987) da hipótese inacusativa, buscando, desta forma, embasamento teórico que fundamente a proposta dessa dissertação.

2.3.5- Kato e Tarallo

Kato e Tarallo (1987) se propõem a apresentar as construções ergativas e inacusativas vinculadas à ordem VS do português brasileiro.

Segundo Rech (2005), os autores analisam construções ergativas e inacusativas: (i) com verbos existenciais, apresentativos, aspectuais e incoativos. Nessas construções, o DP à direita do verbo é um argumento interno sem marcação de acusativo e pode mover-se para a posição de sujeito que está ocupada por uma categoria vazia não-referencial (pro_{expl}); (ii) construções em que o verbo é anteposto ao sujeito-movimento desencadeado pela ocupação da posição COMP por algum elemento focalizado, pronome interrogativo e advérbio; e, (iii) construções em que o DP é deslocado para a direita, tendo, algumas vezes, sua posição canônica ocupada por um pronome. No entanto, abordaremos nesta seção somente as construções em (i) que dizem respeito diretamente ao objeto dessa dissertação, os verbos inacusativos.

Importante ressaltar que, Kato e Tarallo compartilham a ideia de que os existenciais são um subgrupo dos inacusativos, portanto, vão de encontro com a proposta de Viotti para os inacusativos, segundo a qual, é licenciada aos inacusativos a capacidade de marcar com Caso acusativo seu argumento interno.

A partir das análises de Kato e Tarallo, observamos uma estreita relação dos inacusativos com a ocorrência de VS no PB. Os autores enfatizam que a inversão do sujeito restringe o número de argumentos e a definitude. Evidenciam que a posposição do sujeito é limitada a construções monoargumentais e sofrem restrições do Efeito de Definitude. Assim, afirmam que um DP com traços indefinidos pode situar-se antes ou depois de um verbo inacusativo – ‘*Surgiu um homem*’ / ‘*Um homem surgiu*’; no entanto, DPs definidos pospostos aos inacusativos, são bloqueados pelo DE - * ‘*Surgiu o homem*’ / ‘*O homem surgiu*’.

Importante observar que, como apontam Kato e Tarallo, sentenças com verbos existenciais, como *haver*, parecem sofrer restrições maiores que as sentenças inacusativas com os verbos *surgir*, *parecer*, dentre outros. Esse fato pode ser evidenciado pela observação das sentenças em (10):

- (10) a. Apareceu um aluno / Um aluno apareceu.
b. *Surgiu o menino / O menino surgiu.
c. Há um erro na questão / *Um erro há na questão.
d. *Há o erro na questão / * o erro há na questão.

Por meio das sentenças em (10), aferimos a pressuposição de Kato e Tarallo em relação a uma restrição maior em sentenças com o existencial, como *haver*, do que com sentenças com os inacusativos, como *surgir* e *aparecer*, pois a gramaticidade das sentenças em (10 a,b), não é verificada nas sentenças em (10c,d) de onde inferimos que as restrições impostas por alguns tipos de verbos são maiores que as impostas a outros, revelando segundo Kato e Tarallo, que os verbos apresentam variação no grau de inacusatividade e exibem comportamento diferente em relação a algumas propriedades determinantes dessa classe de verbos. Essa asserção nos interessa diretamente à medida que, visamos propor, nessa dissertação, uma subdivisão na classe dos inacusativos, da qual trataremos posteriormente.

2.3.6- Nascimento e Kato

A proposta de Nascimento e Kato (1995) objetiva a resolução do problema de atribuição de Caso a DPs em construções inacusativas. Os autores enfatizam que os DPs em posição pós-verbal, nas construções

inacusativas, não necessitam de marcação de Caso por serem considerados como predicados. Da mesma forma, DPs que seguem verbos existenciais sofrem restrição de definitude, e também são considerados como predicados.

Por meio da proposta de Nascimento e Kato, a polêmica em considerar os existenciais como inacusativos, conforme a proposta de Burzio (1986), ou, em considerá-los como capazes de atribuir Caso acusativo, conforme pressupõe Viotti (2000), seria desfeita.

Os autores evidenciam o fato de que um DP argumento interno de um inacusativo não é marcado com Caso, por meio da cliticização, anteriormente utilizada como recurso por Burzio (1986) para revelar as propriedades de um argumento interno. No entanto, Nascimento e Kato enfatizam que a cliticização não é suficiente para pressupor a marcação de caso, uma vez que, há a possibilidade de o clítico referir-se a proposições. Desta forma, predizem que uma propriedade dos clíticos que retomam proposições é a não concordância em gênero e número, que aparecem nos clíticos que se referem a DPs.

Entretanto, Viotti (2000) fundamenta sua crítica à proposta de Nascimento e Kato por meio da análise de sentenças do espanhol e do português europeu, nas quais o clítico carrega as marcas de número e gênero do DP a que se refere, mostrando, assim, que não se trata de predicados.

2.3.7 – Levin e Hovav

A proposta de Levin e Hovav (1995) visa à apreensão de fatores sintáticos que distingam os inacusativos dos inergativos. As autoras

predizem uma classificação sintática da inacusatividade, conforme vários autores que investigam ou investigaram esse fenômeno, tais como, Burzio (1986), Kato e Tarallo (1987), Miotto et al (2004), Nascimento e Kato (1995), dentre outros.

As autoras reorganizam, assim, os verbos em (i) intransitivos, subdivididos em duas classes – inergativos e inacusativos; e, (ii) os demais verbos que não são monoargumentais- transitivos. Essa organização prioriza o componente sintático uma vez que todos os verbos pertencentes a uma classe compartilham a mesma estrutura na DS.

A fim de depreenderem as propriedades determinantes do fenômeno da inacusatividade, Levin e Hovav postulam uma restrição, DOR, do inglês *Direct Object Restriction* que prediz: caso um verbo não tenha objeto direto, não é possível que apareça com um sintagma resultante. No entanto, estruturas passivas e inacusativas, segundo Rech (2005), constituem a primeira vista uma exceção a DOR, já que analisadas em SS, mesmo sem objeto direto, essas sentenças admitem sintagmas resultantes, como em: *'She was shaken awake by the earthquake'* (Ela foi acordada agitada pelo terremoto) e *'The river froze solid'* (O rio congelou sólido), porém, na verdade, nessas construções, a presença de sintagma resultante é permitida, porque há objeto direto em suas estruturas. Assim, o sujeito superficial de um verbo passivo e de um inacusativo é considerado um sujeito derivado de um objeto subjacente.

Levin e Hovav relacionando uma restrição sintática, como a DOR, a uma noção semântica, estabelecem a Regra de Ligação de Mudança de Estado (*the Change-of-State Linking Rule*) que prediz “um

DP relacionado a existência de uma mudança de estado em uma descrição no VP deverá ser objeto direto do verbo que encabeça o VP” (RECH, 2005, p. 57).

Segundo Rech (2005), essa regra explica o porquê de os sintagmas resultantes serem somente predicados de objeto direto – DPs dirigidos pelo verbo. A aplicação da regra se dá em contexto inacusativo, já que satisfazem a condição da ligação, uma vez que o argumento do verbo é o objeto do verbo na DS. Já os verbos inergativos, não admitem um sintagma resultante indicando mudança de estado, pois seu único argumento constitui-se como sujeito na DS.

Levin e Hovav priorizam os critérios sintáticos por concluírem que estes aparecem em todos os casos, ao contrário dos critérios semânticos que podem estar presentes em alguns casos. A Regra de Ligação de Mudança de Estado é uma evidência da instabilidade dos critérios semânticos, pois nem sempre um sintagma resultante será compatível com os verbos inacusativos. Segundo as autoras, essa incompatibilidade é devida a restrições semânticas e apontam os verbos de estado e os de movimento inerente como as duas classes de inacusativos que não são compatíveis com um sintagma resultante. Esse fato evidencia a diferença de comportamento de alguns verbos inacusativos e, reforça, segundo Rech (2005), a hipótese de que existem graus diferentes de inacusatividade entre os verbos pertencentes à classe dos inacusativos.

A alternância causativa é, segundo Levin e Hovav, uma propriedade importante para distinguir verbos inacusativos de verbos inergativos, pois, ao observarem sentenças com alternância causativa,

evidenciam que, apenas os verbos que se comportam como inacusativos admitem a alternância. Assim, em (11):

- (11) a. Pedro furou a bola.
- b. A bola furou.

Observamos que, o DP *a bola* é marcado com papel temático de paciente tanto em (11a) como em (11b). Esse fato estabelece uma relação semântica decorrente do fato de que o sujeito dos inacusativos e o objeto dos transitivos recebem o mesmo papel temático. Desta forma, predizem Levin e Hovav, que a alternância causativa é um indício da inacusatividade do verbo, revelando que o verbo é um inacusativo em sentenças monoargumentais, impondo o movimento do argumento interno para a posição de sujeito na SS a fim de marcá-lo com Caso. As autoras consideram ainda, verbos que indicam mudança de estado como inacusativos prototípicos, enfatizando que a presença desses verbos em alternância causativa constitui-se como uma evidência. Já verbos como *laugh* (rir), *play* (brincar) e *speak* (falar), são inergativos prototípicos, evidenciados pela impossibilidade de alternância causativa.

2.4- Complementos selecionados pelos inacusativos

Em consonância com Burzio (1986), Kato e Tarallo (1987), Nascimento e Kato (1995), Levin e Hovav (1995), consideramos como inacusativos os verbos que selecionam argumento interno, mas não selecionam argumento externo. Desta forma, a configuração sintática que representa a classe dos inacusativos não projeta a posição de argumento externo e revela a incapacidade de atribuição de papel temático ao argumento externo e de Caso acusativo ao argumento

interno. Assim, um DP que se realiza na SS como sujeito, corresponde, na verdade, ao argumento interno do verbo em DS.¹⁴

De acordo com Mioto et al (2004) verbos inacusativos podem selecionar como seu complemento interno: um DP, uma oração infinitiva, um CP, uma oração com verbo no gerúndio ou no particípio e uma *small clause*, conforme ilustramos em (12):

- (12) a. Permaneceu [DP a casa alugada]
b. Parecia [INF Maria chorar]
c. Convém [CP que você traga o livro]
d. Ficou [GER Maria cantando]
e. Tem [PART a violência crescendo nos últimos tempos]
f. É [SC Maria bonita]

Em (12a), o DP *a casa alugada* é gerado na posição de objeto do verbo inacusativo *permanecer*, movendo-se para a posição de sujeito da sentença em SS – Spec/IP onde recebe Caso nominativo do núcleo de IP; Em (12b), o verbo *parecer* seleciona uma oração infinitiva como seu complemento interno, o DP *Maria* move-se da posição de argumento externo do verbo *chorar* - já que nesta posição não é possível receber Caso uma vez que o infinitivo impessoal não possui o traço [+ Agr] - para a posição de sujeito da sentença, Spec/IP, onde recebe caso nominativo do núcleo de IP. Em (12c), o inacusativo *convir* seleciona um CP – *que você traga o livro*- para a posição de seu argumento interno. Nesse caso, não há movimento para a posição de Spec de IP da oração matriz, uma vez que CP constitui barreira. No entanto, o DP *você* irá receber marca de Caso na própria oração; Já em (12d,e) os

¹⁴ Fazemos aqui uma relativização à utilização da única estrutura assumida pelo minimalismo, onde se tem DS e SS; ressaltamos que utilizamos essa estrutura, em consonância a Mioto, 2013; objetivando evidenciar as diferenças estruturais dos verbos inacusativos e inergativos.

verbos *Ficar* e *Ter* selecionam, respectivamente, orações no gerúndio e no particípio que não podem marcar o DP com Caso por apresentarem o traço [+NON]; portanto, é impossível aos DPs *Maria* e *violência* a atribuição de Caso na DS. Assim, ambos os DPs movem-se para a posição de Spec/IP onde recebem Caso nominativo; Por fim, em (12f), o verbo *ser* seleciona para a posição de seu argumento interno uma *small clause* - *Maria bonita*. Novamente, o DP *Maria* move-se para a posição de sujeito da sentença – Spec/IP onde recebe Caso nominativo do núcleo de IP.

Podemos inferir, por meio de nossos estudos, assim como, do comportamento dos inacusativos em relação à seleção de seu argumento interno, outros verbos inacusativos que selecionam DPs, CPs, Orações no infinitivo, Orações no Gerúndio, Orações no Particípio e Small Clauses. Apresentamos em (13) alguns exemplos:

- (13) a. Inacusativos que selecionam DPs : *chegar, aparecer, morrer, viver, sobreviver, entrar, sair, brilhar, cair, nascer...*
- b. Inacusativos que selecionam CPs : *parecer, convir, constar...*
- c. Inacusativos que selecionam Orações no Infinitivo: *parecer, costumar, poder, dever...*
- d. Inacusativos que selecionam Orações no Gerúndio: *estar, ficar, andar, permanecer...*
- e. Inacusativos que selecionam Orações no Particípio: *ter, haver...*

f. Inacusativos que selecionam Small Clauses: *ser, achar, ficar...*

Ainda em relação aos inacusativos que selecionam DPs, observamos que a estrutura sintática em DS é sempre a mesma. No entanto, enfatizamos que o papel temático atribuído ao DP na posição de argumento interno do verbo jamais será o de agente. O papel temático de agente é próprio do argumento externo. Em relação ao papel temático atribuído ao argumento interno, este irá variar de acordo com o verbo que fará a seleção. Assim, o argumento interno dos verbos inacusativos que selecionam DPs poderão receber os papéis temáticos: experienciador, paciente ou tema, típicos de objetos verbais. A diferença entre eles reside no fato de que paciente é aquele sobre o qual a ação recai, o que significa dizer que haverá uma transformação no DP; já tema é apenas uma descrição e o DP não sofre nenhuma transformação; experienciador a seu turno é aquele que experiencia a ação descrita pelo verbo. Desta forma, ao analisarmos as sentenças em (14):

- (14) a. [ec costuma meu filho temer as provas]
b. [ec apareceu um gato no meu quintal]

Observamos que, em (14a) o DP *meu filho* recebe papel temático de experienciador do verbo *temer*; já em (14b), o DP *um gato* recebe o papel temático de tema do verbo *aparecer*.

Em relação aos inacusativos que selecionam CPs, importante ressaltar que, nessas construções o DP não precisa se mover para Spec de IP da oração matriz para receber Caso, pois o Caso é atribuído pelo verbo da própria oração.

No que diz respeito aos inacusativos que selecionam orações com verbos no gerúndio e no particípio, enfatizamos que tanto o gerúndio, quanto o particípio remetem ao aspecto durativo do evento narrado.

Por fim, ressaltamos, segundo Rech (2005), que, sendo o complemento de um inacusativo uma *small clause*, seu predicado pode ter como núcleo um sintagma nominal (DP), um sintagma adjetival (AP) ou, um sintagma preposicional (PP), como podemos observar em (15):

- (15) a. A Sabrina é **uma amiga**.
- b. A Sabrina é **linda**.
- c. A Sabrina é **de coragem**.

Ressaltamos ainda que, conforme mostram Miotto et al (2004, p. 158), há também sentenças cujo sujeito e predicado da *small clause* são expressos por infinitivo, e também por um CP, como apresentamos em (16):

- (16) a. Viver é sofrer.
- b. Parece verdadeiro que Paulo não saiu ontem.

2.5- Fatores relevantes para a depreensão de propriedades inacusativas

A seguir, exibiremos alguns fatores relevantes na depreensão de propriedades inacusativas: (i) evidenciando as diferenças entre os verbos monoargumentais; (ii) demonstrando, mesmo sem marcas explícitas, que não é possível tratar os verbos monoargumentais como pertencentes a uma única classe de verbos; (iii) tornando possível subdividi-los em inergativos e inacusativos.

2.5.1- Formação de nominais [-or]

Segundo Nascimento (2014), a impossibilidade de formar nomes pelo acréscimo do sufixo [or], é uma evidência para reconhecer a classe dos inacusativos, já que esses verbos comportam-se de maneira diferente dos inergativos em relação a adjunção desse sufixo. Assim, é possível afirmar que somente os inergativos admitem a pronominalização, conforme mostramos em (17):

- (17) a. correr = corredor
b. escrever = escritor
c. cantar = cantor
d. morrer = *morredor
e. cair = *caidor

Em (17 a,b,c), temos os predicados *correr*, *escrever* e *cantar* que selecionam apenas AE, ao aplicarmos o teste de nominalização em or, obtemos itens gramaticais, já em (17 d, e), temos os predicados *morrer* e *cair* que selecionam apenas AI, ao aplicamos o teste, verificamos que os itens formados são agramaticais.

2.5.2- Formação de Particípio absoluto

Argumento externo, não coocorre com particípio absoluto, portanto, apenas os inacusativos podem dar origem a construções de particípio absoluto. Mesmo nas construções em que o verbo seleciona dois argumentos, na transformação da sentença para a voz passiva, o que se mantém é o AI. Nas construções com verbos monoargumentais, o que

irá coocorrer com o particípio é o AI, como mostram os exemplos em (18) retirados de Nascimento (2014, p. 241):

- (18) a. O João consertou a calha.
b. Consertada a calha...
c.* Consertado o João...
d. Crescidos os filhos, eles tomaram juízo.
e. *Corridos os atletas, eles descansaram.

Observamos em (18 a, b, c), um predicado que seleciona dois argumentos, AE e AI. Ao passarmos as sentenças para a voz passiva, notamos que o argumento que se mantém é o AI; caso mantivermos o AE, percebemos que o resultado será uma sentença agramatical. Em (18 d, e), temos predicados monoargumentais: *crescer*, que seleciona apenas AI, e *correr*, que seleciona apenas AE. Por meio dessas sentenças, observamos que o predicado *crescer* que seleciona apenas AI forma particípio absoluto, enquanto que o predicado *correr*, que seleciona apenas AE, torna-se agramatical nessa construção.

2.5.3- Alternância AVB →BV

Consideramos, conforme Nascimento (2014), **A**, Argumento externo; **V**, verbo; **B**, Argumento interno; e, → direção do processo. Assim, o teste proposto é a alternância de uma sentença biargumental para uma sentença monoargumental; nesta última, o que se mantém é o argumento interno (**B**). Destacamos, contudo, que há predicados com a propriedade de alternar entre uma estrutura biargumental e uma estrutura monoargumental, conforme (19):

- (19) a. Joana afundou o barco.
b. O barco afundou.

Nas sentenças em (19a), observamos que o predicado *afundar* seleciona dois argumentos, o AE, *Joana*, e o AI, *o barco*. Em (19b), verificamos que o mesmo predicado manteve somente o AI e a sentença continua gramatical. Desta maneira, notamos que o argumento que se mantém é o AI e houve a alternância AVB →BV. No entanto, apenas alguns verbos transitivos apresentam essa possibilidade, como podemos verificar em (20):

- (20) a. Joana comeu o bolo.
b. *O bolo comeu.

Em (20b), não é possível manter apenas o AI e apagar o AE, pois a sentença fica sem sentido. Segundo Zubizarreta (1982; 259-260), os verbos transitivos que permitem a alternância AVB →BV são os semanticamente causativos, como *quebrar*, *afundar*. Esses podem sofrer anticausativização, ou seja, o apagamento do AE agentivo e a preservação do AI.

2.5.4- Alternância AVB → AV

Mantendo ainda a definição dada para A, V, B do item anterior, verificamos, agora, a alternância de uma estrutura biargumental para uma estrutura monoargumental. Porém, desta vez, o que se mantém é o argumento externo. Assim, o verbo transitivo que sofre a alternância não poderá sofrer o processo de anticausativização, de onde se conclui que os verbos transitivos em questão não serão causativos, conforme (21):

- (21) a. Mariana lê livros sempre que possível.
b. Mariana lê sempre que possível.

c. *O livro lê sempre que possível.

De acordo com os exemplos em (21a,b,c), observamos que o argumento que pode ser suprimido para que a sentença continue gramatical é o AI; assim, constatamos que os transitivos não causativos não apresentam um oposto inacusativo.

2.5.5- Alternância VB (PA)¹⁵→AVB

Trataremos agora da alternância de uma estrutura monoargumental para uma estrutura biargumental. Consideramos aqui PA como um PP que contém um DP= A¹⁶.

Essa alternância deriva transitivos de inacusativos, portanto, somente inacusativos podem alternar-se. A alternância reside em promover o PP para spec de IP de tal modo que a preposição desapareça, como evidenciam os exemplos (22 a 24), retirados de Nascimento (2014, p. 246):

- (22) a. Dá pitanga no meu sítio.
b. O meu sítio dá pitanga.

- (23) a. Cabe muita gente na Combi.
b. A Combi cabe muita gente.

- (24) a. Cresceu o dentinho do nenê.
b. O nenê cresceu o dentinho.

¹⁵ PA, segundo Nascimento (2014, P, 246) é um PP que contém um DP= A

¹⁶ Definição retirada de Nascimento (2014)

Como podemos observar nas sentenças de (22 a 24), o PP foi movido para spec de IP e a preposição apagada, com isso, resulta uma estrutura transitiva do que antes era uma estrutura inacusativa.

2.6- Os Inacusativos primitivos e os Inacusativos derivados

2.6.1-Inacusativos primitivos

Segundo Nascimento (2014), inacusativos primitivos são aqueles que não derivam de uma estrutura transitiva, sendo, então, verbos que não podem figurar com mais de um argumento. O único argumento selecionado, interno, pode ser um DP, um CP, uma SC, um Infinitivo, um Gerúndio ou ainda, um Particípio.

A seguir, elencamos alguns exemplos (25)-(28) dos argumentos que podem ser selecionados pelos Inacusativos Primitivos, a fim de ilustrarmos com maior clareza o exposto:

- (25)¹⁷ a. Há muitos alunos nessa escola.
b. Apareceram dezenas de candidatos para essa vaga.
c. Floresceram rosas naquele jardim.

- (26)¹⁸ a. Parece que Joana gosta de chocolate.
b. Acontece que Maria chorou.

¹⁷ No caso dos Inacusativos que selecionam DPs, pode-se ter, segundo Nascimento(2014), os verbos existenciais e os não existenciais. Os existenciais são, no entanto, os únicos a criarem resistência à anteposição do argumento.

¹⁸ Para os Inacusativos que selecionam CPs, observamos que há uma barreira para que Maria e Joana saiam do CP; em outras palavras, não devem sair porque todas as características sintáticas estão satisfeitas dentro do próprio CP.

- (27)¹⁹ a. A Mariana deve cantar.
b. O Júlio está sorrindo.
c. A Marta tem escrito cartas de amor.
- (28)²⁰ a. Lorena é feliz.
b. Gilberto está triste.

Por meio dos exemplos de (25), observamos inacusativos que selecionam DPs; em (26), Inacusativos que selecionam CPs; em (27), Inacusativos que selecionam infinitivo, gerúndio e particípio, respectivamente e, em (28), Inacusativos que selecionam SC. Esses são os tipos de argumentos que podem ser selecionados pelos Inacusativos primitivos.

2.6.2 – Inacusativos Derivados

Segundo Nascimento (2014), essa é a classe dos transitivos que se convertem em inacusativos por meio da supressão do argumento externo.

Aproveitamos para reinterar o que já expusemos, acima, a respeito das alternâncias AVB→VB e AVB→AV; o que irá diferenciar as estruturas para as quais se alterna será o argumento que será suprimido. No caso da primeira alternância o que se suprime é o argumento externo; temos então, uma estrutura que passa da transitiva

¹⁹ Os exemplos em (27) são estruturas complexas que não selecionam CP. Dessa forma, há uma distinção que se mostra importante, o Inacusativo *deve* seleciona um infinitivo, o *está* seleciona um gerúndio e o *tem* seleciona um particípio.

²⁰ Os verbos de ligação *ser* e *estar*, também inacusativos, selecionam uma SC.

para inacusativa; já na segunda, suprimindo o argumento interno, passamos a ter uma estrutura intransitiva.

Com os Inacusativos Derivados o que sobrevém é a supressão do argumento externo, por isso, passamos a ter uma estrutura inacusativa e, portanto, um inacusativo derivado. Vejamos os exemplos em (29):

- (29) a. Marcos esvaziou a piscina.
b. A piscina esvaziou-se.
c. *Marcos esvaziou.

Em (29 b), evidenciamos que o argumento que foi suprimido foi o argumento externo do predicado *esvaziar*. Mediante essa supressão, temos uma estrutura transitiva, alternando-se para uma estrutura Inacusativa.

2.6.3- Os Inacusativos Lexicais

Os Inacusativos lexicais são os que selecionam um argumento interno e têm papel temático para atribuir-lhe.

Predicados como *chegar, aparecer, surgir, morrer, viver, sobreviver, entrar, sair, brilhar, cair e nascer*, entre outros, são inacusativos, uma vez que selecionam apenas um argumento, o interno. Importante destacar que esses inacusativos têm papel temático para atribuir a seu argumento.

Baseados em Rech (2013), enfatizamos que esses predicados inacusativos possuem valor referencial. Em outras palavras, possuem sentido particular no mundo e, por isso, selecionam semanticamente seu argumento.

Vejamos os exemplos em (30):

- (30) a. Marcos caiu da cama.
- b. Sofia nasceu ontem.
- c. Roberta apareceu de repente.
- d. Helena chegou.

Nesses exemplos, temos predicados inacusativos que atribuem papel temático a seu argumento. Em (30 a e b), Marcos e Sofia são argumentos internos de *cair e nascer*, que possuem valor referencial, e recebem papel temático de experienciador do predicado que os selecionam. Em (30 c e d), Roberta e Helena também se constituem como argumento interno de *aparecer e chegar*, recebendo papel temático de tema. Desta maneira, podemos observar que os predicados em questão, têm papel temático a atribuir a seu DP complemento.

Os predicados Inacusativos *parecer, convir, constatar*, entre outros, também são considerados inacusativos lexicais. Porém não selecionam um complemento do tipo DP, mas sim, do tipo CP. No entanto, da mesma forma, atribuem papel temático a esse complemento:

- (31) a. Parece que Mariana está atrasada.
- b. Convém que aguardem para entrar.

Nos exemplos (31 a, b), constatamos que os inacusativos *parecer e convir* selecionam um argumento interno, do tipo CP, para o qual atribuem um papel temático.

Por meios dos exemplos em (30) e (31), concluímos que os inacusativos lexicais selecionam DPs e CPs como seu argumento interno e selecionando-os, atribui-lhes papel temático.

Podemos destacar, entretanto, que não atribuem a seu argumento interno, o papel temático de agente, uma vez que esse ocupa o lugar de argumento externo do predicado.

2.6.4- Os Inacusativos Funcionais

Os Inacusativos Funcionais são aqueles que não selecionam argumentos e não têm papel temático para atribuir.

Segundo Rech (2013), processo de gramaticalização corresponde à passagem de um núcleo lexical a um núcleo funcional. Em outras palavras, processo que consiste em transformar um verbo com sentido particular em um verbo esvaziado desse sentido.

Em se tratando dos inacusativos funcionais, ocorre esse processo de gramaticalização e, desta forma, esse verbo não terá um papel temático a atribuir, mesmo porque ele não irá selecionar um argumento, mas sim, “c-selecionar um complemento tendo em vista apenas a categoria à qual ele deve pertencer” (MIOTO et al, 2014, p. 59).

Vejamos os exemplos em (32) e (33):

(32) Maria deve dinheiro a Paulo.

(33) Maria deve acordar cedo.

Em (32), o predicado *dever* apresenta um sentido particular, é transitivo e seleciona argumentos; já em (33), o mesmo predicado encontra-se esvaziado semanticamente, é inacusativo e não seleciona argumento, apenas c-seleciona ou subcategoriza um complemento de natureza verbal.

Desta forma, postulamos, segundo Rech (2013), que os inacusativos funcionais não subcategorizam DPs e CPs como

complementos uma vez que estes são sintagmas que funcionam prototipicamente como argumentos. Assim, torna-se evidente a agramaticalidade da sentença em (34) e (35):

(34) *Júlia deve que tem dois anos.

(35) *Júlia deve um menino encontrar.

A partir dessas observações, podemos concluir que os inacusativos funcionais subcategorizam um complemento do tipo infinitivo, gerúndio ou ainda participíio, como mostram os exemplos (36)-(38):

(36) Juliano deve cantar amanhã à noite.

(37) Marcelo tem escrito cartas de amor.

(38) Rosana segue encontrando motivos para viver.

Neste primeiro capítulo, abordamos uma revisão da literatura referente ao fenômeno da inacusatividade, objetivando uma melhor compreensão do fenômeno. Ressaltamos a importância dessa revisão por constituir-se como ponto de partida para a proposta dessa dissertação.

Desta forma, evidenciamos até o presente momento, por meio de uma abordagem das estruturas inacusativas, que os verbos inacusativos apresentam um comportamento distinto em relação aos demais verbos. Em consonância com essa observação, estudiosos, tais como Burzio (1986), sob uma perspectiva sintática; Levin e Hovav (1995), sob uma perspectiva sintático-semântica; dentre outros, postulam novas versões à hipótese inacusativa de Perlmutter. No entanto, mantêm a proposta da

divisão em inergativos e inacusativos, para a classe dos verbos intransitivos.

Ao observarmos o comportamento dos verbos inacusativos, em coocorrência com predicados modais, percebemos que dentro da própria classe há diferenças de comportamento. Assim, nossa hipótese baseia-se no fato de que verbos inacusativos como: *chegar, entrar, sair, cair*, dentre outros, não se comportam da mesma maneira que os inacusativos *nascer, morrer, florescer, viver*, entre outros. Nossa proposta é fundamentar uma divisão da classe dos inacusativos. Para tanto, apoiamo-nos nesse primeiro momento, na asserção de Rech (2005), de que existem graus de inacusatividade. Porém, apresentamos, no próximo capítulo, um panorama dos estudos a respeito dos auxiliares modais, por acreditarmos que esses verbos revelam propriedades distintas dos inacusativos.

3- Um estudo dos auxiliares modais

3.1- Introdução

O interesse pela modalidade, segundo Lunguinho (2004), remonta à antiguidade; no entanto, o estudo dessa categoria adquiriu expressiva relevância com as propostas teóricas de Kratzer (1981, 1991) e Cinque (1999). A partir dessas propostas, estudiosos das áreas da semântica e da sintaxe vêm buscando desenvolver novos estudos visando a compreender os mecanismos envolvidos na interpretação de sentenças com auxiliares modais.

Neste segundo capítulo, exibimos um panorama dos estudos dos auxiliares modais, especificamente daqueles que, de alguma forma, possam se relacionar, ou mesmo, fundamentar nosso objeto de estudo.

O capítulo está dividido em seções, subdivididas em subseções. Na segunda seção, abordamos brevemente a proposta de Cinque (1999), que sob uma perspectiva sintática, apresenta um estudo dos núcleos funcionais por meio do que ficou consolidado na literatura como a Hierarquia de Cinque. Nela, elege a posição do modal como responsável por sua interpretação – epistêmica ou de raiz. O autor prediz várias posições para os diferentes núcleos funcionais indicadores de modalidade, aspecto e tempo; em seguida, apresentamos os estudos de Stowell (2004) no qual, a principal questão discutida está relacionada à interpretação dos modais, ou seja, aos mecanismos da gramática que estão envolvidos nessa interpretação; na seção seguinte, abordamos os estudos de Kratzer (1981, 1991, 2012) que propõe uma teoria, à luz do modelo da semântica formal, a qual preconiza o contexto como restrição necessária à interpretação de sentenças com modais; por fim, encerrando a segunda seção do capítulo, apresentando a proposta de Hacquard (2006) que vai na linha de estabelecer uma interface entre a proposta de Kratzer e a de Cinque. A autora segue Kratzer ao considerar uma única entrada lexical para epistêmicos e de raiz, mas supõe que esses núcleos são interpretados em diferentes posições na derivação.

Na terceira seção do capítulo, fazemos uma relação entre os estudos de Rech e Giachin (2014) que investigam as interpretações disponíveis para os modais ‘*pode*’ e ‘*deve*’ em construções com predicados adjetivos no domínio encaixado, com os estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016) que focam na análise da distinção entre os

deônticos *ought-to-be* e *ought-to-do*, argumentando que os modais deônticos podem ser interpretados tanto em posição baixa- *ought-to-do*-quanto em posição alta- *ought-to-be*.

Elegemos os estudos mencionados por considerarmos que, em alguma medida, se relacionam com nossa perspectiva de divisão da classe dos inacusativos.

3.2 - Um panorama semântico-sintático do estudo dos auxiliares modais

Os modais têm sido objeto de estudo principalmente de teóricos ligados à semântica. Nessa linha, podemos citar os trabalhos de Stowell (2004), que associa as relações entre esses núcleos e a categoria de tempo, e os de Kratzer (1981, 2012), que os considera operadores sobre proposições. No campo da sintaxe, os modais têm sido descritos por Cinque (1999, 2006) como núcleos funcionais que ocupam diferentes posições na estrutura da sentença, havendo modais altos – como os epistêmicos –, e modais baixos – como os de raiz –, dentre os quais estão os deônticos, os teleológicos e os de capacidade. Hacquard (2006, 2010) se propõe a desenvolver um estudo na interface entre a semântica e a sintaxe, buscando integrar a proposta de Kratzer com a de Cinque. Para Hacquard, os modais são homônimos, à semelhança do que propõe Kratzer, mas estes se diferenciam em relação à posição em que são interpretados.

Nas subseções seguintes, abordaremos brevemente as propostas de Cinque (1999, 2006), Stowell (2004), Kratzer (2012), Hacquard

(2006, 2010), Pires de Oliveira e Rech (2016) quanto à modalidade verbal.

3.2.1 - Cinque (1999, 2006)

Cinque propõe uma ordenação para os núcleos funcionais indicadores de modo, tempo e aspecto a partir de testes de transitividade. Diante de evidências de que afixos e partículas funcionais são interpretados em distintos núcleos, o autor postula uma ordem específica baseada em uma evidência disponível em uma ordem relativa.

Cinque (2006) observa, por exemplo, que um verbo como *solere* (costumar), que está associado ao núcleo Asp_{Habitual}, quando coocorre com um verbo como *tendere* (tender). A única ordem possível para a maioria dos falantes é: *solere*>*tendere*, indicando a sequência Asp_{Habitual} > Asp_{Predisposicional} para esses núcleos. O autor testa diferentes sequências, combinando, em outro momento, o Asp_{Predisposicional} com um núcleo como o Asp_{Volitivo}, lexicalizado, em italiano, pelo verbo *volere* (querer). Este último é, então, combinado com o Asp_{IntERRUPTIVO}, correspondente ao verbo *smettere* (parar), e assim por diante, até obter um ordenamento parcial desses núcleos, conforme mostrado em (1):

- (1) Asp_{Habitual} > Asp_{Predisposicional} > Mod_{Volitivo} > Asp_{IntERRUPTIVO} > Asp_{Continuativo}
solere > *tendere* > *volere* > *smettere* > *continuare*

A partir da realização de refinados testes de transitividade, o autor chega a um ordenamento dos diferentes núcleos funcionais indicadores das noções de tempo, modo e aspecto. Este, em princípio,

teria sido proposto com base nos tipologistas e funcionalistas, estendendo-se para as línguas românicas, sendo, em pesquisas futuras, constatado nas mais diferentes línguas, podendo, inclusive, constituir parte do conhecimento da GU. Apresentamos, a seguir, um esquema parcial dessa hierarquia, incluindo núcleos de modo, tempo e aspecto:

(2) MoodP_{Speech act}> MoodP_{Evaluative}> MoodP_{Evidential} > ModP_{Epistemic} > TP_(Past)> TP_(Future) > MoodP_{Irrealis} > ModP_{Alethic}> Asp_{Habitual}>Asp_{Finally}> Asp_{Predispositional}> Asp_{Repetitive(1)}> Asp_{Frequentative(1)}> ModP_{Volitional}> Asp_{Celerative(1)}> TP_(Anterior) > Asp_{Terminative} > Asp_{Continuative} > Asp_{Perfect} > Asp_{Retrospective} > Asp_{Proximative} > Asp_{Durative} > Asp_{Progressive} > Asp_{Prospective} > Asp_{Inceptive} > MoodP_{Obligation} > ModP_{Ability} > Asp_{Frustrative/success} > ModP_{Permission} > Asp_{Conative} > Asp_{Completive(1)} > VoiceP > Asp_{Celerative(II)} > Asp_{Inceptive(II)} > Asp_{Completive(II)} > Asp_{Repetitive(II)} > Asp_{Frequentative(II)}...

(CINQUE, 2006, p. 12, 93)

Esse ordenamento retrata as distintas posições de cada núcleo funcional na estrutura. É possível observar, na hierarquia transcrita em (2), que há núcleos altos, como o modal epistêmico (Mod_{Epist}), e núcleos baixos, como os modais de raiz (Mod_{Root}). Estes se encontram em diferentes estágios de gramaticalização, uma vez que, quanto mais alta a posição de um núcleo, mais propriedades funcionais ele manifesta, oferecendo, assim, menos restrições aos núcleos que ocupam a posição de seu complemento; desta forma, podem ter sob seu escopo todos os aspectuais, temporais e demais modais.

Na hierarquia proposta por Cinque, verifica-se que núcleos modais de necessidade alética (que não envolve o controle humano) e de possibilidade estão localizados acima dos núcleos aspectuais. Já um núcleo correspondente a um modal de raiz (volição, obrigação, capacidade e permissão) está localizado em posição mais baixa, entre os

núcleos aspectuais. Logo, a interpretação do modal parece estar relacionada à posição que este ocupa em relação a núcleos de tempo e de aspecto. O modal epistêmico, por exemplo, corresponde a um núcleo alto, localizado acima dos núcleos de tempo e aspecto; já modais de raiz estão associados a núcleos baixos, próximos a VoiceP, ocupando posições abaixo dos núcleos de tempo e da maioria dos núcleos indicadores de aspecto. O contraste de gramaticalidade das sentenças do exemplo (3) ilustra a rigidez do ordenamento:

- (3) a. Maria deve poder viajar. ($\text{Mod}_{\text{Epist}} > \text{Mod}_{\text{Perm}}$)
b. * Maria deve poder viajar. ($\text{Mod}_{\text{Obrig}} > \text{Mod}_{\text{Epist}}$)

A sentença (3a) é bem formada com o modal *deve* sendo interpretado como $\text{Mod}_{\text{Epist}}$; e *pode*, como Mod_{Perm} , evidenciando o ordenamento $\text{Mod}_{\text{Epist}} > \text{Mod}_{\text{Perm}}$, tal qual proposto por Cinque. Já (3b), em que *deve* corresponde a um núcleo modal de raiz ($\text{Mod}_{\text{Obrig}}$), e *pode* a um modal epistêmico, é má-formada. Isso ocorre porque o modal epistêmico tem escopo sobre o modal de obrigação, não admitindo, assim, tal alternância.

Ainda segundo Cinque, dependendo da interpretação, os modais podem ocupar diferentes posições na hierarquia de núcleos funcionais, o que significa dizer que o fato de haver uma relação sistemática entre dois usos de um mesmo modal, pode sugerir a existência de um núcleo comum entre as duas interpretações. O autor afirma que, caso o item lexical apenas expresse esse núcleo comum, ele estará subespecificado

em relação às duas posições; consequentemente, será compatível com ambas²¹ as interpretações.

Observemos o emprego do modal *poder* coocorrendo com o aspectual *estar*, em (4):

- (4) a. Mariana pode estar viajando.
- b. Mariana está podendo viajar.

A partir das sentenças em (4), poderíamos pensar se o fato de o modal ‘*poder*’ ser interpretado em diferentes posições- alta (modal epistêmico) em (4a) e baixa (modal de raiz) em (4b)- sem que haja uma explicação da maneira como se derivam essas diferentes posições -, constituiriam uma evidência de que se tratam de diferentes entradas lexicais, supondo que tais verbos trazem essas informações semânticas do léxico. *Poder*, em (4a), está localizado à esquerda de *estar*, significando possibilidade, correspondendo ao núcleo Mod_{Epistêmico}. *Estar*, em (4b), localizado à esquerda de *poder*, torna a interpretação do modal ambígua entre capacidade/habilidade ou permissão, correspondendo ao núcleo Mod_{Habilidade} ou Mod_{Permissão}. Esse ordenamento estaria de acordo com a hierarquia de Cinque, que elenca que o núcleo Mod_{Epistêmico} antecede o Asp_{Progressivo}, lexicalizado por *estar* no português brasileiro, e os núcleos Mod_{Habilidade} e Mod_{Permissão} o sucedem.

²¹ “These cases are not so different from the well-known cases of adverbs like stupidly, rudely, etc., which depending on interpretation (manner or subject-oriented) come to occupy different positions in the structure of the clause (cf. Cinque, 1999:19 f, and references cited there). The fact that there is a systematic relation between these two usages may suggest (rather than ambiguity, or, worse, homonymy) the existence of a common core between the two interpretations. If the lexical item only expresses this common core, it is underspecified with respect to the two positions; hence compatible with both” (CINQUE, 2004, p. 692-693)

Outra forte evidência de que os modais podem ocupar mais de uma posição na hierarquia é o fato de ser possível a construção de sentenças com a ocorrência do verbo *poder* em sequência, como mostra o exemplo em (5) a seguir:

(5) Jucelino pode poder viajar para Londres.

Nesta sentença, é possível observar que as duas realizações do verbo *poder* não assumem a mesma conotação. A única interpretação possível para (5) é a de que *é possível que Jucelino tenha permissão ou capacidade de viajar para Londres*, em que a primeira realização de *pode* corresponderia ao núcleo Mod_{Epistêmico}; e a segunda, ao núcleo Mod_{Permissão} ou Mod_{Capacidade/Habilidade}. O ordenamento em (5) corrobora a hierarquia proposta por Cinque, em que o núcleo Mod_{Epistêmico} antecede os núcleos Mod_{Permissão} e Mod_{Habilidade}.

A fim de esclarecer um pouco mais a proposta de Cinque, ilustraremos a seguir alguns exemplos de sentenças formadas com mais de um núcleo funcional modal, nas quais será possível observar como estão ordenados os diferentes núcleos indicadores das noções de tempo, modo e aspecto. O exemplo (6) ilustra combinações dos modais *poder* e *dever*:

- (6) a. Os alunos devem poder participar da reunião.
b.*Os alunos podem dever participar da reunião.

A sentença (6a) é bem formada e está de acordo com a hierarquia proposta por Cinque, uma vez que o núcleo Mod_{Epistêmico}, realizado pelo verbo *dever*, antecede o núcleo Mod_{Permissão}, realizado pelo verbo *poder*, significando algo como *'é provável que os alunos recebam permissão*

para participarem da reunião’. Note que outra interpretação possível para (6a) é a de que o modal *deve* corresponde a um núcleo deôntico de obrigação (Mod_{Obrigação}), e *pode* corresponde a um modal de permissão. Neste caso, a interpretação da sentença corresponderia à seguinte situação: *de acordo com as leis que regem esta escola, os alunos têm permissão para participarem da reunião*. Esta última interpretação também está de acordo com a hierarquia proposta por Cinque, visto que Mod_{Obrigação}, lexicalizado por *deve*, antecede o Mod_{Permissão}, lexicalizado por *pode*. A sentença (6b) é má-formada, mostrando que o núcleo Mod_{Permissão} não pode anteceder o Mod_{Obrigação} no PB, confirmando, assim, o ordenamento proposto por Cinque. Acreditamos que esse fato ocorra devido às propriedades anômalas de *dever* que somente torna a sentença bem formada quando ocupa a primeira posição da sequência verbal, como epistêmico, ou como verbo lexical, significando dever dinheiro (ter uma dívida), como em: *‘Maria pode estar devendo dinheiro a Pedro’*

Os exemplos de (7) a (9), a seguir, ilustram outros possíveis ordenamentos envolvendo núcleos modais do PB:

- (7) a. Júlio pode estar tentando agradar.
(Mod_{Epistêmico} > Asp_{Durativo} > Asp_{Conativo})
b. *Júlio pode tentar estar agradando.
(Mod_{Epistêmico} > Asp_{Conativo} > Asp_{Durativo})
- (8) a. Maristela deve parar de continuar reclamando.
(Mod_{Epistêmico} > Asp_{Terminativo} > Asp_{Continuativo})
b. *Maristela deve continuar a parar de reclamar.
(Mod_{Epistêmico} > Asp_{Continuativo} > Asp_{Terminativo})
- (9) a. Patrícia pode ter que tentar arrumar a torneira.
(Mod_{Epistêmico} > Mod_{Obrigação} > Asp_{Conativo})
b. *Patrícia pode tentar ter que arrumar a torneira.

(Mod_{Epistêmico}>Asp_{Conativo}>Mod_{Obrigação})

O contraste de gramaticalidade das sentenças acima nos fornece indícios do rígido ordenamento dos núcleos funcionais. Como é possível observarmos em (7a), o núcleo Mod_{Epistêmico} - realizado pelo modal *pode* - antecede os núcleos Asp_{Durativo} - realizado pelo verbo *estar* - e o Asp_{Conativo} - realizado pelo verbo *tentar*- tal qual proposto na hierarquia, resultando em uma sentença bem formada. O ordenamento dos núcleos funcionais das sentenças (8a) e (9a) também estão de acordo com a hierarquia proposta por Cinque, resultando, da mesma forma, em sentenças bem formadas. Já em (7b), observamos um ordenamento que não está de acordo com o proposto na hierarquia, uma vez que o Asp_{Conativo} – realizado pelo verbo *tentar*- antecede o Asp_{Durativo}- realizado pelo verbo *estar* – resultando em uma sentença agramatical. A mesma divergência ocorre nas sentenças em (8b), em que o Asp_{Continuativo} – realizado pelo verbo *continuar*- antecede o Asp_{Terminativo}, realizado pelo verbo *parar* - e em (9b), em que o Asp_{Conativo} - realizado pelo verbo *tentar*- antecede o Mod_{Obrigação} - realizado pelo modal *tem que* -, resultando em sentenças má-formadas. Isso ocorre porque, segundo a hierarquia proposta por Cinque, o núcleo Asp_{Continuativo} não pode ter escopo sobre o núcleo Asp_{Terminativo}, assim como o núcleo Asp_{Conativo} não pode ter escopo sobre o núcleo Mod_{Obrigação}.

Portanto, esses exemplos constituem forte evidência de que o PB segue o ordenamento proposto por Cinque no que se refere aos núcleos modais e suas posições em relação aos núcleos de tempo e aspecto.

A partir da observação de um rígido ordenamento dos núcleos funcionais, Cinque preconiza que a interpretação do modal está relacionada à posição que este ocupa na estrutura, ou seja, acentua que

modais realizados em uma posição alta na hierarquia, acima dos núcleos de tempo e de aspecto, são interpretados como epistêmicos; já os modais realizados em uma posição mais baixa na hierarquia, próximo a VoiceP, abaixo do tempo e da maioria dos núcleos aspectuais, são interpretados como modais de raiz. Essa proposta difere da proposta de Kratzer (1981, 2012), no sentido de que, para Cinque, a especificação do modal em epistêmicos e de raiz é dada pelo próprio modal, enquanto que, para Kratzer, núcleos epistêmicos e de raiz têm sua especificação dada pelo contexto.

3.2.2- Stowell (2004)

Para Stowell (2004), os modais ocorrem unicamente em formas finitas e podem ser classificados em *true modals* e *semi-modals*. O autor considera os modais *can, could, may, might, must, shall, should, will e would* como *true modals*, por exibirem as propriedades características de um auxiliar, que são: (i) não se flexionarem na terceira pessoa do singular, como os verbos regulares; (ii) não selecionarem *to* para a posição de seu complemento; (iii) selecionarem sempre um VP como complemento; e (iv) ocorrerem na forma negativa com a partícula *not*. Como exemplos de *semi-modals*, o autor cita *have-to- (ter que)*, que substitui o deontico *must* (dever) em alguns contextos sintático/semânticos, uma vez que *have to*, diferente de *must*, pode indicar necessidade em um tempo passado, flexionar-se na terceira pessoa do singular e ser usado livremente em contextos infinitivos.

Um dos pontos observados por Stowell (2004) é a flexão dos modais nos tempos presente e passado. O autor considera que essa alternância é possível, mas não ocorre em todos os contextos. Por exemplo, *could* nem sempre corresponde ao passado de *can*: *Could you help me, please?* O autor ressalta que os pares *can/could*, *shall/should* e *will/would* têm comportamento semelhante ao dos verbos regulares no que diz respeito à alternância; no entanto, modais como *must*, *ought*, *need*, *may* e *might* não exibem distinção entre presente e passado. *Must*, *may* e *need* comportam-se como verbos em tempo presente; já *ought* e *migh* permitem uma leitura ambígua.

A principal questão discutida por Stowell está relacionada à interpretação dos modais, ou seja, aos mecanismos da gramática que estão envolvidos nessa interpretação. O autor salienta a importância da proposta de ordenamento dos predicados funcionais indicadores das noções de tempo, modo e aspecto (CINQUE, 1999) para a análise desses núcleos.

Seguindo essa linha, Stowell corrobora os estudos de Zagana (1990), que observa que, em construções epistêmicas, há uma coincidência entre eventualidade e tempo quando os modais formam sequência com predicados estativos, conforme (1a); já quando se combinam com predicados eventivos, o evento é interpretado como ocorrendo no futuro, conforme (1b):

- (1) a. Jonh *must/should* be in class today.
(interpretação simultânea ao tempo do modal ou futura)
- b. Joe *could/may* take the train.
(interpretação futura)

(STOWELL, 2004, p. 624)

Em (1a), o predicado que segue o núcleo modal epistêmico é um estativo *to be in the class today* (estar na aula hoje), pois evidencia um hábito a partir do que se conhece a respeito da rotina de Jonh. Neste caso, o tempo da eventualidade coincide com o tempo do modal, permitindo, assim, uma leitura simultânea ao tempo do modal: *Jonh está na aula hoje*; ou uma leitura em que ocorre um deslocamento para o futuro: *Jonh estará na aula hoje*. Em (1b), o predicado que forma sequência com o modal exhibe uma natureza eventiva *take the train* (pegar o trem). Neste caso, o evento só pode ser interpretado como ocorrendo em um tempo futuro em relação ao tempo do modal.

O autor salienta ainda que *could* não é passado de *can* em interpretações epistêmicas. Quando *could* é empregado epistemicamente, ele não pode ter uma interpretação de tempo passado, e assim o falante mantém o tempo da ilocução. Esse fato ocorre, segundo o autor, porque os modais epistêmicos se localizam acima do tempo e, também, porque, não tendo o predicado na posição de complemento do modal um aspecto perfeito, não pode receber uma interpretação deslocada para o passado, como mostram os exemplos em (2), retirados de Stowell (2004, p.625):

- (2) a. Jack's wife can be very rich.
'A esposa de Jack pode ser muito rica'
b. Jack's wife could be very rich.
'A esposa de Jack podia ser muito rica'

A partir dos exemplos em (2) podemos observar que não é possível a leitura de *could*, em (2b), como passado de *can*, em (2a), pois, sendo *can* interpretado como um modal epistêmico de possibilidade – *can be very rich* (pode ser muito rica), tendo em vista o que se conhece a

respeito da esposa de Jack, não é possível que esse conhecimento se reporte a um tempo passado (pôde ser muito rica). Mesmo que este seja um fato conhecido anteriormente ao tempo da ilocução, o falante transporta a informação para o agora, ou seja, para o tempo da ilocução.

Segundo Stowell, os modais de raiz, por sua vez, favorecem uma leitura deslocada para o futuro em relação ao tempo do modal, independentemente da classe aspectual (*Aktionsarten*) do predicado que ocupa a posição de seu complemento. Vejamos os exemplos em (3):

- (3) a. Mary must go home.
'Mary deve ir para casa'
- b. Susan may go out alone at night.
'Susan pode sair sozinha à noite'
- c. They ought to fix that elevator.
'Eles deveriam consertar este elevador'

Em (3), os modais *must*, *may* e *ought to* se combinam com eventos orientados para o futuro: *go home* (ir para casa), *go out alone at night* (sair sozinha à noite) e *fix that elevator* (consertar este elevador), respectivamente. Já para os modais *can* e *could* (capacidade/habilidade), uma leitura simultânea entre o tempo do modal e do evento parece mais natural:

- (4) a. Jonh can run 100 meters.
'John pode correr 100 metros'
- b. Mary could solve the issue.
'Mary podia resolver essa questão'

Em (4a-b), *can* e *could* se combinam com predicados cujo tempo é simultâneo ao tempo desses modais. É possível, entretanto, uma

alternância de tempo para *can* e *could*, como mostram os exemplos em (5), transcritos de Stowell (2004, p. 625):

- (5) a. Carl can move his arm.
'Carl pode mover seu braço'
- b. Carl could move his arm.
'Carl pôde mover seu braço'
- c. Max can go out after dark.
'Max pode sair depois de escurecer'
- d. Max could go out after dark.
'Max pôde sair depois de escurecer'

Em (5a) e (5c), a interpretação do modal *can* é simultânea ao tempo de ilocução – tempo presente. Em (5b) e (5d), *can* adquire uma interpretação de tempo passado, ou seja, um tempo anterior ao tempo da ilocução. As sentenças em (5) evidenciam que o morfema de passado pode combinar-se com o modal *can* quanto este assume uma interpretação de raiz. Note que *can* e *could* parecem constituir o único par de modais que exibem a alternância presente e passado em uma interpretação de raiz. Stowell, em concordância com Cinque (1999), enfatiza que essa alternância é possível pelo fato de os modais de raiz se localizarem abaixo dos núcleos indicadores de tempo.

Stowell (2004) apresenta a proposta de Cinque (1999) como uma possível explicação para as diferenças de combinação dos núcleos modais com categorias de tempo. Nesta proposta, que foi detalhada em seção precedente, modais ocupam diferentes posições na estrutura da sentença e, por isso, se relacionam diferentemente com núcleos de tempo e aspecto.

3.2.3- Kratzer (2012)

Kratzer propõe uma teoria que preconiza o contexto como restrição necessária à interpretação de sentenças com modais. A interpretação torna-se possível por meio de dois fundos conversacionais: a base modal e a fonte de ordenação. O mapeamento de mundos possíveis em um conjunto de mundos será a base modal que pode ser de dois tipos: epistêmica, na qual os fatos relevantes são evidências de coisas no mundo; e de raiz, delineada por fatos relacionados por propriedades e circunstâncias típicas de indivíduos, coisas e locais. Já a fonte de ordenação organiza os mundos da base modal em mais próximos ou mais distantes do que venha a ser considerado como um mundo ideal; em outras palavras, dado um mundo “ideal”, tem-se, em gradação, os mundos que são mais próximos, mais possíveis, ou mais distantes, menos possíveis, desse mundo, segundo referência contextual. A fonte de ordenação evita que se coloque como possível todos os mundos, pois ordena os mundos em mais possíveis. Dessa maneira, base modal e fonte de ordenação interagem entre si, combinam-se com o item lexical e com a preposição prejacente permitindo, assim, a interpretação da sentença modal.

Assim, Kratzer firma sua proposta na perspectiva da Semântica Formal, classificando auxiliares modais como operadores proposicionais que transmitem diferentes graus de possibilidade e necessidade com seu sentido definido pelo contexto.

Expressões modais são, para a autora, operadores que tomam como argumento uma proposição com certo valor de verdade e geram outra, conforme podemos observar em (1):

- (1) a. Juliana estar em casa.
b.[Deve [Juliana estar em casa]

Nos exemplos em (1), o operador de probabilidade *deve* toma a sentença em (1a) – *Juliana estar em casa*- gerando a sentença modal em (1b) – *Juliana deve estar em casa*.

Com o intuito de ilustrar a proposta de Kratzer, apresentamos a seguir os exemplos em (2):

(2) Contexto: Mariana é gerente de uma loja. Como tal, todos os dias, passa do horário de expediente, saindo bem mais tarde que os demais funcionários. O dono da loja ao observar que Mariana vem saindo tarde todos os dias, diz:

- a. Mariana pode chegar mais tarde.

Contexto: Mariana está com a filha doente. Em razão disso, tem dormido mal à noite. Não costuma se atrasar, no entanto, há dois dias tem chegado mais tarde. Uma amiga de trabalho, ao ser questionada sobre o horário que Mariana chegaria à loja, diz:

- b.Mariana pode chegar mais tarde.

Os exemplos em (2) nos evidenciam que o contexto é parte do significado de uma sentença modal, pois, conforme preconiza Kratzer, a combinação do item lexical, elemento contextual (base modal e fonte de ordenação) e uma proposição prejacente, geram o significado da sentença modal. Assim, em (2a), o item lexical *pode* combinado com o

elemento contextual mais a preposição prejacente – *Mariana chegar mais tarde*- permitem o significado: Mariana tem a permissão de chegar mais tarde; em que interpretamos a base modal como de raiz, que projeta fatos ou circunstâncias inerentes ao indivíduo. Em (2b), o mesmo item lexical – *pode* –, combinado com o elemento contextual mais a preposição prejacente, permite a interpretação: Há uma possibilidade de que Mariana chegue mais tarde; que constitui uma evidência dada pelos fatos que são previamente conhecidos, possibilitando interpretar a base modal como epistêmica. Desta forma, Kratzer, considera apenas uma entrada lexical para os modais, ou seja, enfatiza que o que irá possibilitar as diferentes interpretações para o mesmo modal é a combinação entre item lexical, elemento contextual e preposição prejacente.

Corroborando a questão de que não há variação entre as línguas quanto ao fato de a modalidade não ser lexical, Hacquard (2006, 2010) propõe uma maneira de combinar os resultados de Cinque (1999), em particular a restrição que parece ser efetivamente universal de que epistêmicos são interpretados mais acima na estrutura, com a proposta unificadora de Kratzer. Assim, apresentaremos na seção seguinte, a proposta de Hacquard para a análise dos modais.

3.2.4- Hacquard (2006, 2010)

Em relação à interpretação dos auxiliares modais, Hacquard (2006) propõe uma interface entre os estudos sintáticos de Cinque (1999) e semânticos de Kratzer (1981, 2012), visando a uma maior compreensão dos fatores relevantes para a interpretação desses núcleos. Assim, a

autora reconhece a importância da hierarquia proposta por Cinque, ao mesmo tempo em que reconhece o valor da semântica unificada de Kratzer, apesar de elencar alguns problemas em ambas as propostas.

Corroborando os estudos de Kratzer (1981, 2012), Hacquard preconiza apenas uma entrada lexical para os modais: “...o mesmo item lexical é usado para deônticos, epistêmicos ou possibilidades circunstanciais...” (HACQUARD, 2006, p. 70²²- tradução nossa). Por conseguinte, acentua que o item lexical irá se especificar por meio da base modal (epistêmica, deôntica, teleológica, etc) na variável de evento que toma.

Desta forma, Hacquard enfatiza que a interpretação dos modais está diretamente relacionada a dois fatores: (i) a posição na derivação, em relação a categorias de tempo e aspecto; e (ii) a variável do evento.

Hacquard se aproxima de Cinque ao situar os modais em epistêmicos em posição alta, e de raiz em posição baixa. Assim como Brennan (1993), Hacquard assume que modais são sempre relativizados a um indivíduo. Desta forma, propõe um movimento unificador: o de relativizar a relação de acessibilidade a um indivíduo. A autora ressalta também que, em toda relação de acessibilidade, há um evento como argumento. Nesse caso, o modal pode ser orientado para o sujeito desse evento – no caso de modais de raiz; para o addressee – no caso de deônticos altos (*true deontics*); ou para o falante, no caso de modais epistêmicos. Deste modo, a autora desloca a relativização da relação de acessibilidade a mundos possíveis de Kratzer, para a relativização da relação de acessibilidade a eventos, pois acentua que, ao “relativizarmos

²² [...] the same lexical item is used for deontic, epistemic or circumstantial possibility[...] (HACQUARD, 2006,p, 70).

a relação de acessibilidade a um evento, podemos recuperar as informações sobre seus agentes/experienciadores e sua ancoragem temporal” (HACQUARD, 2006, p. 131-tradução nossa)²³. Desta maneira, a autora preconiza que, ao invés da relação de acessibilidade tomar mundos como argumento, tomará eventos como argumento, o que irá possibilitar capturar fatos como orientação do modal e tempo do evento. Assim, se a modalidade estiver orientada para o sujeito da sentença, será relativa ao tempo fornecido pelo tempo da sentença; caso esteja orientada para o falante, será relativa ao tempo da ilocução.

Hacquard destaca ainda que o evento de uma relação de acessibilidade precisa ser vinculado por uma ligação mais próxima; enfatiza, assim, que os modais serão interpretados sempre que encontrarem uma variável de evento onde irão ser checados. Desta forma, nos modais realizados acima do tempo, o evento variável da relação de acessibilidade deverá ser vinculado pelo predicado de atitude ou pelo próprio evento de fala; já em modais realizados abaixo do tempo, o evento deverá ser vinculado pelo aspecto. (HACQUARD, 2006, p. 134- tradução nossa)²⁴

Em outras palavras, Hacquard enfatiza que existem dois lugares na derivação que permitirão acesso à base modal e, conseqüentemente, à interpretação do modal. Um deles fica acima das categorias de tempo e aspecto, ligado ao evento de fala, recebendo uma interpretação

²³ [...] Notice that once we relativize the accessibility relation to an event, we can recover the information about its agent/experience and its temporal anchoring[...] (HACQUARD, 2006, p, 131)

²⁴ [...]When the modal is above Tense, the event variable of its accessibility relation will have to be by (i) an attitude predicate, if there one; or (ii) the speech event otherwise. When the modal is below Tense, the event variable of its accessibility relation will have to be bound by Aspect[...] (HACQUARD, 2006,p, 134)

epistêmica; o outro fica abaixo de tempo e de aspecto, ligado ao evento principal, recebendo uma interpretação circunstancial. Dessa forma, para a autora, teremos modais altos – os epistêmicos–, e modais baixos – os de raiz.

No que diz respeito à relação dos auxiliares modais com os núcleos de aspecto e tempo, Hacquard afirma que os modais – de raiz e epistêmicos – diferenciam-se em relação à maneira como interagem com esses núcleos.

Quanto à relação dos auxiliares modais com o núcleo temporal, a autora prediz que nos modais de raiz – realizados abaixo do núcleo de tempo – o tempo de avaliação será o tempo do evento encaixado, o tempo fornecido por *tense*; já nos modais epistêmicos – realizados acima do núcleo de tempo – o tempo de avaliação mantém o tempo de fala-*speech time*.

Desta forma, os exemplos em (1) nos permitem observar a questão da orientação temporal dos modais:

- (1) a. (Tendo em vista seu estado de saúde e o número de faltas na escola) Karina pode trazer um atestado. (epistêmico)
- b. (Tendo em vista seu estado de saúde e o número de faltas na escola) Karina poderá trazer um atestado. (deôntico)

Em (1a), observamos que o modal *pode* está se realizando como um modal alto que irá, de acordo com Hacquard, acessar a base modal em uma posição alta; desta forma, podemos aferir que se trata de uma asserção, na qual, o modal não pega morfologia de tempo nem de aspecto; sendo orientado para um participante do ato de fala, por isso, seu tempo de avaliação não é dado por *tense*, mas corresponde ao *speech time*, estando no presente. Evidenciando assim, a possibilidade

de que o evento ocorra, em outras palavras, evidenciando a possibilidade de que Karina traga o atestado; já em (1b), percebemos que o modal *pode* está pegando morfologia de tempo e de aspecto, orientando desta forma, o modal para o sujeito da sentença, dando-lhe a permissão para trazer o atestado; neste caso, o tempo de avaliação é fornecido por *tense*, ou seja, o tempo de avaliação é dado pelo evento encaixado.

Em relação à interação dos auxiliares modais com o núcleo de aspecto, Hacquard acentua que, os aspectos, perfectivo e imperfectivo, influenciam diretamente na interpretação dos auxiliares modais. Afirma, ainda que, os modais poderão produzir um vínculo de acarretamento, mas que nem todos os modais os produzem.

Assim, ao analisarmos as sentenças em (2) e (3):²⁵

- (2) a. Jane could-pfv lift this table, # but she didn't lift it.
Jane pode levantar a mesa, # mas ela não levantou.
- (3) a. Jane could-impf lift this table, but she didn't lift it
Jane podia levantar a mesa, mas ela não levantou.

Observamos, à maneira de Hacquard, que em sentenças como em (2), se produz um vínculo de acarretamento, inferindo que o complemento foi realizado; essa sentença, no entanto, não poderá ser cancelada, pois resultaria em uma sentença agramatical; já em (3), isso não ocorre, pois o complemento é apenas uma possibilidade.²⁶ Desta maneira, Hacquard prediz que os predicados imperfectivos, como em

²⁵ Os exemplos (2)- (7) dessa seção foram retirados de Hacquard (2006) e transcritos de acordo com a numeração da seção.

²⁶ ... (22) yield na 'actuality entailment', i.e., an inference that the complement was realized, which cannot be cancelled. With imperfective aspect in (23), however, no such requirement holds: the complement is simply a possibility, which doesn't need to have been actualized. (HACQUARD, 2006, p. 30)

(3), produzem uma mera leitura de capacidade que não precisa ser instanciada. (HACQUARD, 2006, p, 30- tradução nossa).

Assim, a autora considera que os modais altos – epistêmicos e deônticos altos- estão isentos do efeito de acarretamento, tendo por hipóteses que isso ocorre devido a esses modais se realizarem acima dos núcleos de tempo e aspecto; afirmando ainda que, somente os modais baixos podem produzir tal efeito uma vez que se realizam abaixo dos núcleos de tempo e aspecto.

Epistêmicos, ao contrário dos modais de raiz, são interpretados acima de aspecto. Supondo que as interações dos modais com tempo e aspecto podem ser derivadas em termos de escopo, o problema a ser explicado é por que modais com significado epistêmicos têm escopo acima de tempo e aspecto, enquanto os modais com significado de raiz têm escopo abaixo? Em outras palavras, por que manter a hierarquia de Cinque? É porque modais epistêmicos e modais de raiz ocupam diferentes posições (por terem entradas lexicais distintas que especificam a posição e o tipo) ou podemos obter modais Kratzerianos que não são especificados pelos tipos para ocupar diferentes posições, são baseados no significado? (HACQUARD, 2013, p, 6 - tradução nossa)²⁷

A autora destaca que os auxiliares modais têm como complemento sentenças infinitivas e são tradicionalmente considerados

²⁷ [...] epistemics from actuality entailments is the fact the, unlike roots they are interpreted above aspect. Assuming that modals peculiar interactions with tense and aspect can be derived in terms of scope, the puzzle to be explained is why modals with epistemic meanings scope above, but modals with root meanings scope below tense and aspect. In other words, why should Cinque's hierarchy hold? Is it because epistemics and root occupy dedicated positions by fiat (by having separate lexical entries that specify both position and flavor), or can we get Kratzerian modals that are unspecified for flavor to occupy different positions based on meaning? (HACQUARD, 2013, p, 6)

como predicados estativos, pois, segundo Stowell (2004), são licenciados pelo tempo presente e não permitem morfologia progressiva, evidenciando dessa forma, serem mais estativos que eventivos; no entanto, afirma que essa evidência não pode ser considerada tão clara, pois, examinando as sentenças em (4) e (5):

- (4) a. Jane can lift this table
b. Jane knows Latin
c. ?? Jane goes to the bank [unless habitual]
- (5) a. *Jane is canning lift this table
b. ?? Jane is knowing Latin
c. Jane is going to the bank

Observamos que em (4c) o accomplishment ‘ir ao banco’ permite uma interpretação habitual no tempo presente e a interpretação em (4a) pode envolver uma capacidade habitual. Tendo em vista essas sentenças, a autora afirma que o comportamento aspectual do modal depende da classe aspectual de seu complemento, argumentando que modais não pertencem a nenhuma classe aspectual uma vez que não têm seus próprios eventos ou argumentos. Assim, sua interpretação será relativa a uma eventualidade, mas seu comportamento aspectual dependerá da sua interação com o aspecto interno –lexical- e externo –perfectivo/imperfectivo - de seu complemento.

Desta forma, nos exemplos em (6) e (7):

- (6) a. Jane could-pfv take the train to go to London, #but she took the plane.
Jane pode pegar o trem para ir a Londres, #mas ela pegou o avião.
b. Jane could-impf take the train to go to London, but she took the plane.
Jane podia pegar o trem para ir a Londres, mas ela pegou o avião.

- (7) a. Jane must-pfv take the train to go to London, #but she took the plane.
Jane deve pegar o trem para ir a Londres, # mas ela pegou o avião.
- b. Jane must-impf take the train to go to London, but she took the plane.
Jane devia pegar o trem para ir a Londres, mas ela pegou o avião.

Hacquard chama a atenção para o fato de que ambos os exemplos relatam a possibilidade e a necessidade de Jane pegar o trem para ir a Londres; no entanto, enfatiza que os exemplos em (6a) e (7a) apresentam os modais com uma morfologia perfectiva, requerendo assim, que Jane pegue o trem em um mundo real; já nos exemplos em (6b) e (7b), os modais apresentam uma morfologia imperfectiva não apresentando a mesma exigência. Desta maneira, a autora ressalta que, modais altos- epistêmicos e verdadeiros deônticos- irão apresentar uma morfologia perfectiva, necessitando que se mantenha o tempo da ilocução, enquanto que modais baixos – de raiz- necessitam que se mantenha o tempo do evento.

Em relação à orientação do modal, Hacquard faz referência ao estudo de Brennan (1993), que preconiza dois tipos de deônticos: *ought-to-be* e *ought-to-do*. Os deônticos altos (do tipo *ought-to-be*) são aproximados dos modais epistêmicos, ambos orientados para participantes do ato de fala: os primeiros sendo orientados para o addressee, e os últimos para o falante. Já os deônticos baixos (do tipo *ought-to-do*) são equiparados aos teleológicos, ambos orientados para o sujeito da sentença. Para esta autora, a orientação do modal desempenha um importante papel na interpretação de sentenças com modais.

Assim, ressaltamos que a proposta de Hacquard objetiva uma interface entre a sintaxe e a semântica com o intuito de suprir alguns pontos que considera falhos nas propostas de Cinque (1999) e de Kratzer (2012).

Para a autora, a importância da proposta de Cinque diz respeito à posição em que os predicados funcionais são interpretados. Porém, segundo ela, Cinque falha ao prever trazem informações do léxico, uma vez que essa postulação não é capaz de explicar por que modais epistêmicos e de raiz são expressos pelos mesmos itens lexicais nas diferentes línguas:

“Vou me referir a este problema como o enigma de Cinque. A tendência geral para resolvê-lo foi rejeitar, no essencial, um relato unificado: Drubig (2001), por exemplo, propõe que os epistêmicos são evidenciais, e não modais, para explicar por que eles tomam o maior alcance. Outros concordam com Cinque e estipulam que os modais vêm em dois tipos (UG-fornecidos): epistêmicos, que tomam IP complemento, e raízes, que tomam complementos VP (Jackendoff 1972, Zubizaretta 1982, Picallo 1990, Butler 2003). No entanto, essas soluções, que dependem de entradas separadas e específicas da interpretação, acabam por não explicar por que, nas diferentes línguas, epistêmicos e raízes são expressos pelos mesmos itens lexicais”. (HACQUARD, 2010, p.4- tradução nossa)²⁸

²⁸ “I will refer to this problem as Cinque’s puzzle. The general trend in resolving it has been to essentially reject a unified account: Drubig (2001), for instance, proposes that epistemics are evidential, rather than modals, to explain why they take widest scope. Others bite the Cinque bullet and stipulate that modals come in two (UG-supplied) types: epistemics, which take IP complements, and roots, which take VP complements (Jackendoff 1972,

Já em relação à proposta de Kratzer, Hacquard aponta que parece haver uma sistematicidade, tanto sintática como semântica, que distingue a interpretação epistêmica da não-epistêmica, uma vez que modais epistêmicos e modais de raiz diferem quanto ao indivíduo no qual a modalidade está ancorada: epistêmicos parecem ser orientados para o falante, e modais de raiz parecem orientados para o sujeito. Em relação ao tempo de avaliação, para os modais epistêmicos é considerado o tempo de fala; para os de raiz, é considerado o tempo provido por *tense*.

Por fim, Hacquard salienta que a base modal será checada em duas diferentes posições na derivação: no nível VP e no nível do ato de fala. A autora explica as diferenças entre epistêmicos e de raiz tendo em vista o momento de checagem da variável do evento, mantendo, assim, a postulação de que há uma única entrada lexical para os modais. A autora propõe que modais são relativos a um evento de avaliação, não a um mundo de avaliação, conforme preconiza Kratzer, o que implica dizer que, se a variável de evento receber seu valor no nível VP, teremos uma interpretação de raiz; se, entretanto, a variável de evento receber seu valor no nível do ato de fala, teremos uma interpretação epistêmica.

3.3 – O estudo dos auxiliares modais à luz de estudiosos brasileiros

Zubizaretta 1982, Picallo 1990, Butler 2003). However, these solutions, which rely on separate, interpretation-specific entries, ultimately fail to explain why, crosslinguistically, epistemics and roots are expressed by the same lexical items.” (HACQUARD, 2010, p. 4)

Ressaltamos, assim como aponta Pires de Oliveira (2014), que ainda são poucos, no Brasil, os estudos relacionados aos auxiliares modais. Dentre estes, iremos destacar aqueles que, em alguma medida, relacionam-se com nosso objeto de estudo. Desta forma, elegemos os estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016), por fundamentar nossa proposta de divisão da classe dos inacusativos.

No entanto, importante mencionar os estudos de Rech e Giachin (2014), que investigam as interpretações disponíveis para os modais ‘*pode*’ e ‘*deve*’ em construções com predicados adjetivos no domínio encaixado. Tendo por hipótese que: i) os adjetivos que requerem um argumento com traços [+volição] e [+controle] disponibilizam tanto uma interpretação epistêmica quanto uma interpretação de raiz para os modais; ii) os adjetivos que requerem um argumento com traços [-volição] e [-controle] oferecem restrições à modalidade de raiz.

O estudo proposto por Rech e Giachin aborda os modais ‘*pode*’ e ‘*deve*’ quando correspondentes aos núcleos funcionais Mod_{Epistemic}, Mod_{Volitional}, Mod_{Permission}, Mod_{Ability} e Mod_{Obligation} da hierarquia de Cinque (1999, 2006). As autoras enfatizam, seguindo Cinque, que quanto mais alto um núcleo estiver na hierarquia menos restrições oferecerá a seu complemento. Desta forma, esperam que o núcleo modal epistêmico, por realizar-se em posição alta – acima das categorias de tempo e de aspecto – não ofereça restrições expressivas a seu complemento. Já núcleos modais de raiz (volição, permissão, capacidade/habilidade e obrigação), por se realizarem em posição baixa – abaixo de tempo e da maioria dos aspectos – devem oferecer algum tipo de restrição ao seu complemento. A partir dessas considerações, as autoras se propõem a investigar a hipótese de que algumas propriedades

do adjetivo que figura no domínio encaixado possa interferir na interpretação do modal. Para analisar essa hipótese, Rech e Giachin analisam adjetivos das seguintes naturezas: (i) não-correspondentes a verbos; ii) correspondentes a verbos de ação; e (iii) correspondentes a verbos psicológicos. Ao observarem sentenças do PB com esses predicados na posição de complemento dos referidos modais, as autoras constatam que adjetivos correspondentes a verbos de ação não oferecem restrições à modalidade de raiz, por carregarem os traços dos verbos dos quais derivam.

As sentenças em (1), retiradas de Rech e Giachin (2014, p. 29), contêm predicados adjetivos que contrastam em relação aos traços [volição] e [controle] que requerem de seu argumento:

- (1) a. Joana deve ser prudente.
- b. Joana deve estar cansada.

Segundo as autoras, em (1a), o adjetivo (*prudente*) aciona uma leitura de possibilidade e uma leitura de conselho para o modal ‘*deve*’, permitindo, assim, uma ambiguidade entre modalidade epistêmica e de raiz. Já na sentença em (1b), o adjetivo (*cansada*) aciona apenas uma leitura de possibilidade para o modal ‘*deve*’, a qual está associada à modalidade epistêmica. As autoras relacionam a interpretação disponível para o modal à seleção de traços feita pelos predicados *prudente* e *cansada*. O primeiro requer um argumento [+ volição] e [+ controle]: para que uma pessoa seja prudente, é necessário que ela tenha vontade de o ser e controle sobre as ações que resultem na prudência. Já o predicado *cansada* seleciona um argumento com os traços [-volição] e [-controle]: a pessoa não tem controle sobre este estado, ou seja, por mais que

controle ações que possam vir a resultar no seu cansaço, ela pode, ainda assim, não ficar cansada.

Em suma, as autoras observam que apenas a modalidade de raiz sofre restrições do predicado encaixado. A modalidade epistêmica, por encontrar-se em uma posição alta na estrutura da sentença, figura com quaisquer predicados na posição de seu complemento.

Nosso ponto de interesse no estudo de Rech e Giachin (2014) relaciona-se com as restrições oferecidas pelos modais à interpretação de raiz. Assim, tendo em vista as conclusões das autoras, procuramos associá-las ao estudo de Pires de Oliveira e Rech (2016).

Pires de Oliveira e Rech (2016) analisam os resultados de um experimento realizado com falantes do PB a fim de observarem seu julgamento em relação ao modal ‘*deve*’. O foco do estudo foi investigar se os falantes são sensíveis à estrutura argumental do verbo encaixado quando atribuem uma interpretação deôntica.

As autoras baseiam seu estudo na distinção entre deônticos baixos (*ought-to-do*) e altos (*ought-to-be*), estabelecida por Feldman (1986) e revisitada nos trabalhos de Brennan (1993) e Hacquard (2006). Na proposta de Hacquard, como já observamos, os modais epistêmicos são realizados em uma posição alta e são orientados para o falante; já os de raiz, são realizados em uma posição baixa e orientados para o sujeito da sentença.

Apesar de corroborar a proposta teórica de Hacquard (2006, 2010), em relação à checagem da base modal em duas diferentes posições na derivação: no nível VP – licenciando uma leitura deôntica, sendo interpretado em uma posição baixa- e no nível de fala – licenciando uma leitura epistêmica, sendo interpretada em uma posição

alta; Pires de Oliveira e Rech afirmam que essa proposta, apesar de promissora para resolver problemas referentes à interface sintaxe-semântica dos modais, não dá conta de explicar as diferenças entre as leituras *ought-to-be* e *ought-to-do*, associadas ao deôntico.

Desta forma, focam seus estudos na distinção entre os deônticos *ought-to-be* e *ought-to-do*, argumentando que os modais deônticos podem ser interpretados tanto em posição baixa- *ought-to-do*- quanto em posição alta- *ought-to-be*. Assim, enfatizam que o modal deôntico será interpretado em posição baixa quando houver um sujeito gramatical capaz de receber a ordem expressa pelo modal. Essa leitura somente será possível caso o verbo no nível do evento VP selecione um argumento externo; e, será interpretado em uma posição alta quando não for possível no nível do evento VP encontrar um sujeito gramatical capaz de receber a ordem expressa pelo modal , licenciando assim, a leitura *ought-to-be*.

Contudo, Pires de Oliveira e Rech (2016), em consonância à proposta de Hacquard, predizem que a estrutura argumental do verbo encaixado exerce papel fundamental na interpretação do modal, lançando como principal hipótese, em seus estudos, que a interpretação *ought- to-be* somente será ativada quando não for possível, de alguma forma, atribuir traço agentivo a nenhum participante do evento projetado pelo verbo encaixado.²⁹

Assim, os resultados do experimento, realizado pelas autoras, mostram que com verbos inergativos, transitivos e inacusativos que

²⁹ Our main hypothesis was that the ought to be is only activated when there is no way of attributing agency to one of the participants of the event project by the embedded verb[...] (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p 352.)

permitem de alguma forma atribuir o traço [+Ag] a algum participante do evento, os falantes aceitam ambas as interpretações – deôntica *ought-to-be* e *ought-to-do*; já com verbos inacusativos que não permitem a atribuição de traço [+Ag] a nenhum participante do evento, a única interpretação possível é a *ought-to-be*, como mostram as sentenças em (2):

- (2) a. A criança deve guardar os brinquedos
(*ought-to-do* e *ought-to-be*)
- b. A criança deve nascer por volta das seis horas
(apenas *ought-to-be*)
- c. Paula deve chegar à noite
(*ought-to-do* e *ought-to-be*)
- d. Júlio deve comer o bolo
(*ought-to-do* e *ought-to-be*)
- e. O assassino deve morrer
(apenas *ought-to-be*)

Ainda com o intuito de evidenciar as duas posições possíveis- alta e baixa- para as interpretações dos deônticos, as autoras ressaltam que sentenças como a exemplificada em (3) permitem interpretar o modal tanto como um deôntico baixo- *ought-to-do*, quanto como um deôntico alto - *ought-to-be*:

- (3) João deve dormir às 5h.

A obrigação expressa pelo modal ‘*deve*’ pode recair tanto sobre o sujeito da sentença (*João*) – acionando uma interpretação do tipo *ought-to-do*, quanto sobre o interlocutor – acionando uma interpretação do tipo *ought-to-be* para o deôntico.

O entendimento da distinção entre os modais deônticos *ought-to-be* e *ought-to-do*, destacada nos estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016), nos interessa diretamente à medida que sua compreensão contribui diretamente com nossa proposta de divisão da classe dos

inacusativos, pois conforme apontam as autoras [...] os dados mostram uma separação na classe dos predicados inacusativos: chegar permite uma leitura deôntica *ought-to-do*, enquanto nascer aceita apenas uma interpretação *ought-to-be*. (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p, 350 – tradução nossa)³⁰.

Da mesma forma, esse estudo nos interessa por objetivar avançar na hipótese de que o ModP é um sistema que pode projetar projeções acessórias dependendo das propriedades da variável de evento (e) a que o modal é relativo. (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p, 350).³¹

A principal contribuição dos estudos de Pires de Oliveira e Rech para nosso estudo, no entanto, são os resultados do experimento que permitiram constatar que os falantes aceitam sempre a interpretação *ought-to-do* com verbos inergativos e transitivos, mas rejeitam essa interpretação com verbos inacusativos quando não for permitido, de alguma maneira, atribuir traço [+Ag] para algum participante do evento descrito pelo verbo.

Tendo em vista a hipótese das autoras, que supõem que a interpretação deôntica *ought-to-do* requer que o argumento do predicado encaixado exiba o traço agentividade [+Ag], realçamos as considerações a respeito dos verbos inacusativos, com o objetivo de fundamentar nossa perspectiva de divisão da classe.

³⁰ [...] the data shows a split into the unaccusative class of verbs: chegar (to arrive) allows for an “ought to do” reading, whereas nascer (to be born) only accepts an ought to be interpretation[...] (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016 p, 350).

³¹ [...] advance the hypothesis that the ModP is a system which can project some accessory projections, depending on the properties of the event variable (e) to which the modal is relative.(PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p 350.)

Assim, destacamos as observações das autoras de que alguns inacusativos são achievements compostos por uma fase preparatória que leva ao culminar do evento descrito pelo verbo. Desta forma, apontam o verbo *chegar* em contraste com o verbo *nascer*, como exemplificado nas sentenças em (4)³²

- (4) a. O conferencista deve chegar cedo.
b. A criança deve nascer por volta das 6 horas.

A partir desses exemplos, as autoras observam que no evento de chegar, como na sentença em (4a), aquele que chega pode ser responsável por sua chegada, neste caso, podendo executar os atos que culminam na sua chegada, ou seja, em (4a), o conferencista pode controlar atos indiretos que culminem na sua chegada. As autoras observam ainda que, não só o conferencista pode ser responsável por atos que culminem no evento principal- chegar, mas também, qualquer outro participante do evento, tal como, o motorista do conferencista, etc; enquanto que no evento de nascer, como na sentença em (4b), não é possível àquele que nasce ser responsável por nenhum ato que culmine no ato de nascer. Esses exemplos evidenciam, segundo as autoras, a diferença existente entre esses dois verbos inacusativos.

Desta forma, as autoras destacam que ainda não é possível explicar o porquê da leitura *ought-to-do* estar acessível a alguns inacusativos, mas não a outros, argumentando que o ModP é um sistema composto por núcleos funcionais distintos³³, assumindo que alguns

³² Exemplos retirados de Pires de Oliveira e Rech (2016, p.353), transcritos aqui como (4).

³³ However, even if we adopt our proposal, we still cannot explain our results. Why the “ought to do” reading is possible with some unaccusatives but not with others, as exemplified above in (10)? We argue that the ModP is a system

desses núcleos são acessórios, no sentido de que são ativados unicamente quando há elementos que sejam compatíveis com aqueles núcleos, ou seja, o sistema modal pode projetar distintos núcleos funcionais dependendo das propriedades da variável de evento com a qual se relacionam.

Baseadas nessas considerações, as autoras predizem que com os verbos inacusativos a única leitura possível é a deôntica *ought-to-be*:

[...] De acordo com nossa pesquisa, essa não é a melhor maneira para descrever os resultados. Inacusativos não permitem uma leitura *ought-to-do*, a derivação quebra com os inacusativos porque eles não projetam um argumento externo que pode checar o traço agentivo. Assim, todos os inacusativos apenas permitem uma leitura deôntica *ought-to-be*. A impressão da leitura *ought-to-do* é derivada da possibilidade de que ambos, o indivíduo denotado pelo sujeito gramatical e o indivíduo externo, estão pragmaticamente associados com o evento denotado pelo verbo encaixado podendo cumprir a ordem [...] (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 355- tradução nossa)³⁴

Desta forma, as autoras afirmam que não há a possibilidade de uma leitura deôntica *ought-to-do* para os inacusativos, pois estes não

composed by distinct functional heads[...] (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 355.)

³⁴[...] According to our approach, this is not the right way to describe the results. Unaccusatives do not allow for an “ought to do” reading, the derivation crashes with unaccusatives because they do not project an external argument who might check the feature of agentivity. Thus, all unaccusatives only allow for the “ought to be” reading. The impression of an “ought to do” reading is derived by the possibility on an identity between that both the individual denoted by grammatical subject and the external individual who is pragmatically associated with the event denoted by the embedded verb may fulfill the order.(PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 355)

projetam argumento externo para que o traço [+Ag] seja checado, já que inacusativos projetam tema ou paciente na posição de argumento, e esses não estão aptos a receberem ordem. Assim, o que ocorre em sentenças como: *O confeiteiro deve chegar cedo* é uma leitura *ought-to-be*, na qual o traço agentivo deverá ser checado no ato de fala, orientando a ordem expressa pelo modal ao addressee. No entanto, a ordem poderá também ser executada por qualquer outro participante pragmaticamente acessível.

Em contrapartida, ressaltam as autoras que o fato de que o sujeito gramatical denota aquele que recebe a ordem somente é possível caso esse indivíduo possa, de alguma maneira, interferir no culminar do evento, o que parece ser possível na sentença exemplificada, mas não na sentença: *A criança deve nascer por volta das 6 horas*.

Apresentamos nesse capítulo um panorama dos estudos dos auxiliares modais que, de alguma forma, possam fundamentar nossa proposta de divisão da classe dos verbos inacusativos.

No capítulo seguinte, apresentaremos análises de sentenças com inacusativos em coocorrência com os modais deônticos *ought-to-do*, com a perspectiva de dividir a classe dos inacusativos. Objetivamos assim, evidenciar as diferenças no comportamento dos verbos inacusativos em coocorrência com os auxiliares modais do tipo *ought-to-do*, a fim de melhor compreendermos o comportamento sintático desses verbos.

4- Uma proposta de subdivisão para a classe dos inacusativos

4.1- Introdução

Baseadas na proposta de Hacquard (2006, 2010), para quem existe dos tipos de deônticos- *ought-to-be*, orientados para o ato de fala e *ought-to-do*, orientados para o sujeito-; e, nos estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016), que predizem que, para licenciar uma leitura *ought-to-do* para o modal é necessária à checagem do traço [+Ag] com algum participante do evento descrito em VP; procuramos neste capítulo fundamentar nossa proposta de subdivisão da classe dos predicados inacusativos entre aqueles que permitem controle do correferente ao argumento tema do inacusativo sobre as fases preparatórias do evento descrito em VP, e, entre aqueles que não permitem esse controle.

Objetivando ainda, compreender melhor o comportamento sintático dos predicados inacusativos, dividimos o capítulo em seções que se encontram subdivididas da seguinte maneira:

Na seção seguinte a essa introdução estabelecemos um paralelo entre o comportamento dos inacusativos e estativos, objetivando estabelecer possíveis semelhanças no comportamento dos verbos dessas duas classes. Na próxima seção, iniciando nossa análise do comportamento dissemelhante dos predicados inacusativos, observamos algumas sentenças com inacusativos e a perífrase do progressivo. Na seção que se segue, analisamos se os predicados inacusativos admitem a flexão no imperativo, o que nos permite observar certo controle sobre as fases preparatórias do evento descrito em VP. Na sequência, observamos a relação de acarretamento em sentenças com predicados

inacusativos, objetivando testar nossa hipótese de que a relação de acarretamento está atrelada a fases preparatórias de um evento. Na seção posterior, testamos os inacusativos em coocorrência com os advérbios agentivos. Nosso objetivo foi testar se, ao contrário do que se espera para os predicados inacusativos, inacusativos coocorrem com esses advérbios. Na próxima seção, analisamos sentenças construídas com inacusativos em coocorrência com os verbos *tentar*, *forçar* e *obrigar*, pois, sendo esses verbos capazes de evidenciar controle por parte do sujeito da sentença, não deveriam ser compatíveis com os inacusativos, que não selecionam um argumento agentivo. Em seguida, observamos os inacusativos na pseudoclivada do tipo o que x fez foi, objetivando, da mesma forma, verificar o controle do sujeito sobre o evento descrito em VP. Na seção seguinte, observamos os inacusativos sob o escopo dos modais, pois acreditamos que essas construções são capazes de constituir uma evidência do comportamento dissemelhante da classe dos predicados inacusativos. Na última seção, buscamos fundamentar nossa proposta de que existem inacusativos que possuem fases preparatórias que culminarão no evento descrito em VP.

4.1.1-Estabelecendo um paralelo entre o comportamento dos Inacusativos e Estativos

De acordo com os estudos de Basso e Ilari (2004), verbos estativos deveriam ser individualizados em razão das diferenças de comportamento que apresentam. Conseqüentemente, esses verbos, enfatizam os autores, não constituem uma classe homogênea.

Com o intuito de evidenciar a distinção no comportamento dos estativos, os autores abordam os critérios usados para afirmar a unidade da classe, procurando assim, reafirmar a proposta de Bertinetto (1986, 1991 e 2001), de subdivisão da classe, ao mesmo tempo em que defendem uma melhor caracterização para a classe dos estativos.

Segundo a caracterização tradicional, na qual se destaca os estudos de Vendler (1967), conforme apontam os autores, a classe dos estativos é a classe de verbos que não indicam ação, sendo assim, espera-se que seu sujeito seja um experienciador, não um agente. Desta forma, essa classe de verbos não seria compatível com a perífrase progressiva, pelo simples fato de não haver nenhuma ação envolvida; e, igualmente, não funcionariam com o imperativo, pela falta de controle³⁵ do sujeito na eventualidade descrita pelo verbo.

Consoante a essa caracterização, em sentenças como: '*Maria tem fome*', teríamos um sujeito experienciador, sem controle sobre a eventualidade de ter fome. No entanto, Basso e Ilari ressaltam que não é tão simples definir a classe como sendo homogênea à medida que observamos diferenças no comportamento dos verbos a ela pertencentes. Assim, afirmam os autores que dentro da classe dos estativos existem verbos que são compatíveis com o progressivo e com o imperativo.

Desta maneira, Basso e Ilari se apoiam em testes de compatibilidade com o imperativo e com o progressivo, utilizados justamente para afirmar a classe, para mostrar as diferenças no comportamento dessa classe considerada tradicionalmente como sendo homogênea.

³⁵ Referimo-nos, nesta dissertação, a **controle** no sentido de traço semântico e não no sentido abordado pela Teoria do Controle.

Os autores delimitam, ainda ancorados em Bertinetto (1986,1991 e 2001), a caracterização do progressivo, resumida em dois pontos:

- a) o progressivo funciona como um “particularizador” de eventos, ou seja, um evento veiculado na fórmula progressiva faz referência a uma fase do evento em curso; dito de uma outra maneira, ele focaliza um instante singular do evento;
- b) para um evento que é apresentado na forma progressiva, nada pode ser dito sobre o que está para além do ponto focalizado. (BASSO E ILARI, 2004, p, 17)

Reiteramos, com vista em Basso e Ilari, que o progressivo é expresso no português pela perífrase progressiva como na sentença em (1a) e, pelo pretérito imperfeito como na sentença em (1b):

- (1) a. Patrícia estava cantando.
- b. Patrícia cantava.

No entanto, observamos, como apontam os autores, que o progressivo é perfeitamente compatível com algumas sentenças nocionalmente estativas como as em (2):

- (2) a. Júlio está parecendo cansado.
- b. Júlio está ficando alto.

Em contrapartida, notamos a incompatibilidade do progressivo com sentenças como as em (3):

- (3) a. Maurício está tendo uma casa.
- b. *Florianoópolis está se localizando em Santa Catarina.

Assim, por meio da análise de sentenças tais como as em (2) e (3), constatou-se a necessidade de se delimitar as propriedades subjacentes que viabilizam a compatibilidade com o progressivo. Desta

forma, em conformidade à proposta de Bertinetto, Basso e Ilari, instituem os traços [+controle] e [+mudança] como motivadores da (in)compatibilidade com o progressivo.

Por meio dessa proposta, torna-se possível explicar a compatibilidade com o progressivo em sentenças nocionalmente estativas como as em (2). Em (2b): “*Júlio está ficando alto*”, por exemplo, podemos interpretar que Júlio ainda não é alto, mas que está se tornando alto, observando o valor do traço [+mudança] no predicado, que deixa de ser estativo e recebe uma interpretação télica. De acordo com a classificação usual, predicados télicos são aqueles que comportam um fim ou uma meta (BASSO E ILARI, 2004, p. 19).

Os autores chamam a atenção para os estativos compatíveis com a perífrase progressiva que não atualizam o aspecto progressivo, como as sentenças em (4):

- (4) a. João está sabendo a resposta.
- b. Maurício está gostando do filme.

Em sentenças como as em (4), os autores afirmam que há compatibilidade com a perífrase progressiva, mas que, nelas, não há a atualização do aspecto progressivo. Em (4a): ‘*João está sabendo a resposta*’, temos a interpretação de que, diferentemente do normal, agora/ desta vez, João está sabendo a resposta. Já em (4b): ‘*Maurício está gostando da música*’, interpretamos que, no momento, João gosta da música, ou seja, a perífrase progressiva é interpretada como presente simples. Desta maneira, sentenças como as em (4) não acarretam as mesmas interpretações que acarretam as sentenças com estativo que atualizam o aspecto progressivo, tais como: ‘*Patrícia está ficando doente*’. Os autores enfatizam ainda que, para sentenças como as em (4),

a análise do traço [\pm mudança] parece não funcionar à medida que não tornam o predicado télico, ou seja, com uma meta ou fim.

Ainda, com o intuito de evidenciar que os estativos não fazem parte de uma classe homogênea, Basso e Ilari retomam o teste de compatibilidade com o imperativo, concluindo que, da mesma maneira que existem estativos compatíveis com o aspecto progressivo, existem estativos compatíveis com o imperativo.

Os autores constataam que a compatibilidade do estativo com o imperativo depende do traço [\pm controle], assim em sentenças como em (5):

- (5) a. Fique calado!
- b. Seja educado!
- c. Seja prudente!

Observamos que há um controle, por parte do experienciador, sobre a eventualidade descrita pelo estativo, ou seja, a pessoa pode controlar a boca para não falar, ficando calada; pode controlar seus atos para ser uma pessoa educada; e, pode, da mesma forma, controlar ações que culminem em sua prudência. Assim, nessas sentenças, evidenciamos o valor do traço [\pm controle] no que diz respeito à compatibilidade do estativo com o imperativo. No entanto, em sentenças como as em (6):

- (6) a. * Fique alto!
- b. (?) Saiba português !
- c. (?) Seja inteligente!

Observamos que não é comum esperar que alguém tenha controle sobre ser alto, saber uma determinada disciplina, ou, ainda ser inteligente. Embora, existam contextos em que não nos soe muito estranho exigir que alguém seja inteligente, temos como parâmetro que a característica ser inteligente é algo que não se pode controlar; o que podemos

controlar são ações não estativas como estudar muito, pensar a respeito de um assunto e tomar a decisão correta, entre outras. O mesmo acontece com saber em contextos como: *'Saiba português e volte para concorrer a uma vaga'*. Sobre o verbo saber não há como se ter controle, no entanto, notamos que estão envolvidos no evento predicados também não estativos, sobre os quais há como se ter controle, como estudar, por exemplo.

Desta maneira, os autores concluem que os estativos que são compatíveis com o imperativo, são os que possuem o traço [+controle], já os que não são compatíveis com o imperativo são aqueles que apresentam o traço [-controle].

Estabelecendo um paralelo entre o comportamento dos estativos com o comportamento dos inacusativos, supomos que, da mesma forma, os inacusativos apresentem diferenças de comportamento. Essas diferenças estabelecem, a nosso ver, a possibilidade de aplicação dos testes de compatibilidade com o imperativo e com o progressivo também aos inacusativos, objetivando, assim como Basso e Ilari, para os estativos, uma melhor classificação na classe dos inacusativos.

4.1.2- Os inacusativos e a perífrase do progressivo

Em relação à compatibilidade com o progressivo, assumimos, em consonância com Basso e Ilari, que um evento no progressivo focaliza um instante único do evento em curso e, desta maneira, nada pode ser dito a respeito do instante posterior ao focalizado. Da mesma forma, assumimos que um evento no progressivo recebe uma interpretação télica. Assim, é de se esperar que o progressivo não seja compatível com

os inacusativos, pois esses não focalizam um instante do evento em curso. No entanto, observamos que as sentenças: *'Maria estava chegando e Maria chegava'* são sentenças gramaticais em nossa língua. Nessas sentenças, podemos observar o traço [+mudança] no predicado, ou seja, entendemos que Maria encontrava-se em algum lugar, deslocando-se para outro, sinalizando que houve uma mudança.

A fim de confirmar nossa hipótese da presença do traço [+mudança] nos predicados inacusativos, tornando-o compatível com o progressivo, realizamos o teste de compatibilidade com o progressivo nos seguintes inacusativos: *morrer, nascer, crescer, agonizar, viver, entrar, emagrecer e empobrecer*, conforme as sentenças em (7):

- (7) a. Mariana está morrendo.
a'. Mariana morria.
- b. A criança estava nascendo.
b'. A criança nascia.
- c. Paulo estava crescendo.
c'. Paulo crescia.
- d. Sabrina estava agonizando.
d'. Sabrina agonizava.
- e. ? Maurício estava vivendo.
e'. Maurício vivia.
- f. A professora estava entrando.
f'. A professora entrava.
- g. Ana Beatriz estava emagrecendo.
g'. Ana Beatriz emagrecia.
- h. Meu amigo estava empobrecendo.
h'. Meu amigo empobrecia.

Os resultados do teste aplicado ³⁶com os inacusativos sinalizam que com os inacusativos que selecionam DPs há a possibilidade da realização no progressivo, ou seja, todos permitem a forma progressiva. No entanto, observamos que, com alguns deles, tais como: *chegar, sair, entrar, vir, emagrecer, empobrecer*, parece mais evidente o valor do traço[+mudança], assim como a telicidade do predicado, uma vez que é possível visualizar o processo em curso, sendo focalizado em um momento único, da mesma forma que também é possível visualizar um fim ou uma meta. Enquanto que com outros, tais como: *morrer, viver, nascer*; apesar da possibilidade de realização no progressivo, parece ser um pouco mais difícil visualizar o valor do traço [+mudança] para o predicado e, conseqüentemente, o fim ou a meta. Por exemplo, em (7f): '*A professora estava entrando*'; em (7g): '*Ana Beatriz estava emagrecendo*'; e em (7h): '*Meu amigo estava empobrecendo*'; é possível observar o valor do traço[+mudança] nesses predicados, à medida que consideramos que há uma mudança no fato de emagrecer, empobrecer e entrar. Enquanto que em (7a): '*Mariana estava morrendo*'; em (7b): '*A criança estava nascendo*'; e em (7e): '*Maurício estava vivendo*'; parece que temos, conforme Basso e Ilari, a perífrase progressiva sendo realizada como presente simples, apesar de também verificarmos certa mudança no predicado.

4.1.3- Os inacusativos no imperativo

³⁶ Os testes de compatibilidade com o progressivo foram aplicados em todos os inacusativos que selecionam DPs, no entanto, trouxemos apenas alguns deles para analisar nesta seção. O teste completo pode ser encontrado em anexo nesta dissertação.

Já em relação à possibilidade da realização do inacusativo no imperativo, assumimos, ainda em consonância com Basso e Ilari, Rech e Giachin (2014) e Pires de Oliveira e Rech (2016), a necessidade do traço [+ controle] licenciando o imperativo.

Assim, não seria de se esperar que houvesse a possibilidade da realização do inacusativo no imperativo uma vez que inacusativos são prototipicamente verbos sem agente. Em outras palavras, sendo os inacusativos verbos monoargumentais que não selecionam argumento externo, é esperado que não possuam um agente com controle sobre o evento descrito em VP. No entanto, ao observamos as sentenças em (8):

- (8) a. João, chegue às 8 horas!
- b. Marcelo, apareça para fazer a prova!
- c. Rodrigo, saia da sala!
- d. Marina, entre!
- e. Sofia, emagreça caso queira desfilar.
- f. Júlio César, evolua!

Podemos perceber que essas sentenças são perfeitamente possíveis em nossa língua. Em contrapartida, ao observarmos as sentenças em (9):

- (9) a. *Criança, nasça!
- b.* Mariana, morra!
- c.* Cresça, planta!
- d.* Árvore, brote!
- e.* Rosária, caduque!
- f.* Wesley, desfaleça!

Notamos que são todas agramaticais.

Tendo em vista a característica da compatibilidade com o imperativo, abordada nos estudos de Basso e Ilari, que exige a presença do traço [+controle] para licenciar a possibilidade do sujeito realizar a

ordem, pedido ou conselho; como poderíamos explicar por que com alguns inacusativos há a possibilidade da realização no imperativo, sendo os inacusativos verbos que não selecionam argumento externo para ser capaz de cumprir a ordem, pedido ou conselho expresso pelo predicado?

Uma possível explicação para dar conta dessa questão é considerar que, para os inacusativos compatíveis com o imperativo, haja, de alguma forma, a atribuição do traço [+controle], já para aqueles que não são compatíveis, não haja essa atribuição. Pois em (8a): *‘João, chegue às 8 horas’*, por exemplo, poderíamos dizer que há a presença do traço [+controle], já que *João* parece ser capaz de realizar, de alguma maneira, o evento; mas em (9a): **‘Criança, nasça’*, por outro lado, não poderíamos valorar esse traço, pois, não há a possibilidade de a *criança* voluntariamente ser capaz de realizar o evento descrito pelo predicado.

Por conseguinte, consideramos que o teste de compatibilidade com o imperativo sinaliza diferenças no comportamento dos inacusativos. No entanto, procuraremos ainda evidenciar essas diferenças, buscando encontrar uma justificativa para fundamentar o comportamento dissemelhante desses verbos.

4.1.4- Os inacusativos e a relação de acarretamento

No que tange à relação de acarretamento, destacamos alguns pontos necessários à compreensão do fenômeno. Poderíamos definir a noção de acarretamento como: “se uma proposição *a* implica uma proposição *b*, sendo *a* uma proposição verdadeira, então *b* é necessariamente verdadeira” (MOURA, 2013, p, 15). Isso significa dizer

que a sentença- *'Paulo Ricardo é um cantor'*- acarreta a sentença - *'Paulo Ricardo Canta'*.

No entanto, assumimos aqui a relação de acarretamento, já apontada por Rech e Varaschin (2017), como aquela que com os verbos passíveis de controle permite fazer inferências³⁷, ou seja, a relação que parece tanto acarretar quanto ser acarretada por um participante correferencial ao argumento descrito em VP: *'Ana Lúcia chegou atrasada'*, acarretando que - *Ana Lúcia acordou mais tarde, ou perdeu o ônibus que a faria chegar no horário, ou, ainda, houve algum problema que a fez chegar mais tarde*. Notamos, por meio desse exemplo, que é possível visualizarmos as fases preparatórias³⁸ do evento *chegar*, evidenciando o que predizem Rech e Giachin (2014): nos inacusativos como *chegar, sair, entrar*, por exemplo, pode haver um controle do correferente sobre as fases preparatórias do evento descrito em VP.

Diante dessas considerações, aplicamos o teste de relação de acarretamento em algumas sentenças com verbos inacusativos a fim de observarmos se elas podem ter a mesma relação de acarretamento que algumas sentenças com estativos. Assim, conforme as sentenças em (10):

(10)a. João chegou às 8 horas.

³⁷ Sabemos que a noção de acarretamento é bem mais específica que a abordada nesta seção já que poderá apresentar diferentes conjuntos de mundos acessíveis. No entanto, não pretendemos nos aprofundar nessa questão, pois, para esse trabalho, bastam algumas inferências que podemos fazer à medida que o intuito é tão somente visualizar se o predicado é ou não passível de algum tipo de controle.

³⁸ Referimo-nos aqui a fases preparatórias de um evento, ancoradas nos estudos de Rothstein (2004). Para autora, há uma estrutura incrementada em alguns achievements que se combinam com o progressivo. Essa proposta será detalhada e melhor referenciada em seção posterior.

(se João se levantar no horário e pegar um meio de transporte que percorra o caminho no tempo necessário, ele chegará às 8:00 h).

b. Joana emagreceu.

(se Joana cuidar da alimentação, deixar de comer fora dos horários apropriados, deixar de comer doces e massas e fizer exercícios físicos, ela emagrecerá).

c. Maurício apareceu na festa.

(se Maurício se locomover até o local onde está sendo realizada a festa, Maurício aparecerá na festa).

d. Minha prima desmaiou.

(se minha prima estiver em um local abafado, não tiver se alimentado direito, então? Ela desmaiou/ talvez ela desmaie).

e. Carolina caducou.

(se Carolina tiver certa idade e não mantiver sua mente ativa, então? Ela caducará/ talvez ela caduque).

f. Luiz Felipe adoecerá.

(se Luiz Felipe sair descalço, tomar água gelada, banho frio, então? Ele adoecerá/ talvez ele adoença).

Podemos observar, por meio das sentenças em (10), que, com inacusativos do tipo *chegar, aparecer e emagrecer*, há uma relação de acarretamento; já com os inacusativos como *nascer, caducar e morrer*, não há essa relação. Em (10a), percebemos que *João* pode controlar as fases preparatórias do evento de *chegar*, tais como, *levantar-se no horário, pegar um meio de transporte adequado, etc*; já em (10f), notamos que não existe a mesma relação, pois, por mais que *Luiz Felipe* tenha controle sobre ações como *andar descalço, tomar gelado, tomar banho frio*, etc, não há como garantir que essas ações culminem no evento *adoecer*. Assim, ressaltamos que os testes aplicados sinalizam,

mais uma vez, uma diferença no comportamento dos inacusativos à medida que mostram que, com alguns deles, há uma relação de acarretamento, enquanto que, com outros, há uma forte pressuposição, não acarretamento.

4.1.5- Os inacusativos em coocorrência com os verbos *tentar*, *obrigar* e *forçar*

Outro teste referenciado na literatura (cf. Kenny 1963; Dowty 1979; Rech e Varaschin, 2017) para detectar um sujeito agentivo é o teste com os verbos *tentar*, *obrigar* e *forçar*, em coocorrência com os estativos. Os verbos *tentar*, *obrigar* e *forçar* precisam de um agente para realizar o evento expresso pelo predicado. Desta maneira, sentenças construídas com esses verbos em coocorrência com inacusativos – que não selecionam argumento externo- tendem a resultar em sentenças agramaticais. Esse teste será aplicado aqui para os inacusativos por supormos que, à semelhança dos estativos, alguns inacusativos são passíveis de algum tipo de controle por parte de um sujeito correferencial ao argumento do inacusativo, sendo assim compatíveis com os verbos agentivos.

Assim, em sentenças como as em (11):

- (11) a. João tentou chegar às 8 horas.
b. Ana Beatriz tentou emagrecer.
c. Meu amigo tentou empobrecer.
d. Maurício tentou aparecer.
e. *A criança tentou nascer.
f. Minha prima tentou desmaiar.
g. *Carolina tentou caducar.
h. Luiz Felipe tentou adoecer.

observamos que alguns inacusativos coocorrem com o verbo tentar, resultando em sentenças gramaticais; já outros, não coocorrem, resultando em sentenças agramaticais ou, no mínimo, estranhas. Esse fato sinaliza para o comportamento não homogêneo da classe dos inacusativos. Em (11a), inferimos que João- *levantou cedo, se trocou rapidamente, pegou o meio de transporte adequado*, mas que, *houve algum problema que o impossibilitou de chegar no horário*; ou ainda que, João *sabia que tinha que chegar às 8 horas*, porém *acordou mais tarde* e, mesmo se apressando, não conseguiu chegar no horário, porém tentou chegar. Essas inferências nos permitem entender que João tem, de alguma maneira, controle sobre as fases que culminam no evento de chegar às 8 horas. Por outro lado em (11e), não temos como inferir que a criança tenha tido qualquer tipo de controle nas fases preparatórias de seu nascimento. Em (11f), a sentença é gramatical, embora seja estranho imaginar que uma pessoa tente desmaiar. Temos por hipótese que o que torna essa sentença gramatical é a possibilidade de o argumento do inacusativo poder ter controle sobre as fases que poderão culminar no evento - desmaiar- como: *entrar em um local abafado, permanecendo ali durante algum tempo; ou ficar sem se alimentar durante um longo período de tempo, etc*; no entanto, não há, mesmo assim, garantias que ela desmaiara, pelo fato de que o evento em si- *desmaiar-*, é um evento sobre o qual não se pode ter controle. Da mesma forma, em (11h), não há a possibilidade de se ter controle sobre o evento *adoecer*, mas há, em contrapartida, a possibilidade de se ter controle sobre as ações que poderão culminar no evento *adoecer*: *andar descalço, ou sair na chuva*,

ou ainda, tomar gelado, mas, novamente, sem nenhuma garantia de que o evento acontecerá.

Com os verbos *forçar* e *obrigar* nas sentenças em (12):³⁹

- (12) a. João foi forçado a chegar às 8 horas.
a'. João foi obrigado a chegar às 8 horas.
b. Ana Beatriz foi forçada a emagrecer.
b'. Ana Beatriz foi obrigada a emagrecer.
c. *A criança foi forçada a nascer.
c'. *A criança foi obrigada a nascer.
d. *Luiz Felipe foi forçado a adoecer.
d'. *Luiz Felipe foi obrigado a adoecer.

observamos, da mesma forma, que nas sentenças em (11), alguns dos inacusativos são compatíveis com os verbos *forçar* e *obrigar*, enquanto que outros não são. Esse fato, mais uma vez, sinaliza uma diferença no comportamento dos inacusativos. Essas observações nos permitem inferir que alguns inacusativos parecem ser, de alguma maneira, passíveis de controle. Supomos que esse controle não seja um controle direto, como acontece com os verbos *andar*, *comer*, *jogar*, *bater*, entre outros, mas um controle que ocorre através da realização de eventos que culminam no descrito pelo inacusativo.

4.1.6- Os inacusativos em cocorrência com advérbios agentivos: deliberadamente, obrigatoriamente, cautelosamente e cuidadosamente.

Outro teste aplicado, em estudos, como os de Rech e Varaschin (2017), para evidenciar as diferenças na classe dos estativos é o de

³⁹ Mantivemos as mesmas sentenças dos exemplos em (11) com o intuito de melhor comparação.

ocorrência com os advérbios agentivos *deliberadamente*, *obrigatoriamente*, *cautelosamente* e *cuidadosamente*. Segundo nos indica a literatura, esses advérbios, por serem agentivos, modificam/especificam verbos transitivos, ou ainda, verbos que possuam um sujeito capaz de realizar os eventos descritos pelo predicado. Esse teste mostra, no entanto, que com alguns dos estativos - aqueles que, de alguma maneira, possibilitam um controle por parte do seu argumento- há compatibilidade com esse tipo de advérbio; já com outros estativos - os que não possibilitam um controle por parte do seu argumento- não há.

Aplicamos o mesmo teste com os inacusativos por supormos que essa classe é constituída de predicados passíveis e não passíveis de controle, à semelhança dos estativos. Observando as sentenças em (13):

(13)

- a. Pedro entrou deliberadamente/cautelosamente/cuidadosamente às 8 horas.
- b. Paloma saiu deliberadamente/cautelosamente/cuidadosamente.
- c.*Mariana morreu deliberadamente/cautelosamente/cuidadosamente.
- d.*Minha prima desmaiou⁴⁰deliberadamente/cautelosamente/ cuidadosamente.

Podemos verificar uma diferença no comportamento dos inacusativos *entrar*, *sair*, *morrer* e *desmaiar*.⁴¹ Em (13a), vemos que a sentença pode perfeitamente ser usada em nossa língua, ou seja, podemos ter a

⁴⁰ Existem contextos específicos nos quais há possibilidade de controle do evento desmaiar, como, por exemplo, o de um ator em cena. No entanto, não vamos nos ater a esse tipo de contexto específico, por se tratar da simulação do evento, e não de sua realização de forma natural.

⁴¹ Reiteramos que foram testados todos os inacusativos. O teste completo poderá ser visualizado em anexo.

intenção de entrar, ter cuidado ao entrar e, ainda, cautela, logo, há controle do argumento desses predicados sobre as fases que culminam nesses eventos. O mesmo ocorre com o predicado sair, ilustrado em (13b). Já em (13c), observamos uma incompatibilidade do inacusativo *morrer* com tais advérbios, pois não é comum imaginar que alguém possa ter controle sobre eventos como *ficar doente*, *ou sofrer um acidente*, *ou, ainda, ficar velho*, que possam resultar na sua morte. As sentenças em (13d) também nos permitem verificar a incompatibilidade do inacusativo com os advérbios testados. Isso porque eventos como *permanecer em um ambiente sem ventilação apropriada*, *não se alimentar*, *etc*; podem, mas não necessariamente resultam no evento desmaiar.

Assim, destacamos que a (in)compatibilidade dos inacusativos com os advérbios agentivos resulta da possibilidade ou da falta de possibilidade de algum tipo de controle do argumento do inacusativo sobre as fases que culminam no evento descrito em VP, sinalizando, novamente, para o comportamento dessemelhante desses verbos.

4.1.7- Os inacusativos e a pseudoclivada

Baseadas na literatura, ressaltamos que tanto as estruturas clivadas como as pseudoclivadas têm por objetivo colocar em foco algum constituinte da sentença. Segundo Miotto (2003), Almeida (2011), Quarezemim (2014), dentre outros, as pseudoclivadas podem pôr em foco o sujeito ou o objeto. Nas pseudoclivadas do tipo O que x fez foi, temos o predicado pós-cópula sendo focalizado. Esse tipo de pseudoclivada contribuiu para que estudiosos elaborassem um teste para

verificar a questão da agentividade nos predicados, evidenciando, assim, a heterogeneidade de uma classe como a dos estativos.

A pseudoclivada do tipo *O que Maria fez foi trabalhar*, permite evidenciar a agentividade do predicado focalizado - *trabalhar*-, uma vez que revela controle do argumento *Maria* sobre o evento descrito em VP. Desta maneira, é esperado que esse tipo de pseudoclivada não seja compatível com predicados inacusativos à medida que esses não selecionam argumento agentivo. No entanto, ao observarmos as sentenças em (14), percebemos que ocorre o inverso do que seria esperado para os inacusativos:

- (14)a. ? O que Paulo fez foi evoluir.
- b. ? O que Wesley fez foi entrar no auditório.
- c. ? O que Julio fez foi aparecer na palestra.
- d. ? O que Maurício fez foi emagrecer.

As sentenças em (15), por sua vez, revelam um resultado diferente com predicados pertencentes à mesma classe:

- (15)a. * O que Carlos fez foi falecer.
- b. * O que Felipe fez foi agonizar.
- c. * O que Kassiele fez foi sobreviver.
- d. * O que Amanda fez foi crescer⁴².

⁴² Sabemos que o inacusativo *crescer* pode ter o sentido de *evoluir*, em alguns contextos. Neste caso, é possível ao correferente ter controle sobre as fases preparatórias que culminarão em seu crescimento, tais como, esforçar-se, dedicar-se, etc. Por exemplo: *Maurício deve crescer na empresa. Aqui* fica claro que se trata de um crescimento pessoal de Maurício. Já em: *A criança cresceu*, não é possível observar um controle por parte do participante a criança sobre as fases preparatórias do evento crescer. Um fato que nos permite observar essa diferença é a possibilidade da realização da pseudoclivada quando crescer tiver o sentido de *evoluir*: *O que Maurício fez foi crescer na empresa*. Com sentido de aumentar de tamanho de forma progressiva, a pseudoclivada resulta em uma sentença agramatical: **O que a criança fez foi crescer dois centímetros*.

A questão que se levanta, então, é: por que alguns inacusativos admitem a construção pseudoclivada do tipo O que x fez foi, enquanto outros não? Uma possível resposta seria a já abordada em seções precedentes, qual seja: a possibilidade de controle do evento descrito em VP por um participante com a mesma referência do argumento do predicado inacusativo. Não nos parece estranho, por exemplo, que possamos ter controle sobre as fases preparatórias de um evento como entrar- *deslocar-se no espaço*. Já um evento como falecer pode resultar de eventualidades como – *ficar gravemente doente, ou ser gravemente ferido*, sobre as quais o argumento do inacusativo não tem necessariamente controle.

Desta maneira, supomos que este teste sinaliza uma subdivisão na classe dos inacusativos que é revelante para a hipótese que vimos investigando.

4.1.8- Os inacusativos sob o escopo dos modais deônticos

Em seus estudos, Rech e Varaschin (2017) buscam reafirmar a já assumida, por Parsons (1990) e Basso e Ilari (2004), proposta de subdivisão da classe dos estativos. Para isso, investigam a coocorrência dos verbos estativos com os modais deônticos, considerando a subdivisão dos deônticos *ought-to-do* e *ought-to-be*, conforme Brennan (1993) e Hacquard (2006).

Os autores baseiam seus estudos em Rech e Giachin (2014) e Pires de Oliveira e Rech (2016), para as quais a natureza do predicado sob o escopo do modal influencia, de alguma maneira, na sua interpretação. Os estudos de Rech e Varaschin (2017) apontaram para a

subdivisão da classe dos estativos, ao mesmo tempo em que evidenciam que o comportamento heterogêneo da classe se justifica na (im)possibilidade de controle das fases preparatórias do evento descrito em VP.

Tendo por base os estudos de Rech e Varaschin (2017) e Pires de Oliveira e Rech (2016), supomos que a coocorrência dos inacusativos com os modais deônticos possa revelar evidências que fundamentem a subdivisão da classe dos inacusativos, uma vez que o habitual é esperar que modais deônticos do tipo *ought-to-do* não possam coocorrer com os inacusativos pelo fato de que esses não selecionam argumento externo capaz de checar o traço [+Ag] requerido por este modal.

Segundo os estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016), modais deônticos *ought-to-do*- orientados para o sujeito da sentença- precisam checar o traço [+Ag] com algum participante do evento descrito em VP. Isso ocorre com verbos transitivos e inergativos, mas não é esperado que ocorra com predicados inacusativos, uma vez que estes não selecionam argumento agentivo que possa checar o traço [+Ag] com o deôntico. As autoras propõem que

[...] o sistema ModP pode projetar uma projeção acessória para checar o traço [+Ag] com o argumento externo do verbo encaixado. Não havendo um argumento agentivo no evento VP- como ocorre com os verbos inacusativos-, o modal ainda pode ser interpretado como um deôntico, mas apenas em uma posição alta, onde irá acessar o evento de fala [...](PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 355- tradução nossa)⁴³

⁴³ [...] the ModP system can project an accessory projection headed by a +Ag feature which will be checked against the +Ag feature assumed to be endowed

Os experimentos realizados pelas autoras mostram, entretanto, a coocorrência de modais deônticos *ought-to-do* com alguns inacusativos, conforme podemos observar nas sentenças em (14):

- (14) a. Júlio pode chegar mais tarde.
- b. Joana tem que aparecer logo.
- d. As crianças devem entrar.
- e. Os alunos podem sair.

Nas sentenças em (14) é perfeitamente possível atribuir ao participante do evento descrito em VP controle nas fases preparatórias que culminam nestes eventos. Em (14a), por exemplo, é possível interpretarmos que Júlio tenha controle sobre eventos que culminem no evento chegar, tais como *sair de casa no tempo x*, *pegar o meio de transporte adequado*, etc. As demais sentenças ilustradas em (14) também nos permitem, igualmente, inferir um controle do participante do evento VP sobre eventos que correspondem a suas as fases preparatórias.

Em contrapartida, conforme podemos observar nas sentenças em (15)⁴⁴, parece que com alguns inacusativos se confirmam as

by the external argument of the embedded verb. If there is not an agentive argument in the VP event – as it occurs with unaccusative verbs –, the modal still can be interpreted as a deontic, but only at a high position, where it can access the speech event.[...](PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 355.)

⁴⁴ Sabemos que, para que seja licenciada a leitura deôntica *ought-to-be* para esses modais, é necessário um contexto específico, como com o inacusativo *sobreviver*, por exemplo: *É ordenada uma chacina, por um traficante da região, com o intuito de cobrar uma dívida de drogas; porém, ao ficar sabendo que Rodrigo havia pago a dívida, o traficante ordena: Rodrigo deve sobreviver à chacina-*. Contextos específicos como esse foram testados no experimento realizado por Pires de Oliveira e Rech (2016) e permitiram verificar a orientação do modal.

considerações das autoras de que somente a interpretação deôntica *ought-to-be* está disponível:

- (15) a. A criança deve nascer ainda essa noite.
- b. A Maria Júlia deve crescer no Brasil.
- c. Marina deve morrer amanhã.
- d. Rodrigo pode sobreviver à chacina.

Diferentemente das sentenças em (14), em (15) não há a possibilidade de licenciar a leitura deôntica *ought-to-do*. Em (15a), por exemplo, não há como imaginar que a criança tenha qualquer tipo de controle sobre as fases preparatórias que culminam no evento nascer; o mesmo ocorre nas demais sentenças em (15), ou seja, verifica-se a impossibilidade de o participante do evento descrito em VP ter controle sobre as fases preparatórias que resultem no evento.

Pires de Oliveira e Rech (2016) atribuem esse fato à não existência do traço [+Ag] no predicado sob o escopo do modal, uma vez que argumentam que para licenciar a leitura *ought-to-do*, é necessária a presença de um agente no evento VP capaz de receber a ordem ou permissão expressa pelo deôntico. No entanto, as autoras apontam uma diferença no comportamento dos inacusativos: verbos como *chegar, entrar, sair...* licenciam uma leitura *ought-to-do* para o deôntico; já inacusativos como *florescer, crescer, nascer...* não.

As autoras predizem, ainda, baseadas na proposta de Hacquard (2006, 2010), que existem dois lugares possíveis à interpretação do modal, ou seja, dois lugares onde poderá ser checado o traço [+Ag]: i) com o participante do evento descrito em VP, em uma posição baixa; e (ii), com um participante do evento de fala, em uma posição alta. Dependendo da posição em que o modal é interpretado, será do tipo

ought-to-do ou *ought-to-be*. As autoras enfatizam que a leitura deôntica *ought-to-do* será licenciada caso exista um participante do evento descrito pelo verbo encaixado no domínio VP capaz de checar o traço [+Ag]; caso não exista a possibilidade da checagem do traço no domínio VP, ainda haverá a possibilidade da checagem do traço com um participante do domínio de fala. Assim, o esperado seria que, para os inacusativos, não houvesse a possibilidade da leitura deôntica *ought-to-do*. Porém, os dados revelam que alguns inacusativos admitem a leitura *ought-to-do*.

As autoras consideram que a possibilidade da leitura *ought-to-do* para alguns inacusativos (*chegar, sair, entrar*, dentre outros) é permitida porque “Alguns inacusativos são predicados Achievements que são descritos na literatura como sendo compostos por fases preparatórias que levam a uma culminação do evento denotado pelo verbo. (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 352. Tradução nossa)⁴⁵

Em consonância com as autoras, supomos que a principal motivação para a subdivisão da classe dos inacusativos reside na (im)possibilidade de controle do participante do evento descrito em VP sobre as fases preparatórias desse evento.

Desta forma, acentuamos que o teste de coocorrência dos inacusativos com os modais deônticos parece ser uma forte evidência do comportamento dissemelhante dos inacusativos.

As questões que surgem então são: por que isso ocorre? Por que com alguns dos inacusativos a leitura *ought-to-do* se torna possível, já

⁴⁵ “Some unaccusatives are achievement predicates which are described in the literature as being composed of a preparatory phase which leads to the culmination of the event denoted by the verb” (PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016, p. 352.)

que os inacusativos não selecionam um argumento externo capaz de checar o traço [+Ag] no domínio do evento VP? O que possibilita que um participante correferente ao argumento do inacusativo controle as fases preparatórias que culminam no evento descrito em VP?

Com o intuito de responder a essas perguntas, bem como entender melhor o fenômeno por trás da dissemelhança no comportamento dos inacusativos, buscamos, na próxima seção, fundamentar nossa proposta de subdivisão da classe. Discutiremos também a hipótese de que alguns inacusativos permitem um controle de seu cooreferente sobre as fases preparatórias que culminam no evento descrito em VP.

4.1.9- Proposta de subdivisão dos inacusativos

Conforme pudemos observar, por meio dos testes desenvolvidos nas seções precedentes, os inacusativos apresentam um comportamento dissemelhante uma vez que alguns deles, tais como: *chegar, entrar, sair, surgir*, entre outros, podem figurar em pseudoclivada do tipo O que x fez foi; com os advérbios agentivos como *deliberadamente, cautelosamente e cuidadosamente*; sob o escopo do verbo *tentar*; em construções passivas no presente e no passado com os verbos *obrigar e forçar*; admitem a flexão no imperativo; e figuram sob o escopo dos modais deônticos. Este comportamento heterogêneo da classe parece evidenciar que, com alguns dos inacusativos, é possível ter certo controle sobre o evento descrito em VP; já com outros, tais como: *nascer, crescer, morrer, florescer*, não. Este fato demanda atenção, pois o esperado para os inacusativos seria uma restrição a essas construções,

126

já que inacusativos não apresentam um argumento agentivo capaz de controlar o evento descrito em VP.

Temos por hipótese que a possibilidade desses inacusativos figurarem sob o escopo dos modais deônticos está relacionada ao controle que o único argumento interno do inacusativo pode exercer sobre as fases preparatórias do evento descrito em VP. Nossa proposta está ancorada em Rothstein (2004). Para essa autora, achievements no progressivo apresentam uma estrutura enriquecida, funcionando como um accomplishment derivado, cujo ponto de culminação resulta em um achievement lexical.

Baseados nessa proposta de Rothstein (2017), Rech e Varaschin (2017) instituem que na sequência incremental de eventos atua um participante agentivo que terá controle sobre as fases preparatórias destes eventos.

Accomplishments, segundo Lendman (1992), são verbos que apresentam como característica uma estrutura subeventual: estágios de atividade ou estágios de processo. Assim, um predicado accomplishment como *construir uma casa*, por exemplo, possui subeventos da atividade ou processo, ou seja, subeventos que irão culminar no evento *construir uma casa* – preparar o cimento, ordenar os tijolos, construir uma parede, etc. Já os achievements, por definição, são verbos que definem uma ação pontual, são instantâneos, sem durabilidade; assim, não deveriam possuir estágios, nem ocorrer no progressivo. No entanto, Rothstein (2004) observa que alguns achievements ocorrem no progressivo, como nas sentenças em (1):⁴⁶

⁴⁶ Os exemplos em (1) foram retirados de Rothstein (2004, p. 36).

- (1) a. Fred and Suzan are finally leaving.
(Fred e Suzan estão finalmente saindo)
- b. The old man is dying
(O homem velho está morrendo)
- c. The plane is landing
(O avião está aterrissando)
- d. Jane is just reaching the summit
(Jane está recém atingindo o topo)

Essa possibilidade ocorre, segundo a autora, devido à existência de fases preparatórias da eventualidade descrita em VP. Conforme Rothstein, “Smith (1991) sugere que achievements progressivos focam em um estágio preliminar do evento, argumentando que esta intuição é correta” (ROTHSTEIN, 2004, p. 37- tradução nossa).⁴⁷ O que nos leva a supor que, à semelhança dos accomplishments, alguns achievements possuem fases preparatórias que irão culminar no evento descrito em VP. Segundo a autora:

[...] enquanto o progressivo não trata o achievement como um tipo especial de verbo, accomplishment lexical, ele desencadeia uma operação de mudança do tipo que resulta em uma conquista derivada da conquista [...] A operação permitirá a realização progressiva em muitos casos, e devo argumentar que precisamos saber mais sobre a estrutura incremental das realizações antes que possamos explicar quais restrições existem ao usar a regra de mudança de tipo. (ROTHSTEIN, 2004, p.37 – tradução nossa)⁴⁸

⁴⁷ “Smith (1991) suggests that progressive achievements focus on “detachable” preliminary stages of the achievement...I shall argue that the intuition behind this statement is right” [...] (ROTHSTEIN, 2004, p. 37).

⁴⁸[...] while the progressive does not treat the achievement as a special kind of lexical accomplishment verb, it does trigger a type-shifting operation which

128

Com base neste aporte teórico, observemos as sentenças em (2):

- (2) a. O palestrante deve chegar na universidade no horário.
- b. O jogador deve entrar em campo.
- c. João tem que sair mais cedo.

Os modais em (2) podem assumir uma leitura deôntica do tipo *ought-to-do*, pois, à semelhança dos accomplishments, podemos verificar, nos achievements inacusativos das sentenças, fases que poderão culminar no evento descrito em VP, sobre as quais o correferente pode ter controle e nas quais o modal poderá checar o traço [+Ag] necessário para licenciar a leitura deôntica *ought-to-do*. Na sentença (2a), por exemplo, é possível ao *palestrante* ter controle sobre as fases preparatórias que culminarão no evento principal: *sua chegada na universidade no horário*. Não se trata, portanto, de um controle sobre o evento descrito em VP, mas sim de um controle sobre os eventos preparatórios do evento principal. Observe que o *palestrante* pode ter controle sobre ações como *levantar-se no horário*, *pegar um meio de transporte adequado*, *etc*, que constituiriam as fases preparatórias do evento *chegar na universidade no horário*.

A seguir, apresentamos, a fim de conferir maior confiabilidade a nossa proposta, as definições de estágio, continuação e culminação, retiradas de Rech e Varaschin (2017). Segundo os autores:

results in an accomplishment being derived from the achievement [...] The operation will allow progressive achievement in too many cases, and I shall argue that we need to know more about the incremental structure of accomplishments before we can explain what constraints there are on using the type-shifting rule. (ROTHSTEIN, 2004, p. 37)

Estágio: Um evento e é um estágio de um evento e' se e somente se e se desenvolve em e' .

Continuação: Seja e um evento que ocorre em um tempo t . Seja e' um evento que ocorre em um tempo t' , onde t é um subintervalo de t' . e' é uma continuação de e se e somente se e for um estágio de e' .

Culminação: Um evento e' é a culminação de um evento e se e somente se e' for uma continuação de e e não houver nenhum outro evento posterior a e' que seja uma continuação de e . (RECH & VARASCHIN, 2017, p. XX).

A partir dessas definições, podemos explicar mais detalhadamente o que supomos serem fases preparatórias de um achievement inacusativo. Entendemos que as sentenças em (2) licenciem uma leitura *ought-to-do* aos modais à medida que a orientação do modal pode recair sobre o sujeito da sentença. Para que essa interpretação seja possível, o significado lexical do predicado achievement inacusativo deve estar incorporado a uma estrutura de evento enriquecida (evento VP acessível ao modal). Neste caso, o achievement passa a funcionar como a culminação pontual de um evento durativo e' que apresenta as características de um accomplishment. Desta forma, *levantar-se no horário, pegar um meio de transporte adequado, etc*, constituem estágios- e - do evento *chegar* - e' - à medida que eles se desenvolvem em e' ; assim como e' - *chegar* - é uma continuação de e - *levantar-se no horário, pegar um meio de transporte adequado*; sendo e' a culminação de e . Em outras palavras, predizemos que o sujeito das sentenças como as exemplificadas em (2) não pode ter controle sobre o evento descrito pelo predicado inacusativo. Entretanto, estando ele incorporado a uma estrutura de evento enriquecido, funcionando como uma espécie de accomplishment, é possível ao

sujeito ter controle sobre as fases de atividade que culminarão no evento descrito pelo achievement inacusativo. Em (2b), também podemos verificar essa possibilidade já que o achievement *entrar* pode ser modulado em um accomplishment. Neste caso, o jogador, mesmo não sendo sujeito agente de *entrar*, pode ser agente de suas fases preparatórias, como *deslocar-se de um espaço físico para outro*, satisfazendo a necessidade de um sujeito agentivo para checar o traço [+Ag] com o modal, licenciando uma leitura deôntica do tipo *ought-to-do*. O mesmo pode ser observado na sentença em (2c).

A partir dessas considerações, corroboramos com a proposta de Rech e Varaschin (2017), que institui que os VPs inacusativos que figuram sob o escopo dos modais deônticos *ought-to-do* são achievements incrementados, que possuem uma estrutura semelhante a dos accomplishments.

Os accomplishments, segundo Rothstein (2004), trazem consigo, como parte de seu significado lexical, informações sobre quais características seu subevento de atividade tem e, portanto, dá informações sobre que tipo de evento serve como garantia para uma asserção progressiva (ROTHSTEIN, 2004, p.48- tradução nossa)⁴⁹. Apesar de instituir que os achievements não possuem como parte de seu significado lexical essas informações, institui que funcionando como accomplishments derivados de achievements, os processos de estágio não são ainda determinados pelo significado do verbo, mas podem ser

⁴⁹ [...] as part of its lexical meaning gives information about what characteristics its activity subevent has, and thus gives information about what kind of event serves as a warrant for a progressive assertion"[...] (ROTHSTEIN, 2004, p.48).

contextualmente identificados. Assim, Rotstein postula uma operação de mudança aspectual que promove o significado do achievement a um significado de accomplishment derivado ou abstrato, denotando um conjunto de eventos e , que são a soma de uma atividade e_1 cujas propriedades particulares são lexicalmente não especificadas, e um ponto culminante, evento e_2 , que está na denotação do achievement lexical⁵⁰ (ROTHSTEIN, 2004, p, 48). A autora conclui que essa postulação transmutaria a denotação do VP em uma estrutura de um accomplishment, cuja culminação é dada pelo VP lexical; em outras palavras, essa operação resultaria em um accomplishment derivado cuja culminação será o achievement inacusativo. Sendo assim, cada achievement no progressivo requer uma estrutura incremental baseada em uma informação avaliável, que mostra como um estágio de atividade está relacionado incrementalmente ao accomplishment derivado.

No entanto, é importante para nossa proposta ressaltar que os achievements no progressivo não necessitam que a ordenação das partes de sua eventualidade sejam dependentes da relação entre o evento e seu tema incremental. Queremos acentuar com essa consideração que, para concebermos os estágios de atividade de um predicado inacusativo do tipo *chegar*, por exemplo, podemos defini-los contextualmente – *deslocar-se de um lugar para outro, etc.*

Contudo, para fundamentar nossa proposta, não basta apenas postular uma estrutura incrementada com estágios preparatórios, à

⁵⁰ We posit an aspectual type shifting operation, triggered by PROG, which raises the achievement meaning in to an “abstract” or “derived” accomplishment meaning denoting a set of events e , which are the sum of an activity e_1 whose particular properties are lexically unspecified, and a culmination event e_2 which is in the denotation of the lexical achievement[...] (ROTHSTEIN, 2004, p, 48)

semelhança do que Rothstein postula para os achievements progressivos, mas, sim, crucial é que nestes estágios exista um correferente ao tema do inacusativo capaz de ter controle sobre essas fases preparatórias, conforme presumem Rech e Varaschin (2017). Por meio de nossa postulação, acreditamos ser possível explicar, ao contrário do que seria o esperado para os inacusativos, a gramaticalidade de sentenças tais como: *Julio chegou cautelosamente; Maria foi obrigada a sair mais cedo; O que Roberta fez foi entrar; Maurício tentou aparecer na festa; O jogador deve entrar em campo.*

Contudo, observamos nas sentenças em (3) abaixo, que com alguns inacusativos tais como *morrer, nascer, florescer sobreviver*; há restrição a leitura deôntica *ought-to-do*:

- (3) a. O traficante deve morrer.
- b. A criança deve nascer.
- c. A flor tem que florescer.
- d. O doente deve sobreviver.

Essa restrição, esperada para os inacusativos, segundo nossa análise, é atribuída à impossibilidade de controle do correferente sobre as fases preparatórias desses eventos. Importante observar que, nas sentenças em (3), não temos achievements inacusativos; os inacusativos sob o escopo dos modais deônticos em (3) descrevem processos que, como tais, denotam diretamente uma eventualidade durativa, sem precisarem de qualquer incrementação. Desta maneira, não comportam nenhum estágio ou subevento agentivo, com o qual o modal deôntico deveria satisfazer sua exigência de checagem de traço. Em outras palavras, nesses processos não há possibilidade do correferente ao tema do inacusativo atuar sobre as fases do processo e, desta forma, ele não

pode ter sobre eles qualquer tipo de controle. Assim, em (3b), por exemplo, não é possível imaginar que o correferente ao tema do inacusativo - *a criança*- possa ter qualquer controle sobre o evento descrito em VP.

Por outro lado, verificamos que poderíamos atribuir às sentenças em (3) uma leitura deôntica do tipo *ought-to-be*⁵¹, pois, conforme predizem Pires de Oliveira e Rech (2016), teríamos o traço [+Ag] sendo checado em uma posição alta - no ato de fala- onde teríamos um participante agentivo (o addressee) para satisfazer a necessidade do modal.

O inacusativo *morrer* é considerado, muitas vezes, como um achievement e, desta forma, teria o que intitulamos de estrutura incremental, constituindo-se como um accomplishment derivado que culminaria em um achievement, tendo, portanto, estágios de atividade. O que ocorre, porém, conforme já apontado por Rech e Varaschin (2017), é que, mesmo sendo considerado um achievement, por alguns autores, não necessariamente o correferente ao argumento tema do inacusativo irá exercer controle sobre as fases que irão culminar no evento *morrer*, ou seja, esse correferente poderá, em alguns casos, atuar nas fases preparatórias do evento principal, no entanto, em outros, esse evento será um processo natural, no qual o correferente não irá exercer nenhum tipo de controle sobre as fases preparatórias que irão culminar no evento. Nestes casos, não teríamos um correferente agentivo capaz

⁵¹ Sabemos que nas sentenças exemplificadas em (2) há possibilidade de uma leitura deôntica *ought-to-be*, no entanto, não iremos nos ater nesta análise por acreditarmos que as sentenças que licenciam a leitura deôntica *ought-to-do* constituem fundamentos para a nossa proposta.

de checar o traço [+Ag] com o modal a fim de licenciar-lhe uma leitura deôntica *ought-to-do*, conforme podemos observar na sentença (4):

(4) O assaltante deve morrer.

Mesmo sendo considerado como um achievement, na sentença em (4) podemos verificar que não há a possibilidade de uma leitura deôntica *ought-to-do* ao modal à medida que o tema do inacusativo - o assaltante - não é correferente das fases do processo do evento descrito em VP. Assim, a única leitura deôntica licenciada é a *ought-to-be*, na qual um participante do evento de fala estaria recebendo a ordem expressa pelo modal.

Ainda com o intuito de fundamentar nossa proposta de divisão da classe dos inacusativos, elencamos outro ponto, já assinalado por Rothstein (2004) para os achievements progressivos: a noção do deslocamento físico, que constitui restrição à interpretação deôntica *ought-to-do* para alguns inacusativos. De acordo com a autora, os verbos de movimento incluem um evento de atividade e um evento BECOME, que é um evento de movimento em direção ao local físico onde a culminação ocorre (ROTHSTEIN, 2004, p. 141). Para nossa proposta, salientamos que os verbos de movimento parecem tornar evidentes os estágios de atividade por meio do acarretamento de seus deslocamentos físicos e, assim, favorecem a identificação de um agente que pode ser correferencial ao tema do inacusativo, podendo ser o agente do deslocamento implícito no próprio inacusativo. Assim, em inacusativos do tipo *chegar, entrar e sair*, por exemplo, temos verbos de movimento que acarretam um deslocamento físico (*ir de um local para outro*); para

esse deslocamento, há a necessidade de um sujeito agentivo, que pode ser correferente ao argumento tema do inacusativo.

5- Considerações finais

A partir das considerações feitas nas seções precedentes, tendo como aporte teórico as propostas de Cinque (1999), Hacquard (2006,2010), Rothstein (2004) e os estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016) e Rech e Varaschin (2017), acreditamos poder fundamentar nossa proposta de subdivisão da classe dos inacusativos.

Nossa proposta prediz que, de um lado, temos predicados inacusativos que possuem fases preparatórias do evento descrito em VP, sobre as quais o correferente ao tema do inacusativo pode ter controle e, de outro, predicados inacusativos que não possuem fases preparatórias sobre as quais o correferente ao tema do inacusativo possa atuar.

Assumimos nesta divisão que (i) os predicados inacusativos do grupo 1 (*chegar, entrar, sair, surgir, emagrecer, etc.*) sobre os quais pode se ter algum tipo de controle são achievements incrementados, que possuem estágios de atividade sobre os quais o correferente ao argumento tema do inacusativo pode atuar; e, (ii) os predicados inacusativos do grupo 2 (*nascer, morrer, florescer, etc.*) sobre os quais não se pode ter nenhum tipo de controle não são achievements e, portanto, não apresentam estágios de atividade nos quais o correferente ao argumento tema do inacusativo poderá atuar. Estes descrevem processos sobre os quais este correferente não atua.

Supomos que, a partir da nossa proposta, é possível explicar a ocorrência de alguns dos inacusativos em sentenças (i) pseudoclivadas; (ii) com advérbios agentivos; (iii) com os verbos *forçar e obrigar*; (iv) com o verbo *tentar*; (v) no progressivo e (vi) no imperativo, contrariando o que seria o esperado para os inacusativos que por sua natureza não selecionam argumento agentivo.

A nosso ver, a ocorrência de inacusativos sob o escopo dos modais deônticos *ought-to-do* é mais uma evidência a favor da separação no interior desta classe. Constatamos que os inacusativos que licenciam uma leitura deôntica do tipo *ought-to-do* ao modal possuem uma estrutura de eventos enriquecida que possibilita ao correferente do argumento tema do inacusativo um controle sobre as fases preparatórias do evento descrito em VP; os demais inacusativos, não.

Contudo, salientamos que o comportamento dissemelhante dos inacusativos já havia sido sinalizado (cf. PIRES DE OLIVEIRA E RECH, 2016), não constituindo nenhuma novidade. No entanto, o entendimento da maneira de como esse comportamento se justifica foi o que motivou nossa pesquisa que, longe de pretender ser exaustiva, procura dar continuidade aos estudos do fenômeno da inacusatividade, buscando motivar o interesse de novos pesquisadores a respeito da peculiar estrutura sintática desses predicados e, ao mesmo tempo, o dos que buscam entender se a natureza do verbo do predicado encaixado influencia de alguma maneira na interpretação dos modais.

6- Referências Bibliográficas

BASSO, Renato; ILARI, Rodolfo. 2004. **Estativos e suas características**. Revista brasileira de linguística aplicada, v. 4, n. 1: 15-26.

BELLETTI, A. **The case of unaccusatives**. Linguistic Inquiry, New York, v.19, n.1, p.1-34, 1988.

BRENNAN, Virginia Mary. **Root and Epistemic modal auxiliary verbs**. 1993. 455fls. Ph.D. Thesis, University of Massachusetts, Amherst, 1993

BURZIO, Luigi. **Italian Syntax**. Dordrecht: Reidel,1986

CINQUE, Guglielmo. **Adverbs and functional heads**. A cross-linguistic perspective. New York: Oxford University Press,1999.

CINQUE, Guglielmo. **Issues in adverbial syntax**. Língua. V.114. p. 683-710, 2004. Elsevier.

CINQUE, Guglielmo **Restructuring and functional heads-the cartography of syntactic structures**. New York: Oxford University Press, 2006. Volume 4. (Oxford Studies in Comparative Syntax series).

DOWTY, David. 1979. **Word Meaning and Montague Grammar**. Dordrecht: Reidel.

FOSSILE, Dieysa Kanyela. **Valores Aspectuais do português brasileiro e do alemão: uma proposta de síntese**. In: MOURA, Heronides Maurílio de Melo; MOTA, Mailce Borges; SANTANA, Ana Paula (org). *Cognição, Léxico e Gramática*. Coleção Linguística. V.1. Florianópolis: Insular, 2012. p. 47-93.

HACQUARD, Valentine. **Aspects of modality**. 2006. 214fls. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2006.

HACQUARD, Valentine. **On the Event Relativity of Modal Auxiliaries**. *Natural Language Semantics*, 18(1), p. 79-114, 2010.

KATO, Mary; TARALLO, Fernando. **The loss of VS Syntax in Brazilian Portuguese**. In: KOCH, I.; SCHLIEBE-LANGE, B. (Org). *Linguistik in Brasilien*. Tübingen: Niemeyer, 1993. p., 1-33.

KENNY, Anthony. 1963. **Action, Emotion and Will**. London: Routledge.

KRATZER, Angelika. *Modals and Conditionals*. New York: Oxford University Press, 2012.

KRATZER, Angelika. Modality. In: A. von Stechow & D. Wunderlich (eds.), *Semantik: Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Berlin: mouton de Gruyter, 2001. p. 639-650.

KRATZER, Angelika. **The notional category of modality**. In: EIKMEYER, H-J.; RIESER, H. *Word, worlds, and contexts: new approaches to word semantics*. Berlin: W. de Gruyter, 1981. p. 38-74.

LEVIN, Beth; HOVAV, Malka Rappaport. **Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface**, Cambridge (MA): MIT, 1995.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. **Novo manual de Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

MIOTO, Carlos. **Focalização e Quantificação**. Revista Letras, Curitiba, nº 61, especial, p. 169-189, 2013. Editora UFPR.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática**. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

NASCIMENTO, Silvia Helena Lovato do. **Os Verbos Inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização**. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 30 n.2, p. 237-256, 2014.

NASCIMENTO, Milton; KATO, Mary. **O Estatuto dos Nominais pós-verbais dos Verbos Inacusativos**. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 31-74, 1995.

NASCIMENTO, Milton; KATO, Mary. Unaccusatives as Raising Verbs. In: ALFAL MEETING, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 1990.

PARSONS, Terence. 1990. **Events in the Semantics of English**. Cambridge: MIT Press.

PESSOTO DOS SANTOS, Ana Lucia. 2015. **Força e evidência: uma análise teórico experimental da semântica de 'pode', 'deve' e 'ter que'**. 277f. Tese (Doutorado) – Curso de Linguística, Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PERLMUTTER, David. **Personal vs Impersonal Constructions**. Natural Language and Linguistic Theory, Dordrecht, v. 1, p. 141-200, 1983

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; RECH, Núbia Saraiva Ferreira. **Flavors of obligation: the syntax/semantics of deontic deve in Brazilian Portuguese**. Letras de Hoje (Online), 2016.

QUAREZEMIN, Sandra. **Assimetria Sujeito-objeto focalizados nas sentenças clivadas e pseudoclivadas**. Veredas on-line – Sintaxe das Línguas Brasileiras, v.18/1 2014, p. 60-78 – Programa de Pós-Graduação em Linguística- Universidade de Juiz de Fora

RECH, Núbia Saraiva Ferreira; GIACHIN, Amanda e Sá. **As interpretações disponíveis para os modais *pode* e *deve* em construções com predicados adjetivais**. *ReVel*, edição especial n. 8, 2014. [www.revel.inf.br].

RECH, Núbia Saraiva Ferreira. **Estruturas Monoargumentais do Português Brasileiro à Luz da Hipótese Inacusativa**. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RECH, Núbia Ferreira. **Hierarquia dos núcleos funcionais no português brasileiro**. Revista da Anpoll.V.1. n. 31, p.207-225, 2011

RECH, Núbia Saraiva Ferreira; VARASCHIN, Giuseppe. **Predicados Estativos e os Tipos de Deôntico: Ought-To-Do e Ought-To-Be**. 2017 [Circulação Restrita]

RECH, Núbia Saraiva Ferreira; VARASCHIN, Giuseppe. **Predicados Inacusativos e a modalidade Deôntica**. 2017 [Circulação Restrita]

ROTHSTEIN, Susan. 2004. **Structuring Events: A Study in the Semantics of Lexical Aspect**. Blackwell Publishing, Oxford.

VENDLER, Zeno. 1967. **Linguistics in philosophy**. New York: Cornell University Press.

VIOTTI, Evani. **O Caso do Sintagma Nominal das Sentenças Existenciais**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 41-71, 2000.

7-Anexo

Testando o comportamento dos Inacusativos

Os testes aplicados sobre os inacusativos que selecionam DPs, que aplicamos, foram testes anteriormente aplicados por Kenny (1963), Down (1979) e Basso e Ilari (2004), com o objetivo de testar a homogeneidade dos estativos. No entanto, foram escolhidos porque acreditamos que evidenciam a distinção no comportamento dos inacusativos e assim, possam vir a fundamentar nossa proposta de divisão da classe.

Os testes aplicados: (i) Admissibilidade do progressivo; (ii) relação de acarretamento; (iii) verbo tentar em coocorrência com inacusativos; (iv) advérbios agentivos - cautelosamente, deliberadamente, cuidadosamente e obrigatoriamente- em coocorrência com inacusativos; (v) Pseudoclivada do tipo O que X fez foi; (vi) Construções passivas no presente e no passado com os verbos forçar e obrigar, em coocorrência com os inacusativos; (vii) flexão do imperativo;

O teste em (i) admissibilidade do progressivo permite verificar se existem fases preparatórias na eventualidade descrita pelo predicado lexicalizado em VP. Nossa hipótese é, em consonância a Basso e Ilari (2004) para os estativos, que inacusativos não são predicados homogêneos, ou seja, não se comportam de uma mesma maneira, conforme já apontado por Pires de Oliveira e Rech (2016).

Por meio do teste em (ii) relação de acarretamento, queremos testar a hipótese de que com os inacusativos altos não haja a relação de acarretamento uma vez que o tema do inacusativo não corresponde ao

referente/participante que controla as fases preparatórias que desencadeiam na eventualidade descrita pelo predicado lexicalizado em VP.

Os testes (iii) com o verbo tentar; (iv), com os advérbios agentivos deliberadamente, cautelosamente, cuidadosamente e obrigatoriamente; e (v), com a pseudoclivada; parecem evidenciar um controle do tema do inacusativo sobre as fases preparatórias da eventualidade descrita em VP, permitindo testar nossa hipótese de que, quando for possível a coocorrência do inacusativo com o verbo tentar, o tema do inacusativo corresponde ao referente/participante que controla as fases preparatórias que desencadeiam na eventualidade descrita pelo predicado lexicalizado em VP, licenciando assim, apenas, uma leitura deôntica baixa- *ought-to-do-* ao inacusativo. Já o teste (vi) com os verbos forçar e obrigar em construções passivas no tempo passado parece evidenciar o contrário, ou seja, sendo possíveis essas construções, nossa hipótese é a de que será o addressee que terá o controle sobre as ações preparatórias da eventualidade, licenciando dessa forma a leitura deôntica alta- *ought-to-be-* ao inacusativo. Por outro lado, em construções passivas no presente, nossa hipótese é a de que serão licenciadas ambas as leituras – *ought-to-do* e *ought-to-be-* ao inacusativo, pois essas construções parecem evidenciar que o controle sobre as fases preparatórias da eventualidade descrita em VP pode ser do tema do inacusativo ou, do addressee.

O teste (vii) flexão do imperativo, permite, no entanto, evidenciar que o controle das fases preparatórias da eventualidade descrita em VP não é do tema do inacusativo, mas sim do addressee.

7.1- Os testes...

Foram testados os predicados inacusativos que selecionam DPs pacientes: *chegar, nascer, morrer, vir, surgir, aparecer, desaparecer, acontecer, crescer, adoecer, agonizar, arder, brotar, caducar, cair, cessar, decair, desfalecer, desmaiar, emagrecer, empobrecer, evoluir, falecer, falir, florescer, germinar, murchar, ocorrer, sobreviver, suceder, viver, sair, entrar.*

Verbo chegar:

- 1- Admissibilidade do progressivo: João está chegando.
- 2- Relação de acarretamento: João chegou às 8 horas (se João levantar no horário, pegar o meio de transporte que percorra o caminho no tempo necessário, ele chegará às 8 horas)
- 3- Verbo tentar: João tentou chegar às 8 horas/ João tenta chegar às 8 horas
- 4- Advérbios agentivos: João chegou cuidadosamente às 8 horas / João chegou deliberadamente às 8 horas/ João chegou cautelosamente às 8 horas/ João chegou obrigatoriamente às 8 horas
- 5- Pseudoclivada: O que João fez foi chegar às 8 horas
- 6- Verbos forçar e obrigar: João foi forçado a chegar às 8 horas/ João é forçado a chegar às 8 horas
João foi obrigado a chegar às 8 horas / João é obrigado a chegar às 8 horas
- 7- Admissibilidade do imperativo: João, chegue às 8 horas !!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: João pode/deve/tem que/ chegar às 8 horas.

Verbo nascer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: A criança está nascendo
- 2- Relação de acarretamento: A criança nasceu (se a mãe estiver no final da gestação, talvez a criança nasça).
- 3- Verbo tentar: *A criança tentou nascer / * A criança tenta nascer
- 4- Advérbios agentivos: *A criança nasceu deliberadamente/ *A criança nasceu cuidadosamente/ * A criança nasceu cautelosamente/ * A criança nasceu obrigatoriamente
- 5- Pseudoclivada: *O que a criança fez foi nascer
- 6- Verbos forçar e obrigar: A criança foi forçada a nascer/ *A criança é forçada a nascer.
A criança foi obrigada a nascer / *A criança é obrigada a nascer
- 7- Admissibilidade do Imperativo: *Nasça, criança!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *A criança pode/deve/tem que nascer.

Verbo vir:

- 1- Admissibilidade do progressivo: João está vindo
- 2- Relação de acarretamento: João vem (se João sair do trabalho a tempo, tiver vontade/disponibilidade, for convidado, ele vem)
- 3- Verbo tentar: João tentou vir / João tenta vir / João tentará vir
- 4- Advérbios agentivos: João vem deliberadamente / João vem obrigatoriamente / João vem cuidadosamente / João vem cautelosamente
- 5- Pseudoclivada: O que João fez foi vir
- 6- Verbos forçado e obrigado: João foi forçado a vir/ João é forçado a vir / João foi obrigado a vir/ João é obrigado a vir
- 7- Admissibilidade do imperativo: Venha, João!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: João pode/deve/tem que vir.

Verbo crescer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Juliana está crescendo
- 2- Relação de acarretamento: Juliana cresceu (se Juliana tiver uma infância saudável, se alimentar direito, dormir bem, talvez ela cresça).
- 3- Verbo tentar: Juliana tentou crescer/ Juliana tenta crescer/ Juliana tentará crescer.
- 4- Advérbios agentivos: *Juliana cresceu deliberadamente/ *Juliana cresceu cuidadosamente / *Juliana cresceu obrigatoriamente/ *Juliana cresceu cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada: *O que Juliana fez foi crescer
- 6- Verbos forçar e obrigar: * Juliana foi forçada a crescer / *Juliana é forçada a crescer/ *Juliana foi obrigada a crescer/ *Juliana é obrigada a crescer
- 7- Admissibilidade do imperativo: *Juliana, cresça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *Juliana pode/deve/tem que crescer.

Verbo surgir:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Paula está surgindo
- 2- Relação de acarretamento: Paula surgiu (se Paula chegar de repente, ela surgirá)
- 3- Verbo tentar: Paula tentou surgir/ Paula tenta surgir/ Paula tentará surgir
- 4- Advérbios agentivos: Paula surgiu cuidadosamente/ Paula surgiu cautelosamente/ Paula surgiu deliberadamente/ Paula surgiu cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada : O que Paula fez foi surgir
- 6- Verbos forçar e obrigar: Paula foi forçada a surgir/ Paula é forçada a surgir Paula foi obrigada a surgir / Paula é obrigada a surgir
- 7- Admissibilidade do imperativo: Paula, surja!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: Paula pode/deve/tem que surgir.

Verbo brotar:

- 1- Admissibilidade do progressivo: A margarida está brotando
- 2- Relação de acarretamento: A margarida brotou no jardim (se a margarida for plantada em terra fértil, aguada regularmente, talvez ela brote).
- 3- Verbo tentar: *A margarida tentou brotar/ *A margarida tenta brotar/ *A margarida tentará brotar.
- 4- Advérbios agentivos: *A margarida brotou deliberadamente/ *A margarida brotou cuidadosamente/ *A margarida brotou obrigatoriamente/ *A margarida brotou cautelosamente
- 5- Pseudoclivada: *O que a margarida fez foi brotar brotar
- 6- Verbos forçar e obrigar: *A margarida foi forçada a brotar/ *A margarida é forçada a brotar/ *A margarida foi obrigada a brotar/ *A margarida é obrigada a brotar
- 7- Admissibilidade do imperativo: *Margarida, brote!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *A margarida pode/deve/tem que brotar.

Verbo (des)aparecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Mariana está (des) aparecendo
- 2- Relação de acarretamento: Mariana (des) apareceu (se Mariana estiver em um lugar sem estar sendo esperada, ela apareceu; se Mariana sumir de repente, ela desapareceu)
- 3- Verbo tentar: Mariana tentou (des) aparecer/ Mariana tenta (des)aparecer/ Mariana tentará (des)aparecer.
- 4- Advérbios agentivos: Mariana (des)apareceu cautelosamente/ Mariana (des)apareceu deliberadamente/ Mariana (des)apareceu obrigatoriamente/ Mariana (des)apareceu cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada: O que Mariana fez foi (des) aparecer
- 6- Verbos forçar e obrigar: Mariana foi forçada a (des) aparcer/ Mariana é forçada a (des)aparecer/ Mariana foi

obrigada a (des)aparecer/ Mariana é obrigada a (des) aparecer

- 7- Imperativo: Mariana, (des) apareça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: Mariana pode/deve/tem que (des)aparecer.

Verbo adoecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Sabrina está adoecendo.
- 2- Relação de acarretamento: Sabrina adoeceu (se Sabrina sair na chuva, tomar gelado, andar descalça, talvez ela adoça).
- 3- Verbo tentar: Sabrina tentou adoecer/ Sabrina tenta adoecer/ Sabrina tentará adoecer.
- 4- Advérbios agentivos: *Sabrina adoeceu cautelosamente/ *Sabrina adoeceu deliberadamente/ *Sabrina adoeceu obrigatoriamente/ *Sabrina adoeceu cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada: *O que Sabrina fez foi adoecer
- 6- Verbos forçar e obrigar: *Sabrina foi obrigada a adoecer/ *Sabrina é obrigada a adoecer/ *Sabrina foi forçada a adoecer/ *Sabrina é forçada a adoecer.
- 7- Imperativo: *Sabrina, adoça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *Sabrina pode/deve/ tem que adoecer

Verbo acontecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: A festa está acontecendo.
- 2- Relação de acarretamento: A festa acontece na sexta-feira (se a festa for marcada, se tiver convidados, se os convidados aparecerem, a festa acontece).
- 3- Verbo tentar: * A festa tentou acontecer / *A festa tenta acontecer/ *A festa tentará acontecer.
- 4- Advérbios agentivos: A festa aconteceu deliberadamente/ A festa aconteceu cautelosamente/ A festa aconteceu cuidadosamente/ A festa aconteceu obrigatoriamente

- 5- Pseudoclivada: *O que a festa fez foi acontecer
- 6- Verbos obrigar e forçar: *A festa foi obrigada a acontecer / *A festa é obrigada a acontecer/ *A festa foi forçada a acontecer/ *A festa é forçada a acontecer.
- 7- Imperativo: *Festa, aconteça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos: A festa pode/deve/ tem que acontecer

Verbo agonizar:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Rodrigo está agonizando.
- 2- Relação de acarretamento: Rodrigo agonizou (se Rodrigo tiver uma doença grave, se debater, talvez ele esteja agonizando)
- 3- Verbo tentar: *Rodrigo tentou agonizar/ *Rodrigo tenta agonizar/ *Rodrigo tentará agonizar.
- 4- Advérbios agentivos: * Rodrigo agonizou deliberadamente/ *Rodrigo agonizou cuidadosamente/ *Rodrigo agonizou cautelosamente/ *Rodrigo agonizou obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: * O que Rodrigo fez foi agonizar
- 6- Verbos obrigar e forçar: *Rodrigo foi obrigado a agonizar/ *Rodrigo é obrigado a agonizar/ *Rodrigo foi forçado a agonizar/ *Rodrigo é forçado a agonizar.
- 7- Imperativo: *Rodrigo, agonize!!!
- 8- Sob o escopo de modais deônticos ought-to-do: * Rodrigo pode/ deve/ tem que agonizar.

Verbo cessar:

- 1- Admissibilidade do progressivo: O direito de Pedro está cessando.
- 2- Relação de acarretamento: O direito de Pedro cessou aos 18 anos (se Pedro fizer 18 anos e não estiver estudando,talvez tenha seu direito cessado)

- 3- Verbo tentar: * O direito de Pedro tentou cessar/ *O direito de Pedro tenta cessar/ *O direito de Pedro tentará cessar.
- 4- Advérbios agentivos: O direito cessou deliberadamente/ O direito cessou obrigatoriamente/ ?O direito cessou cautelosamente / ?O direito cessou cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada: *O que o direito de Pedro fez foi cessar
- 6- Verbos obrigar e forçar: *O direito de Pedro foi obrigado a cessar/*O direito de Pedro é obrigado a cessar/ * O direito de Pedro foi forçado a cessar/ *O direito de Pedro é forçado a cessar.
- 7- Imperativo: * Direito, cesse!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do:*O direito de Pedro pode/ deve/tem que cessar

Verbo decair:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Paulo está decaindo.
- 2- Relação de acarretamento: Paulo decaiu em suas produções (se Paulo não demonstrar interesse por suas produções, não for atento a falhas, ele decaiu em suas produções)
- 3- Verbo tentar: Paulo tentou decair/ Paulo tenta decair/ Paulo tentará decair.
- 4- Advérbios agentivos: *Paulo decaiu deliberadamente/ *Paulo decaiu obrigatoriamente/ *Paulo decaiu cautelosamente/ *Paulo decaiu cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada: O que Paulo fez foi decair
- 6- Verbos obrigar e forçar: Paulo foi obrigado a decair / Paulo é obrigado a decair/ Paulo foi forçado a decair/ Paulo é forçado a decair.
- 7- Imperativo: Paulo, decaia!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: Paulo pode/deve/ tem que decair

Verbo arder:

- 1- Admissibilidade do progressivo: A ferida está ardendo.
- 2- Relação de acarretamento: A ferida arde (se houver um corte, ou, um arranhão, se jogarmos algo diretamente nele, talvez a ferida arda)
- 3- Verbo tentar: *A ferida tentou arder/ *A ferida tenta arder/ *A ferida tentará arder.
- 4- Advérbios agentivos: * A ferida arde deliberadamente/ * A ferida arde cuidadosamente/*A ferida arde obrigatoriamente / *A ferida arde cautelosamente
- 5- Pseudoclivada: *O que a ferida fez foi arder
- 6- Verbos forçar e obrigar: * A ferida foi obrigada a arder/ * A ferida é obrigada a arder/ * A ferida foi forçada a arder/ *A ferida é forçada a arder
- 7- Imperativo: *Ferida, arda!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: * A ferida pode/deve/tem que arder

Verbo caducar:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Alberto está caducando.
- 2- Relação de acarretamento: Alberto caducou (se Alberto não manter a mente ativa, talvez ele caduque)
- 3- Verbo tentar: Alberto tentou caducar/ Alberto tenta caducar/ Alberto tentará caducar.
- 4- Advérbios agentivos: *Alberto caducou deliberadamente/ *Alberto caducou obrigatoriamente/ * Alberto caducou cautelosamente / * Alberto caducou cuidadosamente.
- 5- Pseudoclivada: * O que Alberto fez foi caducar
- 6- Verbos obrigar e forçar: *Aberto foi forçado a caducar/ *Alberto é forçado a caducar/ *Alberto foi obrigado a caducar/ *Alberto é obrigado a caducar
- 7- Imperativo: *Alberto, caduque!!!

- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: * Alberto pode/deve/ tem que caducar

Verbo emagrecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: A menina está emagrecendo.
- 2- Relação de acarretamento: A menina emagreceu (se a menina não comer fora de hora, controlar sua alimentação, não comer muito doce, frituras e massas, ela emagrece)
- 3- Verbo tentar: A menina tentou emagrecer/ A menina tenta emagrecer/ A menina tentará emagrecer.
- 4- Advérbios agentivos: A menina emagreceu deliberadamente/ A menina emagreceu cautelosamente/ A menina emagreceu cuidadosamente / A menina emagreceu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: O que a menina fez foi emagrecer
- 6- Verbos forçar e obrigar: A menina foi forçada a emagrecer / A menina é forçada a emagrecer/ A menina foi obrigada a emagrecer/ A menina é obrigada a emagrecer.
- 7- Imperativo: Menina, emagreça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: A menina pode/deve/ tem que emagrecer

Verbo desmaiar:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Ana está desmaiando.
- 2- Ana desmaia (se Ana não se alimentar de manhã, não estiver bem de saúde talvez ela desmaie)
- 3- Verbo tentar: Ana tentou desmaiar/ Ana tenta desmaiar/ Ana tentará desmaiar
- 4- Advérbios agentivos: *Ana desmaiou cuidadosamente/ *Ana desmaiou obrigatoriamente/ * Ana desmaiou cautelosamente/ * Ana desmaiou deliberadamente.

- 5- Pseudoclivada: *O que Ana fez foi desmaiar
- 6- Verbos obrigar e forçar: *Ana foi forçada a desmaiar/*Ana é forçada a desmaiar/ *Ana foi obrigada a desmaiar/ *Ana é obrigada a desmaiar
- 7- Imperativo: *Ana, desmaie!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *Ana pode/deve/ tem que desmaiar

Verbo empobrecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Tatiana está empobrecendo.
- 2- Tatiana empobreceu (se Tatiana gastar mais do que ganha, gastar muito dinheiro em coisas de que não têm necessidade, ela empobrece)
- 3- Verbo tentar: *Tatiana tentou empobrecer/ *Tatiana tenta empobrecer/ *Tatiana tentará empobrecer
- 4- Advérbios agentivos: *Tatiana empobreceu cuidadosamente/ *Tatiana empobreceu obrigatoriamente/ *Tatiana empobreceu cautelosamente/ *Tatiana empobreceu deliberadamente.
- 5- Pseudoclivada: O que Tatiana fez foi empobrecer
- 6- Verbos forçar e obrigar: Tatiana foi forçada a empobrecer/ Tatiana é forçada a empobrecer/ Tatiana foi obrigada a empobrecer/ Tatiana é obrigada a empobrecer.
- 7- Imperativo: Tatiana, empobreça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: Tatiana pode/deve/ tem que empobrecer.

Verbo desfalecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Joana está desfalecendo.

- 2- Relação de acarretamento: Joana desfalece (se Joana levar um grande susto, não estiver bem de saúde, não tiver se alimentado direito, talvez ela desfaleça).
- 3- Verbo tentar: Joana tentou desfalecer/ Joana tenta desfalecer/ Joana tentará desfalecer
- 4- Advérbios agentivos: *Joana desfaleceu deliberadamente/ *Joana desfaleceu cuidadosamente/* Joana desfaleceu obrigatoriamente/ *Joana desfaleceu cautelosamente.
- 5- Pseudoclivada: *O que Joana fez foi desfalecer
- 6- Verbos obrigar e forçar: *Joana foi obrigada a desfalecer/ *Joana é obrigada a desfalecer/ *Joana foi forçada a desfalecer/ *Joana é forçada a desfalecer
- 7- Imperativo: *Joana, desfaleça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *Joana pode/deve/ tem que desfalecer.

Verbo evoluir:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Patrícia está evoluindo.
- 2- Relação de acarretamento: Patrícia evoluiu em sua dissertação (se Patrícia estudar bastante, tirar suas dúvidas, ela evolui na dissertação)
- 3- Verbo tentar: Patrícia tentou evoluir/ Patrícia tenta evoluir/ Patrícia tentará evoluir
- 4- Advérbios agentivos: Patrícia evoluiu deliberadamente/ Patrícia evoluiu cuidadosamente/ Patrícia evoluiu cautelosamente/ Patrícia evoluiu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: O que Patrícia fez foi evoluir.
- 6- Verbos obrigar e forçar: Patrícia foi obrigada a evoluir/ Patrícia é obrigada a evoluir/ Patrícia foi forçada a evoluir/ Patrícia é forçada a evoluir.
- 7- Imperativo: Patrícia, evolua!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: Patrícia pode/deve/ tem que evoluir.

Verbo falecer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Mário está falecendo.
- 2- Relação de acarretamento: Mário faleceu (se Mário estiver com uma doença grave, ou sofrer algum acidente, talvez ele faleça)
- 3- Verbo tentar: *Mário tentou falecer/ *Mário tenta falecer/ *Mário tentará falecer.
- 4- Advérbios agentivos: *Mário faleceu cuidadosamente/ *Mário faleceu deliberadamente/ *Mário faleceu cautelosamente/ *Mário faleceu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: *O que Mario fez foi falecer
- 6- Verbos obrigar e forçar: * Mário foi forçado a falecer/ *Mário é forçado a falecer/ *Mário foi obrigado a falecer/ *Mário é obrigado a falecer
- 7- Imperativo: *Mário, faleça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *Mario pode/deve/ tem que falecer

Verbo falir:

- 1- Admissibilidade do progressivo: João está falindo.
- 2- Relação de acarretamento: A João faliu (se João tiver mais despesas que ganhos, se gastar em excesso, ele falirá)
- 3- Verbo tentar: *João tentou falir / *João tenta falir/ *João tentará falir
- 4- Advérbios agentivos: *João faliu deliberadamente / *João faliu cautelosamente/ *João faliu cuidadosamente/ *João faliu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: O que João fez foi falir
- 6- Verbos obrigar e forçar: João foi obrigado a falir/ João é obrigado a falir/ João foi forçado a falir/ João é forçado a falir

- 7- Imperativo: sendo o verbo falir defectivo, possui a forma do imperativo afirmativo somente na 2ª pessoa do plural – fali vós!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: João pode/ deve/ tem que falir

Verbo cair:

- 1- Admissibilidade do progressivo: A criança está caindo.
- 2- Relação de acarretamento: A criança caiu (se a criança subir em um lugar alto, se não segurar em uma base firme, se estiver aprendendo a andar, talvez ela caia.
- 3- Verbo tentar: *A criança tentou cair/ *A criança tenta cair/ *A criança tentará cair.
- 4- Advérbios agentivos: *A criança caiu deliberadamente/*A criança caiu cuidadosamente/ *A criança caiu cautelosamente/ *A criança caiu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: *O que a criança fez foi cair
- 6- Verbos obrigar e forçar: *A criança foi forçada a cair/*A criança é forçada a cair/ *A criança foi obrigada a cair/ *A criança é obrigada a cair.
- 7- Imperativo: *Criança, caia!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *A criança pode/deve/ tem que cair

Verbo ocorrer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: O assassinato está ocorrendo.
- 2- O assassinato ocorreu ontem (se havia um cadáver com vários tiros nas costas, ocorreu um assassinato)
- 3- Verbo tentar: *O assassinato tentou ocorrer/ *O assassinato tenta ocorrer/ *O assassinato tentará ocorrer.

- 4- Advérbios agentivos: O assassinato ocorreu deliberadamente/ O assassinato ocorreu cautelosamente/ O assassinato ocorreu obrigatoriamente/ O assassinato ocorreu cuidadosamente
- 5- Pseudoclivada: *O que o assassinato fez foi ocorrer
- 6- Verbos obrigar e forçar: *O assassinato foi obrigado a ocorrer/ *O assassinato é obrigado a ocorrer/ *O assassinato foi forçado a ocorrer/ *O assassinato é forçado a ocorrer
- 7- Imperativo: Ocorra!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: O assassinato pode/deve/ tem que ocorrer

Verbo florescer: (germinar, murchar)

- 1- Admissibilidade do progressivo: A orquídea está florescendo.
- 2- Relação de acarretamento: A orquídea floresceu no quintal (se a muda for regada frequentemente, plantada em solo fértil, talvez a orquídea floresça).
- 3- Verbo tentar: *A orquídea tentou florescer/ *A orquídea tenta florescer/ *A orquídea tentará florescer.
- 4- Advérbios agentivos: *A orquídea floresceu deliberadamente/ *A orquídea floresceu cautelosamente/ *A orquídea floresceu cuidadosamente/ *A orquídea floresceu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: *O que a orquídea fez foi florescer
- 6- Verbos obrigar e forçar: *A orquídea foi obrigada a florescer/ *A orquídea é obrigada a florescer/ *A orquídea foi forçada a florescer / *A orquídea é forçada a florescer.
- 7- Imperativo: *Orquídea, floresça!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *A orquídea pode/deve/ tem que florescer

Verbo (sobre)viver:

- 1- Admissibilidade do progressivo: O idoso está sobrevivendo à cirurgia.
- 2- O idoso sobreviveu à cirurgia (se o idoso tem uma boa saúde, alimentação regrada, pratica exercícios físicos, talvez ele sobreviva a cirurgia).
- 3- Verbo tentar: O idoso tentou sobreviver/ O idoso tenta sobreviver à cirurgia/ O idoso tentará sobreviver à cirurgia.
- 4- Advérbios agentivos: *O idoso sobreviveu deliberadamente à cirurgia/ *O idoso sobreviveu cautelosamente à cirurgia/ *O idoso sobreviveu cuidadosamente à cirurgia/ *O idoso sobreviveu obrigatoriamente à cirurgia
- 5- Pseudoclivada: *O que o idoso fez foi sobreviver
- 6- Verbos obrigar e forçar: *O idoso foi forçado a sobreviver à cirurgia/ *O idoso é forçado a sobreviver à cirurgia/ *O idoso foi obrigado a sobreviver à cirurgia / *O idoso é obrigado a sobreviver à cirurgia.
- 7- Imperativo: *Sobreviva!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *O idoso pode/ deve/ tem que sobreviver à cirurgia.

Verbo suceder:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Está sucedendo uma briga.
- 2- Relação de acarretamento: Uma briga sucedeu na empresa (se havia duas pessoas discutindo exaltadamente e começaram a se agredir, a briga sucedeu)
- 3- Verbo tentar: *A briga tentou suceder/ *A briga tenta suceder/ *A briga tentará suceder.
- 4- Advérbios agentivos: A briga deliberadamente sucedeu / A briga cautelosamente sucedeu / A briga cuidadosamente sucedeu/ A briga obrigatoriamente sucedeu.
- 5- Pseudoclivada: *O que a briga fez foi suceder

- 6- Verbos obrigar e forçar: *A briga foi obrigada a suceder /
*A briga é obrigada a suceder/ *A briga foi forçada a
suceder/ *A briga é forçada a suceder
- 7- Imperativo: *Sucedam!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: A briga
pode/ deve/ tem que suceder

Verbo morrer:

- 1- Admissibilidade do progressivo: Cleber está morrendo.
- 2- Relação de acarretamento: Cleber morreu. (se Cleber nadar
em uma correnteza, entrar no meio de um tiroteio, talvez
ele morra).
- 3- Verbo tentar: Cleber tentou morrer/ Cleber tenta morrer/
Cleber tentará morrer.
- 4- Advérbios agentivos: *Cleber morreu deliberadamente/
*Cleber morreu cautelosamente/ *Cleber morreu
cuidadosamente/ *Cleber morreu obrigatoriamente.
- 5- Pseudoclivada: *O que Cleber fez foi morrer
- 6- Verbos obrigar e forçar: Cleber foi obrigado a morrer/
Cleber é obrigado a morrer/ Cleber foi forçado a morrer/
Cleber é forçado a morrer.
- 7- Imperativo: *Cleber, morra!!!
- 8- Sob o escopo dos modais deônticos ought-to-do: *Cleber
pode/deve/ tem que morrer.

7.1.2- Testes que evidenciam se o predicado está no progressivo ou apenas tem a perífrase do progressivo

- a) Mariana está morrendo .
- a') Mariana morria.
- b) A criança estava nascendo
- b') A criança nascia.
- c) Paulo estava crescendo.
- c') Paulo crescia.
- d) Afesta estava acontecendo.
- d') A festa acontecia.
- e) Minha avó estava adoecendo.
- e') Minha avó adoecia.
- Sabrina estava agonizando.
- f') Sabrina agonizava.
- g) A flor estava brotando.
- g') A flor brotava.
- h) A ferida estava ardendo.
- h') A ferida ardia.
- i) Meus direitos estavam cessando.
- i') Meus direitos cessavam.
- j) Maurício estava vivendo.
- j') Maurício vivia.
- k) Meu sobrinho estava caindo.
- k') Meu sobrinho caía.
- l) A moça estava falecendo.
- l') A moça falecia.
- m) Joana estava desmaiando.
- m') Joana desmaiava.
- n) A empresa estava falindo.
- n') A empresa falia.
- o) O trabalho estava evoluindo.
- o') O trabalho evoluía.
- p) Carlos estava caducando.
- p') Carlos caducava
- q) ?Fabrício estava sucedendo o irmão na empresa
- q') ?Fabrício sucedia o irmão na empresa
- r) O caso estava ocorrendo
- r') O caso ocorria
- s) A professora estava entrando na sala

- s') A professora entrava
- t) Rosa Maria estava saindo da festa
- t') Rosa Maria saia
- u) Ana Beatriz estava emagrecendo
- u') Ana Beatriz emagrecia
- v) Meu amigo estava empobrecendo
- v') Meu amigo empobrecia
- x) Leonardo estava vindo
- x') Leonardo vinha
- w) Juliana estava aparecendo
- w') Juliana aparecia
- y) Os problemas estavam surgindo
- y') Os problemas surgiam.